



**EDITAL DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 056/2026 – SEINFRA-PI**

**PROCESSO Nº 00114.000243/2026-16/SEINFRA-PI**

**UASG 450127 - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA**

O Estado do Piauí, através da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação/CPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na Forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual n. 21.872/2023 e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**SISTEMA ELETRÔNICO DE COMPRAS:**

Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, desde que satisfaçam integralmente as condições deste Edital e que estejam cadastrados no **Portal de Compras do Governo Federal**.

**CADASTRO ELETRÔNICO DE FORNECEDORES:**

Os interessados em participar do certame deverão possuir cadastro no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**.

**PARTE GERAL**

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conforme as informações constantes na **Parte Específica** deste Edital, que indicará o sistema eletrônico e cadastro eletrônico de fornecedores utilizados no certame, além de data, horário e local.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Agente de contratação em contrário.

**2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O OBJETO**

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: [@seinfra.pi](#)



- 2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a execução do objeto descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, na Minuta de Contrato, Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, e Especificações Técnicas e Projeto, que integram o dossiê de informações sobre a licitação. Além das normas referidas, estará o adjudicatário do objeto da licitação obrigado a atender a todas as imposições da legislação relativas aos serviços a serem contratados.
- 2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes/grupos de itens.
- 2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no Projeto Básico em anexo constam o preço total da contratação, os preços unitários e globais estimados em relação a cada item ou os respectivos preços máximos aceitáveis, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores.
- 2.3.1. O BDI utilizado como referencial para o cálculo dos preços unitários, pela Contratante, encontra-se definido na **Parte Específica** deste Edital.
- 2.4. A **Parte Específica** deste Edital definirá o regime de execução aplicável ao futuro contrato decorrente deste certame.
- 2.5. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do sistema eletrônico utilizado no certame e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.
- 2.6. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, a formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma a seguir detalhada:
- 2.6.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.
- 2.6.2. O registro a que se refere o subitem 2.6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo licitante vencedor, caso este não assine a ata ou tenha seu registro cancelado.
- 2.6.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 2.6.1, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.
- 2.6.4. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
- 2.7. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao Edital irá dispor sobre:
- 2.7.1. Órgãos gerenciador e participantes;
- 2.7.2. Adesões;
- 2.7.3. Preços registrados e respectivos reajustes;
- 2.7.4. Vigência.



### 3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

3.1.1. Os interessados devem providenciar cadastro e senha no sistema de compras indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.2.1. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos ([art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.2.4. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública da Concorrência Eletrônica, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

3.2.5. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

3.3. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.3.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que será representante das consorciadas perante a Administração.

3.3.2. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



3.3.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, poderá haver um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido no item 8.17.3.1 da **Parte Específica** deste Edital.

3.3.4. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.3.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.3.6. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.3.1.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de





interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.11. Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.4.12. Os interessados que estejam incluídos no Cadastro de Inadimplentes com Débitos na Dívida Ativa do Estado do Piauí – **CADIPI** – nos termos do artigo 6º da Lei nº 5.533, de 30 de dezembro de 2005;

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de cooperativas no certame.

#### **4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. A **Parte Específica** deste Edital estabelecerá se a fase habilitação sucederá ou antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, conforme o item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.2 e 8.9.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, mediante apresentação da Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social.

4.4.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para menor aprendiz, mediante apresentação da Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendiz.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



4.8. Caso o sistema de compras utilizado no certame não possua as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação, conforme definido na **Parte Específica**.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. A **Parte Específica** deste Edital irá definir eventual exigência de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação.

4.17. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial INICIAL, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação. Tal vedação se estende aos



documentos eventualmente anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, etc.), que não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados na **Parte Específica** deste Edital, devendo conter as informações similares à especificação do Projeto Básico.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de julgamento, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta será estabelecido na **Parte Específica** deste Edital.

5.9. Com a apresentação da proposta o licitante declara estar ciente de que, nos termos do artigo 1º da Lei estadual nº 6.344, de 12 de março de 2013 deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força do contrato de obra/serviço que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, **para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.**

5.10. Com a apresentação da proposta o licitante declara estar ciente de que, nos termos do artigo 1º da Lei Estadual nº 6.480, de 03 de fevereiro de 2014, deverá reservar preferencialmente, no mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego diretos na área de construção civil, criadas por força do contrato de obra pública





que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, **para pessoas do sexo feminino**, desde que compatível com o exercício das atividades inerentes ao objeto do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, conforme o critério de julgamento indicado na **Parte Específica**.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços globais ou unitários superiores aos fixados pela Contratante.

6.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado na forma definida na **Parte Específica** deste Edital.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será definido na **Parte Específica** deste Edital.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, conforme indicado na **Parte Específica** deste Edital.



6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela,



em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de



maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei n. 14.133/2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.





6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo definido na **Parte Específica**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. A proposta a ser encaminhada deverá conter:

- a) Prazo de validade da proposta não inferior ao estabelecido no item 5.8 deste Edital;
- b) Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;
- c) PLANILHA ORÇAMENTÁRIA que contenha os preços unitários e valor global da proposta, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;
  - c.1) Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;
  - c.2) Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, mobilizações, desmobilização, ferramentas, transporte, deslocamento de empregados, estadia, alimentação, assistência médica prevista em Lei, equipamentos de proteção individual e coletiva, adicionais de periculosidade, quando aplicáveis, necessários ao perfeito cumprimento e execução do objeto desta licitação, e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto
  - c.3) Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;
  - c.4) Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas;
  - c.5) Na planilha orçamentária, o somatório do produto dos preços unitários propostos pelos quantitativos apresentados deverá constituir o preço proposto;



- c.6) Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens que não se enquadrem nas especificações exigidas.
- d) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme ANEXO IX;
- d.1) O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra ou serviço especial de engenharia.
- e) COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS, BEM COMO PLANILHA DE COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DAS TAXAS DE BDI (BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS) E DE ENCARGOS SOCIAIS APLICADOS, CONFORME LEI Nº 12.844/13;
- e.1) As composições de preços unitários deverão ser apresentadas para todos os itens de serviços constantes das Planilhas Orçamentárias, sem exceção, inclusive as composições de preços unitários auxiliares, que se fizerem necessárias para sua complementação, e, não poderão conter divergência entre os valores constantes em ambos os documentos. Qualquer incoerência nessas composições, como utilização de valores diferentes de salários-hora para uma mesma categoria profissional e/ou de preços unitários para um mesmo material e/ou de custos horários de utilização de um mesmo equipamento, poderá implicar na desclassificação da proposta, à exceção de erros meramente formais;
- e.2) Nos preços propostos pelo Licitante deverão estar incluídos todos os componentes das despesas incidentes sobre os serviços, tais como: salário de mão de obra, encargos sociais (legislação previdenciária e trabalhista e seguros em geral), transporte de materiais, todo e qualquer imposto ou taxa incidente, encargos complementares (uniformes, vale-transporte, vale-refeição e quaisquer outros encargos decorrentes do objeto licitado), que são de exclusiva responsabilidade do Licitante, como também o Bonificação de Despesas Indiretas - BDI, não cabendo à Contratante qualquer outro pagamento além dos preços propostos para a prestação dos serviços;
- e.3) Será desclassificada a Empresa que apresentar composição de preços unitários, cujos valores de mão de obra, estejam inferiores aos pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por Dissídio Coletivo, Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho do Município onde ocorrerá a obra ou serviço especial de engenharia, ou, quando esta abranger mais de um Município, o daquele que contemplar a maior extensão do trecho a ser contratado;
- e.4) A licitante deverá apresentar discriminação detalhada do BDI adotado, para cada um dos grupos (administração central, tributos, etc.), os seus subcomponentes e seus respectivos percentuais, de modo a permitir que se verifique a adequabilidade dos percentuais utilizados e a não ocorrência de custos computados em duplicidade na Planilha Orçamentária e no BDI;



- e.5) Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra ou serviço especial de engenharia, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
- e.6) As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
- e.7) Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;
- e.8) As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
- e.9) As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.
- e.10) A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;
- e.11) Quando se tratar de cooperativa de serviço, a licitante incluirá na proposta o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).
- e.12) A **Parte Específica** deste Edital irá definir a possibilidade de apresentação de percentual reduzido de BDI.
- 6.22.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14](#)



[da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- 7.1.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 7.1.5. *Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.*
- 7.1.6. *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital.*
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.2.1 e 4.6 deste edital.
- 7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 108 a 114 [Decreto estadual n. 21.872/2023](#).
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 7.8.1. Contiver vícios insanáveis;
  - 7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;
  - 7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
  - 7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 7.9, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
    - a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e





b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

7.10.1 Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

7.10.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

7.10.3 Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

7.10.4 Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;

7.10.5 Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

7.10.6 Estudos setoriais;

7.10.7 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

7.10.8. Consulta à Controladoria-Geral do Estado;

7.10.9. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Serão ainda desclassificadas as propostas que apresentarem, na composição de seus preços:

a) Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

b) Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

c) Quantitativos de mão de obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

7.14. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma



das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

7.14.1. Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

7.15. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

7.16. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Caso o item 4.16 da **Parte Específica** deste Edital tenha estabelecido garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, será verificado o recolhimento da garantia.

8.2. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da **Parte Específica** deste Edital (habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira)*.

8.2.1. A apresentação de regularidade cadastral junto ao cadastro eletrônico somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.2.2. Caso a empresa não esteja inscrita no cadastro eletrônico ou não apresente alguma das informações comprováveis através da declaração apresentada, deverá apresentar toda a documentação exigida a seguir discriminada para fins de habilitação.

8.2.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº](#)



[8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.

8.4.1. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo Agente de Contratação.

8.4.2. Os documentos a serem apresentados em arquivo PDF deverão ser obtidos a partir de digitalização do arquivo original ou da respectiva cópia autenticada.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no cadastro eletrônico de fornecedores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.9. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido na **Parte Específica** deste Edital.

8.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.10. A verificação no cadastro eletrônico de fornecedores ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.9.1 da **Parte Específica**.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. Para a habilitação na presente Concorrência serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

#### **8.17.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social





no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**g) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**h) Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**i) Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

**j)** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, do IBGE.

**k)** No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.

**l)** Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

## 8.17.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.17.2.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade, conforme definido na **Parte Específica** deste Edital e as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;



8.17.2.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os definidos na **Parte Específica** deste Edital.

8.17.2.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.17.2.3. Quanto à capacitação técnico-profissional: comprovação da empresa licitante de possuir em seu quadro, na data prevista no subitem 1.1 deste Edital, profissional (is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, CAU, ou CRT, detentor (es) de **atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente (CREA, CAU, ou CRT) da região onde os serviços foram executados**, acompanhados(s) da(s) correspondente(s) Certidão (es) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) ter o(s) profissional (is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares às do objeto licitado. Os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os definidos na **Parte Específica** deste Edital.

8.17.2.3.1. Para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, a empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quanto julgar necessário, desde que, de profissionais pertencentes ao seu quadro e que comprovem o seu vínculo com a empresa.

8.17.2.3.2. Os atestados deverão possuir informações suficientes para qualificar e quantificar os serviços executados, bem como possibilitar aferir sua veracidade junto aos emitentes dos documentos.

8.17.2.3.3. A comprovação do vínculo dos profissionais detentores do acervo técnico, do quadro da licitante, será atendida mediante a apresentação da declaração formal de sua disponibilidade, acompanhada de comprovação da anuência do profissional, ou através da apresentação dos documentos a seguir:

a) **Empregado:** Cópia do livro de registro de empregado registrado na Delegacia Regional do Trabalho - DRT ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS anotada ou ainda, contrato de prestação de serviços, na forma da legislação trabalhista;

b) **Sócio:** Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

c) **Diretor:** Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

d) **Profissional Autônomo:** Cópia do contrato de prestação de serviços, devidamente assinado pelas partes e com firmas reconhecidas;



**e) Responsável Técnico:** Além da cópia da Certidão expedida pelo CREA, CAU ou CRT da sede ou filial da licitante onde consta o registro do profissional como responsável técnico, deverá comprovar o vínculo em uma das formas contidas do subitem 8.17.2.3.3 ou nas alíneas "a" "b" "c" ou "d" retro.

8.17.2.3.4. Caso a licitante seja sociedade cooperativa, os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica de que trata o subitem 8.6.2.3.3 devem ser cooperados, demonstrando-se tal condição através da apresentação das respectivas atas de inscrição, da comprovação da integralização das respectivas quotas-partes e de três registros de presença desses cooperados em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais, bem como da comprovação de que estão domiciliados em localidade abrangida na definição do artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 5.764, de 1971.

8.17.2.3.5. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Contratante.

8.17.2.4. Será exigida ainda declaração formal da licitante de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, indicados na **Parte Específica** deste Edital.

### 8.17.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atestando a boa situação financeira, conforme art. 7.2 da IN/MARE 05/95, Portaria GAB. SEAD. Nº 88/15:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante



RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

d) A **Parte Específica** deste Edital definirá se o atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

e) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior ao percentual definido na **Parte Específica** deste Edital, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

g) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.17.3.1. Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido na **Parte Específica**, salvo justificativa anos autos.

#### **8.17.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;





d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.17.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.18. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.18.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.18.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.18.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.18.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.18.5. A comprovação de integralização das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.18.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e



8.18.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.19. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;
- b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;
- d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
- e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

8.20. A **Parte Específica** poderá exigir apresentação de atestado de vistoria como documento de habilitação, conforme art. 62, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

8.20.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.20.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à sessão pública.

8.20.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.20.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, através dos contatos indicados no item 8.20.1 da **Parte Específica** deste Edital, antes da data fixada para a sessão pública.

8.20.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.20.6. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



## 9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

- 9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios definidos na **Parte Específica** deste Edital.
- 9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

## 10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado na **Parte Específica** deste Edital.

## 11. DO CONTRATO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Para a execução dos serviços pelo licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

11.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

11.3. A recusa da execução do serviço ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

11.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a realização do ato, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6.1. A regra do item 11.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.5.1, "a".

11.7. As obrigações da contratante e da contratada, os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, as sanções ao contratado, as condições de pagamento, a vigência do contrato e eventual





possibilidade de subcontratação encontram-se previstos no Termo de Contrato ou Projeto Básico anexos a este Edital.

11.8. As disposições relativas ao preço e respectivo reajuste encontram-se previstas na minuta de **Contrato** anexa a este Edital.

11.9. A minuta de **Contrato** anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.

11.10. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços ao presente certame, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

11.10.1. Após a homologação da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.10.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.10.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no subitem 11.10.1, e observado o disposto no item 2.7.2, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções ao vencedor que se recusar a assinar a ata.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente de contratação/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;



- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.6. Fraudar a licitação;
- 12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. Advertência;
- 12.2.2. Multa;
- 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 12.1.3 e 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item 12.10 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

13.11. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo agente de contratação.

13.12. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.





13.13. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

13.14. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

- A) ANEXO I – Projeto Básico, Planilhas Orçamentárias e Especificações Técnicas;
- B) ANEXO II – Modelo de Declaração de Anuência ao Edital;
- C) ANEXO III – Modelo de Declaração de Garantia de Execução Contratual;
- D) ANEXO IV – Declaração de Instalação do Canteiro de Obras e de Disponibilidade das Máquinas e Equipamentos;
- E) ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços;
- F) ANEXO VI – Minuta do Contrato.



### PARTE ESPECÍFICA

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	<p>Sistema Eletrônico utilizado no certame: Portal de Compras do Governo Federal.</p> <p>Cadastro eletrônico de fornecedores: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.</p> <p><b>Data de Abertura: 12/06/2026 (sexta-feira).</b></p> <p><b>Horário de Abertura: 10:00 (dez horas), horário de Brasília/DF.</b></p> <p>Local: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a></p> <p>Qualquer informação poderá ser obtida no endereço: Av. Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo, Bloco G, 1º Andar, ou através do telefone: <b>(0**86) 3222-0038</b>, ou ainda pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@seinfra.pi.gov.br">licitacao@seinfra.pi.gov.br</a></p>
2.1	<p>O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de engenharia especializada para a Execução dos Serviços de Construção de quadra poliesportiva, situada na localidade Olho D' Água na zona rural do município de Boqueirão do Piauí - PI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico em anexo.</p>
2.2	<p><input checked="" type="checkbox"/> A licitação compõe-se de item único, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o menor preço.</p> <p><input type="checkbox"/> A licitação será dividida em itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.</p> <p><input type="checkbox"/> A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.</p>



	<p>( ) O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, haja vista a natureza indivisível do objeto.</p> <p>( ) O objeto da presente licitação será adjudicado por preço global, com vistas a evitar o prejuízo para o conjunto ou a perda de economia de escala.</p>
<b>2.3</b>	<p>( ) Foi estimado o Preço Total de (...), conforme planilha orçamentária que integra o projeto básico em anexo, ou anteprojeto no caso de contratação integrada ou semi-integrada (orçamento sintético), sendo que os preços unitários e globais estimados representam os preços máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item.</p> <p>(X) Foi estimado o Preço Total de <b>R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais)</b>, sendo que os preços máximos que a Administração se dispõe a pagar em relação a cada item correspondem aos preços unitários e globais estimados acrescidos do percentual definido na planilha orçamentária que integra o projeto básico em anexo, ou anteprojeto no caso de contratação integrada ou semi-integrada (orçamento sintético).</p> <p>( ) Os documentos referentes aos orçamentos, bem como o preço estimado da contratação, possuem caráter sigiloso e serão disponibilizados exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo, conforme o disposto no art. 24 da Lei nº 14.133/2021.</p> <p>2.3.1. O preço estimado ou o preço máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após definido o resultado do julgamento das propostas, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.</p>
<b>2.3.1</b>	<p>O <b>BDI</b> utilizado como referencial para o cálculo dos preços unitários, pela Contratante, é de <b>20,39 % (vinte inteiros e trinta e nove centésimos)</b>, cujo patamar será considerado por ocasião do julgamento das propostas.</p>
<b>2.4</b>	<p>(X) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário.</p> <p>( ) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global.</p>



	<p>( ) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada integral.</p> <p>( ) A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa.</p> <p>( ) A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação integrada.</p> <p>( ) A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação semi-integrada.</p>
<b>2.6</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> A presente licitação não adotará o Sistema de Registro de Preços.</p> <p>( ) A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços.</p>
<b>3.2.1</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> O presente certame não é restrito a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado à ampla concorrência.</p> <p>( ) Para os itens (...), (...), a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, e às sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/2008, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.</p> <p>( ) Para os itens (...), (...), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006; e para os itens (...), (...), haverá reserva de (máximo de 25%) para as referidas entidades, na forma do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006.</p> <p>3.2.1.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, na forma do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.</p> <p>3.2.1.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a Adjudicação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.</p>
<b>3.3</b>	<p>( ) Poderão participar empresas em consórcio, observadas as normas constantes no subitem 3.3 da <b>Parte Geral</b> deste Edital.</p>





	<p>(X) Não poderão participar desta licitação consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação a participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que em sua maioria apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando em qualquer limitação quanto a competitividade.</p>
3.11	<p>( ) Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.</p> <p>(X) Não será permitida a participação de cooperativas no certame.</p>
4.1	<p>1.1. (X) A fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.</p> <p>1.2.</p> <p>1.3. ( ) A fase habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.</p>
4.8	<p>(X) Considerando que o sistema de compras utilizado no certame não possui as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação.</p> <p>( ) As declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser assinaladas no campo próprio do sistema.</p>
4.16	<p>(X) Será exigido o recolhimento de <b>R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)</b> a título de garantia de proposta, equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.</p>



	<p>4.16.1. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.</p> <p>4.16.2. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:</p> <p>a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;</p> <p>b) seguro-garantia, anexando comprovante de pagamento da apólice;</p> <p>c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>1.4.</p> <p>( ) Não será exigida garantia de proposta como requisito de pré-habilitação.</p> <p>1.5.</p>
<b>5.1</b>	Construção de quadra poliesportiva, situada na localidade Olho D' Água na zona rural do município de Boqueirão do Piauí – PI.
<b>5.8</b>	A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.
<b>6.6</b>	O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
<b>6.9</b>	O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
<b>6.11</b>	<p>( ) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>(X) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.</p> <p>( ) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, em que somente poderão participar da etapa aberta os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço até</p>



	10% (dez por cento) inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
<b>6.22.4</b>	O prazo para o licitante detentor da melhor proposta encaminhar proposta readequada ao último lance ofertado, em formato digital, via sistema, é de 02 (duas) horas contadas a partir da solicitação do agente de contratação.
<b>6.22.5, "e.12"</b>	<p>( ) Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital, que indicará quais materiais e equipamentos terão BDI reduzido.</p> <p>(X) Não será permitido ao licitante a apresentação de percentual reduzido de BDI.</p>
<b>8.9.1</b>	Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 02 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.
<b>8.17.1, "k"</b>	k) No caso de exercício de atividade de (...): ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo (órgão competente), nos termos do artigo (...) da (o) (...Lei/Decreto...) nº (...)/(...).
<b>8.17.1, "l"</b>	<p>( ) Serão exigidos os seguintes documentos adicionais:</p> <p>I (...);</p> <p>II (...);</p> <p>(X) Não serão exigidos documentos adicionais.</p>
<b>8.17.2. 1</b>	(X) Será exigido registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia); e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo); e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;



8.17.2.

2

Quanto à **capacitação técnico-operacional**: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução do serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

*Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor licitado.*

Para a demonstração da capacidade técnico-operacional da licitante será admitida a comprovação da execução mínima dos quantitativos das parcelas consideradas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, assim considerados:

CÓDIGO	ITEM	UND	PROJETO	30% PROJETO (EDITAL)
COMP.05	Execução de piso industrial de concreto armado, fck = 20 MPa, espessura de 12,0 cm.	m²	815,50	244,65
104739	Aterro Compactado.	m³	585,20	175,56
102363	Alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado (montantes com diâmetro 2", travessas e escoras com diâmetro 1 ¼"), com tela de arame galvanizado fio 12 BWG e malha quadrada 5x5cm.	m²	328,50	98,55
103335	Alvenaria de tijolo cerâmico furado 9x14x19, 1vez, esp=14cm, assentado com argamassa traço 1:2:8 (baldrame).	m²	224,54	67,36

8.17.2.

3

Quanto à **capacitação técnico-profissional**, os itens de serviços e parcelas de maior relevância com quantidades mínimas a serem comprovadas são os seguintes:





CÓDIGO	ITEM	UND	PROJETO	30% PROJETO (EDITAL)
COMP.05	Execução de piso industrial de concreto armado, fck = 20 MPa, espessura de 12,0 cm.	m <sup>2</sup>	815,50	244,65
104739	Aterro Compactado.	m <sup>3</sup>	585,20	175,56
102363	Alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado (montantes com diâmetro 2", travessas e escoras com diâmetro 1 ¼"), com tela de arame galvanizado fio 12 BWG e malha quadrada 5x5cm.	m <sup>2</sup>	328,50	98,55
103335	Alvenaria de tijolo cerâmico furado 9x14x19, 1vez, esp=14cm, assentado com argamassa traço 1:2:8 (baldrame).	m <sup>2</sup>	224,54	67,36

<b>8.17.2. 4</b>	Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, a saber: <ul style="list-style-type: none"><li>a) Motoniveladora – 125 HP</li><li>b) Caminhão basculante 10 m<sup>3</sup></li><li>c) Placa vibratória (compactador)</li><li>d) EPIs completos</li><li>e) Betoneira 400 L</li><li>f) Mini escavadeira / escavadeira 1,7–3,5t</li></ul>
<b>8.17.3, "d"</b>	<p>(X) O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.</p> <p>( ) O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.17.3 <u>não</u> necessita ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.</p>



<b>8.17.3, "e"</b>	<p>( ) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui <b>capital social mínimo</b> não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente.</p> <p>(X) A licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui <b>patrimônio líquido mínimo</b> não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente.</p>
<b>8.17.3. 1</b>	<p>( ) Para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de (10% a 30%) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme art. 15, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.</p> <p>(X) Não haverá acréscimo quanto aos requisitos de habilitação econômico-financeira para os consórcios não formados integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme justificativa constante nos autos.</p>
<b>8.20</b>	<p>(X) Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.</p> <p>( ) Não se aplica ao caso a realização de vistoria.</p>
<b>8.20.1</b>	Informações para agendamento de vistoria e dúvidas: A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h30 às 13h30, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (0**86) 3216-2199.
<b>9.3</b>	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao endereço eletrônico <a href="mailto:licitacao@seinfra.pi.gov.br">licitacao@seinfra.pi.gov.br</a> ou para o endereço físico Avenida Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo, Bloco G, 1º Andar, CEP: 64.018-900, sendo que a resposta será divulgada no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>



<b>10.10</b>	Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço eletrônico <a href="https://sei.pi.gov.br/sei">https://sei.pi.gov.br/sei</a>
<b>13.12</b>	O presente edital poderá ser retirado nos seguintes endereços eletrônicos: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> ou <a href="https://www.tcepi.tc.br/fiscalizado/sistemas/licitacoes-e-contratos/">https://www.tcepi.tc.br/fiscalizado/sistemas/licitacoes-e-contratos/</a> Poderá também ser encontrado na sede da Contratante, conforme endereço constante no item 1.1 desta <b>Parte Específica</b> .
<b>13.14</b>	Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, além dos Anexos mencionados na <b>Parte Geral</b> deste edital, os seguintes documentos:  A) ANEXO I – Projeto Básico, Planilhas Orçamentárias e Especificações Técnicas; B) ANEXO II – Modelo de Declaração de Anuência ao Edital; C) ANEXO III – Modelo de Declaração de Garantia de Execução Contratual; D) ANEXO IV – Declaração de Instalação do Canteiro de Obras e de Disponibilidade das Máquinas e Equipamentos; E) ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços; F) ANEXO VI – Minuta do Contrato.

Teresina, Piauí, 26 de maio de 2026.

**João Fernandes Tajra Torres Nunes**

Agente de Contratação

APROVO:

**DANÍSIO GUIMARÃES MARABUCO**

Secretário de Estado da Infraestrutura do Piauí



SECRETARIA  
DA **INFRAESTRUTURA**  
SEINFRA



## **ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO.**

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)





**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA (Modelo)**

(Em papel timbrado da empresa)

**CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/2026 - SEINFRA**

(Local e Data)

Atendendo as exigências da Concorrência em epígrafe, declaramos expressamente que:

1. Aceitamos e concordamos integralmente e sem qualquer restrição com as condições dessa licitação, expressas no Edital e todos os seus Anexos.
2. Não existe nenhum fato superveniente para nossa habilitação, nem estamos impedidos de licitar, contratar ou transacionar com o Poder Público ou qualquer de seus órgãos descentralizados, nem fomos declarados inidôneos por qualquer órgão Federal, Estadual, Municipal ou Concessionária de energia elétrica e/ou água.
3. Entre os nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnico se demais profissionais, não figuram empregados da Secretário de Estado da Infraestrutura/SEINFRA, nem da empresa CONTRATANTE ou outro órgão ou entidade a ela vinculada.
4. Temos pleno conhecimento dos locais e das condições de execução dos serviços.
5. Não possuir, no quadro pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.
6. Cumprir as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e de outras disposições acerca da matéria.
7. Manteremos válida a nossa Proposta pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação e abertura.

Atenciosamente,

Assinatura do Representante Legal

Nome:

Cargo:

CPF(MF) nº



### ANEXO III

#### **GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Modelo)**

À (Contratante)

**CONSIDERANDO** que (**nome da CONTRATADA**), doravante denominada “**CONTRATADA**”, compromete-se, conforme Contrato nº. \_\_\_\_/20\_\_\_\_, datado de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, a executar as obras (**breve descrição das obras**) nele descritos;

**CONSIDERANDO** que ficou estabelecido no Edital que a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de Garantia de Execução Contratual no valor especificado no Contrato; e

**CONSIDERANDO** que concordamos em dar esta garantia da **CONTRATADA**.

**DECLARAMOS** nossa condição de fiador, sem benefício de ordem, em conformidade com o disposto nos artigos 1.491, 1.500 e 1.503 do Código Civil Brasileiro e dos artigos 261 e 262 do Código Comercial, perante (**qualificar a CONTRATANTE**), pela **CONTRATADA**, até a soma de (**valor da garantia em algarismos e por extenso**), comprometendo-nos pelo presente documento a pagar, mediante solicitação da **CONTRATANTE**, por escrito, declarando a inadimplência da **CONTRATADA**, com cumprimento de suas obrigações contratuais, e sem contraditar a quantia, até o limite de (**valor da garantia**), como acima mencionado, dispensada a apresentação de provas ou razões quanto ao valor especificado na sua solicitação.

**ATESTAMOS** que esta fiança não é gratuita e está regularmente contabilizada, satisfazendo as formalidades exigíveis, em especial a legislação bancária e demais resoluções, instruções e circulares do Banco Central do Brasil, achando-se os signatários devidamente autorizados à prática deste ato.

Esta garantia terá validade até 30 (trinta) dias após a vigência do Contrato, conforme as condições estabelecidas.

(Local e Data)

(Assinatura do representante do Banco)

(Testemunha)

(Chancela)



**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS E DE DISPONIBILIDADE DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

**CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/2026 - SEINFRA**

(Local e Data)

A ..... (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do C.P.F. n.º ....., DECLARA, sob as penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá das instalações do canteiro de obras, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação.

Assinatura do Representante Legal

Nome:  
Cargo:  
CPF(MF) n.º

OBS: Esta declaração dever ser feita em papel timbrado.



**ANEXO V**

**PROPOSTA DE PREÇOS**

**À SEINFRA**

**CONCORRÊNCIA Nº \_\_\_\_/2026 - SEINFRA**

(Local e Data)

Prezados Senhores,

(NOME DA EMPRESA), (n.º do CNPJ), (inscrição estadual), sediada (endereço completo), (CEP), por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) (cargo), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º (e-mail), residente e domiciliado no (endereço completo), firmado abaixo e que será o responsável pela assinatura do contrato, tendo examinado as condições do Edital e dos Anexos que o integram, propomos executar e concluir as obras previstas no mencionado Edital, pelo preço global de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_). Outrossim, declaramos que:

- a) Temos conhecimento do local onde serão executadas as obras e aceitamos todas as condições impostas pelo edital e seus anexos;
  - b) A obra será executadas e concluídas no prazo máximo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias, contado da data estabelecida na ordem de serviço;
  - c) A garantia dos serviços será de 05 (cinco) anos;
  - d) Esta proposta compreende todas as despesas com mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução de toda a obra;
  - e) Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado da data final prevista para sua entrega.
  - f) O pagamento deve ser efetuado na Conta corrente \_\_\_\_, Agência \_\_\_\_, banco \_\_\_\_
  - g) Para contato com a empresa, poderão ser utilizados os seguintes meios: telefone nº \_\_\_\_, fax n.º e e-mail \_\_\_\_
- Até que o contrato seja assinado, esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observadas as condições deste Edital.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

Cargo:

CPF(MF) nº

**Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA**

**Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar**

**CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98**

**E-mail: seinfra@seinfra.gov.br**

**Redes sociais: @seinfra.pi**





**ANEXO VI**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO N.º \_\_\_\_/2026**  
**CONCORRÊNCIA Nº 056/2026 – SEINFRA**  
**PROCESSO SEI Nº 00114.000243/2026-16**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA, SITUADA NA LOCALIDADE OLHO D' ÁGUA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O ESTADO DO PIAUÍ POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DO OUTRO, COMO CONTRATADA A EMPRESA:**  
**(.....)**

O Estado do Piauí, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.531/0001-98, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede no Centro Administrativo, Bloco G, 1º andar, nesta Capital, neste ato representado por seu Secretário, Sr. FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA JUNIOR, portador da cédula de identidade nº 1.712.191 SSP-PI, inscrito no CPF sob o nº 651.754.843-20; e a Empresa (.....) com sede e foro na cidade de (.....) Estado do (.....), estabelecida à (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (.....), aqui representada por (nome completo, cargo) inscrito(a) no CPF sob o nº (.....), portador(a) da carteira de identidade RG nº (.....), doravante denominada abreviadamente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da Concorrência Eletrônica nº 056/2026, constante do Processo Administrativo nº 00114.000243/2026-16, Parecer PGE/PLC nº (.....) e o que mais consta do citado Processo Administrativo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei n. 14.133/2021, bem como com o Decreto Estadual n. 21.872/2023, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

**PARTE GERAL**



#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO**

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Projeto Básico constante dos autos, conforme Processo Administrativo discriminado na **Parte Específica** deste Contrato e tem como fundamento a Lei Federal n. 14.133/2021, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorpam.

1.2. A **Parte Específica** definirá se o contrato se origina de Concorrência Eletrônica ou contratação direta, indicando o fundamento legal utilizado para a dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO**

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação da obra/serviço especial de engenharia descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico e na proposta da Contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.2. A **Parte Específica** deste Contrato definirá o regime de execução do objeto.

2.3. A **Parte Específica** deste Contrato definirá se a elaboração de Projeto Executivo encontra-se inserida no objeto deste Contrato, conforme especificado no Projeto Básico.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA APARELHAGEM E DO MATERIAL NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. A aparelhagem e o material necessários à execução dos trabalhos serão de responsabilidade e ônus exclusivamente da CONTRATADA, ficando estabelecido que a CONTRATANTE não emprestará nem fornecerá quaisquer ferramentas, aparelhos ou veículos.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS NORMAS E ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E DA EXECUÇÃO**

4.1. As obras e serviços ora contratados obedecem às especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos constantes do processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, reservado à CONTRATANTE o direito de rejeitar as obras ou serviços que não estiverem de acordo com as referidas especificações, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. A CONTRATADA declara conhecer perfeita e integralmente, as especificações e demais elementos técnicos referentes à execução dos serviços. Declara, ainda, que conhece perfeitamente todas as condições e locais de execução dos serviços, tudo o que foi previamente considerado quando da elaboração da proposta que apresentou no processo administrativo de que decorre este contrato, em razão do que declara que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas e encargos que terá que suportar, representando aqueles preços a única contraprestação que lhe será devida pela CONTRATANTE pela realização do objeto deste



contrato.

5.2. O representante da CONTRATADA declara sob as penas da lei que dispõe de poderes suficientes à celebração deste contrato e para obrigar de pleno direito à mesma CONTRATADA. Assim sendo, os termos deste contrato obrigam as partes de pleno direito.

#### **CLAUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DOS DETALHES EXECUTIVOS**

6.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de, em qualquer fase ou ocasião, fazer alterações nos detalhes executivos, seja reduzindo ou aumentando o volume de serviços das obras, na forma prevista na lei.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO**

7.1. O valor deste Contrato está previsto na **Parte Específica** e representa o montante da proposta da CONTRATADA, baseada nas planilhas de quantitativos constantes no processo administrativo citado na Cláusula Primeira e multiplicado pelos respectivos preços unitários.

7.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos de transporte, carga e descarga de materiais, despesas de materiais, despesas de execução, mão-de-obra, leis, encargos sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, bem como despesas de conservação até o seu recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

#### **CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;
- b) Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;
- c) Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou no processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, bem como as mesmas condições de habilitação;
- d) Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arrecimação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;
- e) Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;
- f) Zelar pelos interesses da CONTRATANTE relativamente ao objeto do contrato;



- g) Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses da CONTRATANTE relativamente aos serviços;
- h) Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a CONTRATADA frente à CONTRATANTE;
- i) Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela CONTRATANTE e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.
- j) Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto a necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço. A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subempreitada.
- k) Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato;
- l) Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.
- m) Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos.

8.2. O Contratado deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força de contrato de obra pública e/ou prestação de serviços de engenharia que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.

8.3. A obrigação estipulada no item 8.2 só será exigível após a devida contratação e emissão de ordem de serviço ou outro instrumento pelo qual é dado comando para o início das obras e/ou serviços referidos, e desde que haja compatibilidade entre os beneficiários da política pública e as funções a serem desempenhadas por estes.

8.4 O Contrato deverá reservar as vagas previstas no item 8.2 na seguinte proporção:

- a) No mínimo 5% (cinco por cento) dos empregos diretos criados, no caso de o contratado vir a admitir 20 (vinte) ou mais empregados.
- b) Ao menos 1 (um) empregado, no caso de o contratado vir a admitir entre 6 (seis) e 19 (dezenove) empregados; e
- c) Admissão facultativa, no caso de o contratado vir a admitir 5 (cinco) ou menos empregados.

8.5. As vagas, mencionadas no item 8.4, serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação estabelecida em processo único de seleção a cargo da Secretaria da Justiça - SEJUS, nos termos de regulamentação própria.

8.6. No caso de não haver beneficiários selecionados na forma do item 8.5, o contratado deverá preencher os





empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.

8.7. O Contratado deverá reservar, preferencialmente, o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego diretos na área de construção civil criadas por força do contrato de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para pessoas do sexo feminino, desde que compatível com o exercício das atividades inerentes ao objeto do contrato.

8.8. A obrigação estipulada no 8.7 só será exigível após a devida contratação e emissão da ordem de serviços ou outro instrumento pelo qual é dado comando para início das obras e/ou serviços referidos.

8.9. No caso de não haver beneficiários habilitados na forma item 8.7, o Contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.

8.10. A ausência de beneficiários habilitados será consignada pelo Contratado no "Livro de Ocorrências" juntamente com as diligências que empregou para encontrá-los, tais como avisos veiculados em jornais locais e programas de rádio, e será revista pelo Fiscal do Contrato a tempo e modo.

8.11. A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização da CONTRATANTE, quer seja exercida por servidores do quadro da própria CONTRATANTE, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.

8.12. As determinações da fiscalização obrigam a CONTRATADA, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a CONTRATADA não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular da CONTRATANTE, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.

8.13. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Disponibilizar o local das obras;
- b) Aprovar as medições em tempo hábil;
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula onze deste Contrato;
- d) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
- e) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato;
- f) Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação;
- g) Aplicar penalidades, conforme o caso;



- h) Observar as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que trata do cadastramento e acompanhamento de contratos e obras nos Sistemas Licitações, Contratos e Obras WEB;
- i) Observar as disposições do Decreto Estadual nº 16.199/2015, que trata do cadastramento e alimentação dos dados da obra no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Ações Estratégicas – SIMO;
- j) Disponibilizar a presente contratação no Portal Nacional de Compras Públicas ou, em caso de indisponibilidade, em página da Contratante na Internet e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2758/2021 – Plenário.

**9.2.** Constituem direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 104, 147 a 149 e 137 a 139 da Lei n. 14.133/2021.

**9.3.** As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

**10.2.** A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, pela Lei Orçamentária Anual.

#### **CLÁUSULA ONZE - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos constantes no processo administrativo citado na Cláusula Primeira, em especial no cronograma físico-financeiro.

**11.2.** Os pagamentos dos serviços serão feitos por medições mensais, pelo Estado do Piauí, através da CONTRATANTE, em moeda legal e corrente no País, através de ordem bancária em parcelas compatíveis com o Cronograma Físico e Financeiro, contra a efetiva execução dos serviços e apresentação de seus efeitos, tudo previamente atestado pelo setor competente da CONTRATANTE, em consonância com o SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios, mediante apresentação, no que couber, dos seguintes documentos:

- I – Carta da Contratada encaminhando a medição;
- II – Memória de cálculo;
- III – Planilha de medição atestada e boletim de faturamento;



- IV – Certificado de medição, definindo o período correspondente;
- V – Cronograma executivo (físico) realizado;
- VI – Quadro resumo financeiro;
- VII – Relatório fotográfico, contendo comentários por foto;
- VIII – Cópia do diário de obras referente aos dias de execução dos serviços objetos da medição, assinada pelo engenheiro responsável (da contratada) e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização;
- IX - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- X - Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos estaduais e à Dívida Ativa do Estado;
- XI - Certidão Negativa de Débitos junto ao governo municipal do domicílio ou sede da contratada, na forma da lei;
- XII - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- XIII – cópia do seguro-garantia;
- XIV – Relação dos trabalhadores constantes na SEFIP;
- XV – Guia de recolhimento do FGTS;
- XVI – Guia de recolhimento previdenciário – GFIP;
- XVII – Comprovante de pagamento do ISS;
- XVIII – Relatório pluviométrico, quando couber;
- XIX – Planta iluminada contendo trechos realizados na medição atual (cor amarela), nas medições anteriores acumuladas (cor azul) e trecho restante (cor vermelha), quando se tratar de obras de característica unidimensional;
- XX – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- XXI – Declaração de cumprimento da Lei Estadual nº 6.344/2013, que trata da reserva de vagas em obras públicas para egressos do sistema prisional, conforme parágrafos 1º a 5º da Cláusula Oitava, ou justificativa para eventual impossibilidade de cumprimento de tal obrigação.

**11.3.** Os documentos especificados nos incisos II, III, IV, V e VII acima deverão estar assinados pela empresa contratada e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização.

**11.4** Além dos documentos elencados no **item 11.2**, deverão constar da primeira medição:

- I – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – dos responsáveis técnicos pela execução da obra, com o respectivo comprovante de pagamento;



- II – Cópia da ordem de serviço;
- III – Cópia dos demais seguros exigidos no contrato;
- IV – Matrícula no cadastro específico do INSS (CEI).

**11.5.** Para a última medição, além dos documentados discriminados no caput, serão exigidos:

- I – Baixa da matrícula no cadastro específico do INSS (CEI);
- II – Projeto “As Built”, caso previsto na **Parte Específica**;
- III – Termo de recebimento definitivo.

**11.6.** Contratada poderá apresentar à CONTRATANTE para pagamento, fatura ou documento equivalente. Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pela CONTRATANTE durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame a CONTRATANTE, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura, quanto aos prazos aqui estabelecidos.

**11.7.** As parcelas de pagamento seguirão a programação do Cronograma Físico- Financeiro da obra ou serviço, suas etapas, sub-etapas e respectivas porcentagens.

**11.8.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro estiverem executados em sua totalidade e aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE.

**11.9.** O Cronograma Físico-Financeiro da obra/serviço, após revisado e aprovado pela CONTRATANTE, terá sua versão final anexada a este termo contratual.

**11.10.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pela CONTRATANTE, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.

**11.11.** Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.

**11.12.** No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{}$$

$$I = 0,00016438$$





**11.13.** Entende-se por atraso imputável ao Poder Público, para fins do item anterior, o não pagamento do preço ou de parcela deste, conforme acordado neste instrumento contratual e desde que admissível a divisão da prestação devida pelo contratado em tantas quantas sejam as etapas da obra, serviço ou fornecimento contratado, por mais de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento devidamente atestado por servidor ou comissão responsável.

**11.14.** Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos setoriais da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço, desde que não tenha dado causa ao atraso.

**11.15.** A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras e serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho.

**11.16.** Conforme art. 75, § 4º, da Lei n. 14.133/2021, o pagamento será efetuado preferencialmente por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, caso indisponível, no sítio da Contratante na internet.

**11.17.** Em caso de impossibilidade de utilização de cartão de pagamento, este deverá ser efetuado através de ordem bancária, para crédito na Conta Corrente indicada na **Parte Específica** deste Contrato, valendo à CONTRATANTE como comprovantes de pagamento e como instrumento de quitação, os recibos dos depósitos ou transferências bancárias.

**11.18.** A **Parte Específica** deste Contrato irá definir a necessidade de pagamento de serviços de instalação, mobilização e desmobilização.

**11.19.** Caso o item 2.3 da **Parte Específica** deste Contrato tenha definido a elaboração de Projeto Executivo como obrigação da Contratada, deverão ainda ser observadas as disposições de pagamento indicadas na **Parte Específica**.

## CLÁUSULA DOZE - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

**12.1.** Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme a seguinte fórmula:**



$$R = V \left[ \frac{I - I_o}{I_o} \right]$$

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da obra/serviço a ser reajustado;

$I_o$  = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data do orçamento a que a proposta se refere, *pro rata dia*;

I = Índice relativo à data do reajuste, *pro rata dia*.

**12.3.** O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica, salvo de outro índice for indicado na **Parte Específica** deste Contrato.

**12.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.5.** Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, cujos efeitos terão início somente após o requerimento, não sendo devidos valores referentes a medições de serviços executados anteriormente.

**12.6.** Ocorrendo a hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste Contrato, este se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

**12.7.** Em caso de atraso na execução das obras/serviços atribuível à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios:

a) Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras/serviços seria realizada de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;

b) Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as obras/serviços forem executadas.

**12.8.** Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.

**12.9.** Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.



**12.10.** A partir do reajustamento dos preços a empresa contratada passará a apresentar, para cada pagamento que pretenda receber, duas Faturas, sendo que uma conterá os preços originais contratados e a segunda será composta apenas pelo reajustamento devido, que será calculado conforme a fórmula constante no parágrafo segundo.

#### **CLÁUSULA TREZE - DOS TRIBUTOS**

13.1. Todos os tributos que incidirem ou vierem a incidir sobre este Contrato ou sobre os serviços contratados, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA e deverão ser pagos nas épocas devidas.

13.2. No caso de criação de novos tributos ou alteração nas alíquotas de tributos existentes, os preços sobre os quais incidirem esses tributos serão revistos a partir da época em que ocorrer a alteração da legislação tributária, aumentando-se ou reduzindo-se aqueles preços da maneira apropriada.

#### **CLÁUSULA QUATORZE - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

14.1. O prazo para execução das obras e serviços encontra-se previsto na **Parte Específica** deste Contrato.

**14.2. O início da vigência contratual ocorrerá a partir da data da assinatura deste contrato, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.**

14.3. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2458/2021 – Plenário.

14.4. O presente contrato terá vigência definida na **Parte Específica** deste Contrato.

14.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei n.14.133/2021.

14.6. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.7. O contrato se extinguirá 5 (cinco) dias após o recebimento definitivo da obra.

#### **CLÁUSULA QUINZE - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL**

15.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade profissional pela execução das obras e serviços contratados, obrigando-se, ainda, a comunicar à CONTRATANTE a designação do dirigente técnico, cabendo a esse a responsabilidade total de agir em nome da CONTRATADA, acumulando, se for o caso, as responsabilidades administrativas decorrentes, bem como comunicar previamente todas as substituições que



vier a operar em sua equipe técnica alocada aos trabalhos objeto do presente Contrato.

15.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo citado na Cláusula Primeira.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS - DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

**16.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade por danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros na execução das obras e serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, parciais ou totais, a pessoas, materiais ou coisas, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir em consequência deste Contrato, ainda que tais reclamações resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas na execução dos trabalhos.**

#### **CLÁUSULA DEZESSETE - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

17.1. A contratada obriga-se a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequências da execução dos trabalhos. Será de exclusiva responsabilidade da contratada a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

17.2. A contratada será única, integral e exclusivo responsável em qualquer caso por todos os prejuízos, de qualquer natureza, que causar a CONTRATANTE ou, ainda, a terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços objeto do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

17.3. A contratada será, também, responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamento necessários às obras e serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto do Contrato e sua entrega perfeitamente concluída.

17.4. A contratada deverá:

- a. Providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessários à assinatura do Contrato, como também no decorrer da execução das obras e serviços;
- b. Registrar o Contrato no CREA e apresentar, à FISCALIZAÇÃO, o comprovante de pagamento da "Anotação de Responsabilidade Técnica";
- c. Responsabilizar-se pela efetivação de seguros para garantia de pessoas e bens;
- d. Fornecer e colocar no Canteiro de Obras as placas ou outras formas de divulgação das fontes de financiamento e de coordenação das obras e serviços, conforme modelos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO;





- e. Manter permanentemente no local das obras e serviços, equipe técnica composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, que assuma perante a FISCALIZAÇÃO a Responsabilidade Técnica pelas obras e serviços, até a entrega definitiva do objeto do Contrato, inclusive com poderes para deliberar determinações de emergência caso se tornem necessárias;
- f. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção das obras e serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;
- g. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, no sentido de garantir a salubridade e segurança no canteiro de obras e serviços;
- h. Quando, por motivo de força maior, houver necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter, previamente e por escrito à FISCALIZAÇÃO, a pretendida substituição;
- i. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, os defeitos ou incorreções verificadas nas obras ou serviços, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais inadequados ou não correspondentes às especificações.

#### **CLÁUSULA DEZOITO - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

18.1. Alterações do contrato observarão o disposto nos artigos 124 a 134 da Lei n. 14.133/2021 e serão incorporadas ao Contrato durante sua vigência, mediante termos aditivos com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE:

- a) Quando, por sua iniciativa, houver modificações dos detalhes executivos ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto até o limite permitido na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato ou instrumento equivalente.

18.1.2. Por acordo entre as partes:

- a) Quando houver a substituição de garantia de execução, por deliberação conjunta das partes;
- b) Quando necessária à modificação do regime de execução, em fase de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos do contrato original;
- c) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao Cronograma Financeiro fixado, sem correspondente contraprestação da execução do objeto.

18.2. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-





base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

18.3. No caso de supressão de parte do objeto do Contrato, se a contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

18.4. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

18.5. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

18.6. A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato.

18.7. Durante todo o período de execução do contrato será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no neste Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa vencedora, de forma a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

18.8. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

18.9. A diferença a que se refere no parágrafo 7º poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda melhor proposta, se houver.

18.10. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pela CONTRATANTE, na forma prevista no capítulo II do Decreto nº 7.983/13, observado o disposto no art. 14 e mantidos os limites do previsto no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

18.11. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- I – para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- II – por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021;
- III – por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46



da Lei n. 14.133/2021;

IV – por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

#### **CLÁUSULA DEZENOVE - DA FISCALIZAÇÃO**

19.1. A FISCALIZAÇÃO da execução das obras e serviços será feita pela CONTRATANTE, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições estabelecidas no Projeto Básico, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato.

19.2. Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos não previsto no Projeto Básico, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da CONTRATANTE, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.

19.3. Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:

- a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra;
- b) Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;
- c) Decidir quanto à aceitação de material “similar” ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;
- d) Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;
- e) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de Serviços;
- f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;
- g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;
- h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- i) Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços executados.
- j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas;
- k) Dar à CONTRATANTE imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;
- l) Relatar oportunamente à CONTRATANTE ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.
- m) Examinar os livros e registros.



19.4. A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.

19.5. Com relação ao "Diário de Ocorrência", compete à FISCALIZAÇÃO:

- a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pela contratada;
- b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas;
- c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário;
- d) Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe;
- e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe;
- f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;
- g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.

19.6. A **Parte Específica** deste Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização da execução do objeto, de acordo com as respectivas peculiaridades.

#### **CLÁUSULA VINTE - DA CAUÇÃO DE EXECUÇÃO**

20.1. A **Parte Específica** poderá prever a prestação de garantia pelo licitante vencedor.

20.2. No caso de prestação de garantia mediante seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

20.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convenionada.

20.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

20.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 20.1 da **Parte Específica** deste contrato.

#### **CLÁUSULA VINTE E UM - DAS PENALIDADES**

21.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.



21.2. Conforme art. 155 da Lei n. 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

21.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.4. A sanção prevista na alínea "a" do subitem 21.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea "a" do subitem 21.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.5. A sanção prevista na alínea "b" do subitem 21.3, calculada na forma do item 12.11 deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 21.2.

21.6. A sanção prevista na alínea "c" do subitem 21.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem 21.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.7. A sanção prevista na alínea "d" do subitem 21.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas





previstas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l", do subitem 21.2, bem como pelas infrações administrativas previstas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 21.6 e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.8. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 21.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do referido subitem.

21.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.10. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

21.11. Multas

21.11.1. Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o saldo contratual. Para inexecução total, a multa aplicada será de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.11.1.1. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

- a) O CONTRATADO executar, até o final do prazo de execução de conclusão da obra, menos de 80% (oitenta por cento) do total do contrato;
- b) Houver atraso injustificado por mais de 60 (sessenta) dias após o término do prazo fixado para a conclusão da obra.

21.11.1.2. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de serviço.

21.11.2. Além das multas previstas no item 21.11.1 e subitens, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 1.1, 1.2 e 2 abaixo.

**Tabela 1.1 – Obra até 10 milhões**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------





1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 1.2 – Obra acima de 10 milhões

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 1000,00
5	R\$ 5.000,00
6	R\$ 10.000,00

Tabela 2

INFRAÇÃO		GRAU
Item	DESCRIÇÃO	
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	01
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	01
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02
	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI),	



5	quando necessários; por empregado, por ocorrência.	03
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	03
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	03
9	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	04
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	06
	<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>	
13	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato; por dia de atraso.	01
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01
16	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
18	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	02
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia.	02



21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
22	Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências"- DIÁRIO DE OBRAS; por dia.	04
23	Registrar diariamente o andamento dos serviços e os fatos relativos à execução das obras, no DIÁRIO DE OBRAS. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da CONTRATANTE; por dia.	03
24	Encaminhar semanalmente para arquivamento na pasta do contrato na CONTRATANTE, a 1ª via do DIÁRIO DE OBRAS relativo à semana anterior. Por semana.	03
25	Inserir no DIÁRIO DE OBRAS, as justificativas apresentadas para subsidiar as alterações do contrato na data de sua ocorrência anexando os registros no pedido; Por ocorrência.	06
26	Iniciar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas no projeto básico; por dia.	04
27	Cumprir quaisquer dos itens do <b>Projeto Básico e deste Contrato</b> , mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	04
28	Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, tíquetes-refeições, seguros, encargos fiscais sociais, bem como arcar com quaisquer despesas direta e/ou indiretas relacionadas a execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	05

21.11.3. Quando o CONTRATADO deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela FISCALIZACAO, serão aplicadas multas conforme Tabela 3. A apuração dos atrasos será feita mensalmente.

21.11.3.1. A(s) multa(s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirá (ão) sobre os valores previstos para o pagamento do mês em que ocorrer o atraso, de acordo como cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pela FISCALIZACAO.

21.11.3.2. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitara o CONTRATADO a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s), conforme Tabela 3 a seguir:

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA

Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar

CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98

E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)

Redes sociais: @seinfra.pi



**Tabela 3**

<b>GRAU</b>	<b>MULTA (sobre o valor previsto a ser executado no mês)</b>	<b>TIPO DE ATRASO</b>
1	0,10%	BRANDO E EVENTUAL
2	0,30%	MEDIANO E EVENTUAL BRANDO E INTERMITENTE
3	0,50%	GRAVE E EVENTUAL BRANDO E CONSTANTE
4	0,70%	MEDIANO E INTERMITENTE
5	0,90%	GRAVE E INTERMITENTE MEDIANO E CONSTANTE
6	1,10%	GRAVE E CONSTANTE

21.11.3.3. Quanto a gravidade, o atraso será classificado como:

- a) brando: quando acarretar um atraso de 5% até 15% na execução dos serviços no mês;
- b) mediano: quando acarretar um atraso de 15% a 25% na execução dos serviços no mês;
- c) grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% na execução dos serviços no mês.

21.11.3.4. Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

- a) eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
- b) intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;
- c) constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

21.11.3.5. A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se a comparação entre o valor total acumulado previsto pelo CONTRATADO no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão. A multa poderá ser aplicada no decorrer da obra, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso.

21.11.3.6. No primeiro mês em que ocorrer atraso poderá ser aplicada, a critério da FISCALIZACAO, a sanção de advertência. A qualquer tempo a FISCALIZACAO poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso da obra de até 5%.

21.11.3.7. Se o CONTRATADO apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a FISCALIZACAO poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.

21.11.3.8. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.

21.11.4. Por atraso na conclusão da obra poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias.

21.11.4.1. Após o sexagésimo dia, será aplicada a sanção de inexecução parcial, conforme definido



anteriormente.

21.11.5. O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

21.12. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

21.13. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

21.14. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### **CLÁUSULA VINTE E DOIS - DA RESCISÃO**

22.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

22.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

22.3. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

I) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III) Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

22.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III) Indenizações e multas.





#### **CLÁUSULA VINTE E TRÊS - SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO**

23.1. A **Parte Específica** do Contrato irá definir a permissão ou não de subcontratação.

#### **CLÁUSULA VINTE E QUATRO - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

24.1. Concluídos os serviços, após comunicação formal por escrito do adimplemento total da conclusão pelo contratado, a CONTRATANTE procederá ao recebimento provisório do objeto, no prazo indicado na **Parte Específica**, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico.

24.2. A CONTRATANTE receberá os serviços em caráter definitivo no prazo indicado na **Parte Específica**. Durante o período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, ficará o contratado obrigado a efetuar reparos que, a juízo da CONTRATANTE se fizerem necessários quanto à qualidade e segurança do objeto.

24.3. Encerrado o prazo fixado no subitem anterior, o objeto será recebido definitivamente por servidor ou comissão designada para tal fim, mediante termo detalhado assinado pelas partes, desde que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 140, I, "b" da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções civis.

24.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

#### **CLÁUSULA VINTE E CINCO - DOS CASOS OMISSOS**

25.1. Os casos omissos e os que se tornarem controvertidos serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021, garantido à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa de seus interesses.

#### **CLÁUSULA VINTE E SEIS - DA EFICÁCIA**

26.1. A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

26.2. Em caso de indisponibilidade das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverá o extrato do contrato ser publicado na página da internet da Contratante e no Diário Oficial do Estado, conforme Acórdão TCU n. 2458/2021 – Plenário

#### **CLAUSULA VINTE E SETE - DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO**

27.1. Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma



destas operações ficará condicionada à análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

#### **CLAUSULA VINTE E OITO - DA PROTEÇÃO DE DADOS**

28.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

28.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

28.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

28.4. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e 14 da Lei n. 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;
- c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades. Eventualmente, podem as partes convencionar, por escrito, que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;



e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao disposto acima, esta garante que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.1.4) sempre que necessário, orientará a Empresa de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí - ETIPI, ou a entidade que a substituir, durante o período de tratamento de dados pessoais, também em relação aos dados transferidos para país estrangeiro, para que ocorra em conformidade com a legislação sobre proteção de dados aplicável e com as cláusulas do contrato;

e.1.5) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.6) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.7) zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.8) tratará os dados pessoais apenas em nome da CONTRATANTE e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a CONTRATANTE que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.9) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa



alteração a CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.10) notificará imediatamente a CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.

e.1.11) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.12) a pedido da CONTRATANTE apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.13) em caso de subcontratação, informará previamente a CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;

e.1.14) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;

e.1.15) enviará imediatamente a CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato

28.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e/ou prepostos das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE.

28.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.

28.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

28.8. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

28.9. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

28.10. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a





colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

28.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

28.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

28.13. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.

28.14. As disposições elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

#### **CLAUSULA VINTE E NOVE - DO FORO**

29.1. Fica eleito o foro da comarca de Teresina-PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

E, para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Teresina, Piauí, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

.....  
CONTRATANTE

.....  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_





### **PARTE ESPECÍFICA**

As seguintes informações específicas sobre o Contrato deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

<b>Parte Geral</b>	<b>Definições da Parte Específica</b>
<b>1.1</b>	Processo Administrativo: 00114.000243/2026-16
<b>1.2</b>	(X) A presente contratação decorre da Concorrência Eletrônica nº 056/2026.  ( ) A presente contratação ocorre por Dispensa/Inexigibilidade de licitação fundamentada no (art. ... Lei...).
<b>2.1</b>	O objeto do presente contrato é a Construção de quadra poliesportiva, situada na localidade Olho D' Água na zona rural do município de Boqueirão do Piauí - PI.
<b>2.2</b>	(X) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço unitário.  ( ) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada por preço global.  ( ) A execução do serviço ocorrerá sob o regime empreitada integral.  ( ) A execução do serviço ocorrerá sob o regime tarefa.  ( ) A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação integrada.  ( ) A execução do serviço ocorrerá sob o regime de contratação semi-integrada.
<b>2.3</b>	( ) Inclui-se no objeto contratual a elaboração de Projeto Executivo, conforme especificado no Projeto Básico.  (x) Não se inclui no objeto contratual a elaboração de Projeto Executivo, considerando que já foi previamente preparado pela Contratante.



<b>7.1</b>	O valor total do presente Termo de Contrato é de <b>R\$ (...) (...por extenso...)</b> .
<b>8.13</b>	<p>Sem prejuízo das obrigações previstas na <b>Parte Geral</b>, são deveres da CONTRATADA:</p> <p>A CONTRATADA se obriga a:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;</li><li>2. Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;</li><li>3. Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou no processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, bem como as mesmas condições de habilitação;</li><li>4. Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;</li><li>5. Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;</li><li>6. Zelar pelos interesses da CONTRATANTE relativamente ao objeto do contrato;</li><li>7. Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses da CONTRATANTE relativamente aos serviços;</li><li>8. Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a CONTRATADA frente à CONTRATANTE;</li><li>9. Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela CONTRATANTE e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.</li><li>10. Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e Equipamentos de Proteção Individual – EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto a necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço. A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subempreitada.</li></ol>



	<p>11. Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato;</p> <p>12. Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.</p> <p>13. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos.</p> <p>§ 1º O Contratado deverá reservar parte dos empregos diretos criados por força de contrato de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para egressos do Sistema Prisional e cumpridores de medidas de segurança e penas alternativas.</p> <p>§ 2º A obrigação estipulada no § 1º só será exigível após a devida contratação e emissão de ordem de serviço ou outro instrumento pelo qual é dado comando para o início das obras e/ou serviços referidos, e desde que haja compatibilidade entre os beneficiários da política pública e as funções a serem desempenhada por estes.</p> <p>§ 3º O Contrato deverá reservar as vagas previstas no § 1º na seguinte proporção:</p> <p>a) No mínimo 5% (cinco por cento) dos empregos diretos criados, no caso de o contratado vir a admitir 21 (vinte e um) ou mais empregados.</p> <p>b) Ao menos 1 (um) empregado, no caso de o contratado vir a admitir entre 6 (seis) e 20 (vinte) empregados; e</p> <p>c) Admissão facultativa, no caso de o contratado vir a admitir 5 (cinco) ou menos empregados.</p> <p>§ 4º As vagas, mencionadas no § 3º, serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação estabelecida em processo único de seleção a cargo da Secretaria Estadual de Trabalho e Empreendedorismo – SETRE, nos termos de regulamentação própria.</p> <p>§ 5º No caso de não haver beneficiários selecionados na forma do § 4º, o contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.</p> <p>§ 6º O Contratado deverá reservar, preferencialmente, o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas de emprego diretos na área de construção civil criadas por força do contrato de obra pública que vier a firmar com o Estado do Piauí e seus órgãos, para pessoas do sexo feminino, desde que compatível com o exercício das atividades inerentes ao objeto do contrato.</p>
--	---



	<p>§ 7º A obrigação estipulada no § 6º só será exigível após a devida contratação e emissão da ordem de serviços ou outro instrumento pelo qual é dado comando para início das obras e/ou serviços referidos.</p> <p>§ 8º No caso de não haver beneficiários habilitados na forma do § 6º, o Contratado deverá preencher os empregos criados da forma que for mais útil para a perfeita execução do contrato.</p> <p>§ 9º A ausência de beneficiários habilitados será consignada pelo Contratado no "Livro de Ocorrências" juntamente com as diligências que empregou para encontrá-los, tais como avisos veiculados em jornais locais e programas de rádio, e será revista pelo Fiscal do Contrato a tempo e modo.</p> <p>§ 10º A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização da CONTRATANTE, quer seja exercida por servidores do quadro da própria CONTRATANTE, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.</p> <p>§ 11º As determinações da fiscalização obrigam a CONTRATADA, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a CONTRATADA não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular da CONTRATANTE, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.</p>
<b>9.3</b>	<p>Sem prejuízo das obrigações previstas na <b>Parte Geral</b>, são deveres da CONTRATANTE:</p> <p>A CONTRATANTE se obriga a:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Disponibilizar o local das obras;</li><li>2. Aprovar as medições em tempo hábil;</li><li>3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula sétima deste Contrato;</li><li>4. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;</li><li>5. Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato.</li><li>6. Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação</li><li>7. Aplicar penalidades, conforme o caso.</li><li>8. Observar as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que trata do cadastramento e acompanhamento de contratos</li></ol>



	<p>e obras nos Sistemas Licitações, Contratos e Obras WEB.</p> <p>9. Observar as disposições do Decreto Estadual nº 16.199/2015, que trata do cadastramento e alimentação dos dados da obra no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Ações Estratégicas – SIMO.</p>
<b>10.1</b>	<p>As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Estado do Piauí, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:</p> <p>Gestão/Unidade: 160101</p> <p>Fonte: 754</p> <p>Programa de Trabalho: 15.451. 0105. 5060</p> <p>Elemento de Despesa: 449051</p>
<b>11.5, "II"</b>	<p>(X) Para fins de pagamento da última medição, a Contratada deverá apresentar Projeto "As Built".</p> <p>( ) Para fins de pagamento da última medição, não será necessária a apresentação de Projeto "As Built".</p>
<b>11.17</b>	<p>Conta Corrente (.....), Banco (.....), Agência (.....).</p>
<b>11.18</b>	<p>(X) O pagamento da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização ocorrerá no valor do preço apresentado na proposta, conforme especificado abaixo:</p> <p>a) Instalação e manutenção do canteiro: de acordo com o cronograma financeiro proposto;</p> <p>b) Mobilização: serão medidos e pagos (....%) do valor proposto para o item na primeira medição. Os (...%) restantes serão medidos e pagos após efetiva mobilização de suas máquinas e equipamentos conforme programado no Cronograma;</p> <p>c) Desmobilização: após a total desmobilização, comprovada pela Fiscalização.</p> <p>d) Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) – será pago conforme o percentual de serviços executados no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item:</p> <p style="text-align: center;"><math>\%AL = (\text{Valor da Medição Sem AL} / \text{Valor do Contrato (incluso aditivo financeiro) Sem AL})</math></p>





	<p>11.18.1. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AL) terão como unidade na planilha orçamentária “global” e será pago o quantitativo do percentual em número inteiro em valor absoluto com no máximo duas casas decimais.</p> <p>( ) Não haverá necessidade de pagamento de serviços de instalação, mobilização e desmobilização.</p>						
11.19	<p>( ) 11.19.1. Para a elaboração do Projeto Executivo, a(s) medição(ões) se processará (ão) em parcela(s), no(s) seguinte(s) percentual (is) em relação ao <b>preço global do projeto executivo</b>, constante da proposta de preços da contratada:</p> <table><tr><th>PARCELA(S)</th><th>% DO PREÇO GLOBAL DO PROJETO EXECUTIVO</th><th>EVENTOS</th></tr><tr><td>1ª</td><td>100</td><td>Na elaboração do Projeto e recebimento pela fiscalização da CONTRATANTE</td></tr></table> <p>11.19.2. A(s) medição (ões) relativa(s) ao serviço de elaboração do projeto executivo de engenharia constará(ão) de folha resumo contendo a relação de serviços executados.</p> <p>(x ) Não se aplica, considerando que o item 2.3 da <b>Parte Específica</b> não estabeleceu a elaboração de Projeto Executivo como objeto do presente contrato.</p>	PARCELA(S)	% DO PREÇO GLOBAL DO PROJETO EXECUTIVO	EVENTOS	1ª	100	Na elaboração do Projeto e recebimento pela fiscalização da CONTRATANTE
PARCELA(S)	% DO PREÇO GLOBAL DO PROJETO EXECUTIVO	EVENTOS					
1ª	100	Na elaboração do Projeto e recebimento pela fiscalização da CONTRATANTE					
12.4	<p>(X) Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o Índice Nacional da Construção Civil – Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas, conforme já indicado na Parte Geral deste Contrato.</p> <p>( ) Para fins de reajuste do valor contratual será utilizado o índice (...).</p>						
14.1	<p>O prazo de execução do serviço é de <b>90 (noventa) dias</b>, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, prorrogável justificadamente pelo prazo necessário à conclusão do objeto, na forma do art. 111 da Lei n. 14.133/2021.</p>						



<b>14.4</b>	O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.
<b>19.6</b>	<p>A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:</p> <p>A FISCALIZAÇÃO da execução das obras e serviços será feita pela CONTRATANTE, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições estabelecidas no Projeto Básico, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato.</p> <p>§ 1º Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos não previsto no Projeto Básico, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da CONTRATANTE, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.</p> <p>§ 2º Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra;</li><li>b) Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;</li><li>c) Decidir quanto à aceitação de material "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;</li><li>d) Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;</li><li>e) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de Serviços;</li><li>f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;</li><li>g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;</li><li>h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;</li><li>i) Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços</li></ul>



	<p>executados.</p> <p>j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas;</p> <p>k) Dar à CONTRATANTE imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;</p> <p>l) Relatar oportunamente à CONTRATANTE ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.</p> <p>m) Examinar os livros e registros.</p> <p>§ 3º A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.</p> <p>§ 4º Com relação ao "Diário de Ocorrência", compete à FISCALIZAÇÃO:</p> <p>a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pelo licitante contratado;</p> <p>b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas;</p> <p>c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário;</p> <p>d) Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe;</p> <p>e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe;</p> <p>f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;</p> <p>g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.</p>
<b>20.1</b>	<p>( ) Não será exigida garantia de execução da contratada.</p> <p>(X) No prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá prestar garantia contratual, correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.</p>
<b>23.1</b>	<p>(X) Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.</p>



	<p>( ) É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de (...) % do valor total do contrato, em relação às parcelas das obras e serviços de natureza específica destacados como de menor relevância técnica e valor não significativo, nos termos do Parecer Técnico nº (...):</p> <p>(...)</p> <p>(...)</p> <p>23.1.1. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.</p> <p>23.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.</p>
<b>24.1</b>	Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita do contratado, mediante Termo Detalhado assinado pelas partes.
<b>24.2</b>	Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo não superior a 90 (noventa) dias do recebimento provisório.
<b>28.14</b>	<p>A aplicação da LGPD ao presente contrato abrange, ainda, as seguintes disposições:</p> <p>(...)</p>

Para firmeza e validade de tudo o que ficou dito e aqui estipulado, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (DUAS) vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e



testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Teresina, Piauí, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

.....  
CONTRATANTE

.....  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_






SECRETARIA  
DA **INFRAESTRUTURA**  
SEINFRA



# CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: @seinfra.pi

[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA



## Sumário

1.0 – APRESENTAÇÃO .....	5
2.0 – ASPECTOS GEOGRÁFICOS .....	6
3.0 – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS .....	6
4.0 – ASPECTOS FISIAGRÁFICOS .....	7
5.0 – JUSTIFICATIVA .....	7
6.0 – OBJETIVOS .....	9
7.0 - METAS .....	9
8.0 – METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO .....	9
9.0 – MEMORIAL DESCRITIVO .....	10
10.0 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO .....	12
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA .....</b>	<b>16</b>
PLACA DA OBRA .....	16
CONTAINER PARA ESCRITÓRIO/ALMOXARIFADO .....	16
CONTAINER PARA BANHEIRO .....	16
LOCAÇÃO DA OBRA COM GABARITO .....	17
TAPUME DE PROTEÇÃO: .....	17
REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MOTONIVELADORA: .....	17
PREPARO MANUAL DO FUNDO DE VALAS .....	18
REATERRO MANUAL APILOADO C/ SOQUETE .....	18
ATERRO MANUAL E COMPACTAÇÃO MECÂNICA .....	18
FUNDAÇÃO EM PEDRA ARGAMASSADA (EMBASAMENTO) .....	19
LASTRO EM CONCRETO SIMPLES - BASE PARA BLOCOS DE FUNDAÇÃO .....	19
BLOCOS EM CONCRETO CICLÓPICO .....	19
ALVENARIA EM TIJOLO CERÂMICO FURADO E=14,0 CM 01 VEZ (BALDRAME) .....	20
PISO INDUSTRIAL DE CONCRETO ARMADO, FCK=20MPa ESP=12CM .....	20
PISO TÁTIL EM BORRACHA .....	23



INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:.....	23
PINTURA .....	23
SERVIÇOS COMPLEMENTARES .....	25
MOVIMENTO EM TERRA .....	26
INFRAESTRUTURA: .....	27
SUPERESTRUTURAS .....	28
PISOS: .....	28
PAREDES E PAINÉIS: .....	29
REVESTIMENTOS: .....	30
PINTURA: .....	30
SERVIÇOS COMPLEMENTARES: .....	31
SERVIÇOS FINAIS .....	33
11.0 - OBSERVAÇÕES IMPORTANTES .....	34
12.0 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS .....	36
<b>ORÇAMENTO NÃO DESONERADO</b> .....	38
<b>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA</b> .....	38
<b>MEMÓRIA DE CÁLCULO</b> .....	39
<b>CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO</b> .....	40
<b>COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS</b> .....	41
<b>COMPOSIÇÃO DE PREÇO NÃO DESONERADO</b> .....	42
<b>COMPOSIÇÃO DE BDI – NÃO DESONERADO</b> .....	43
<b>CURVA ABC - SERVIÇOS</b> .....	44
<b>ENCARGOS COMPLEMENTARES</b> .....	45
<b>ENCARGOS SOCIAIS</b> .....	46
<b>ORÇAMENTO DESONERADO</b> .....	47
<b>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA</b> .....	47
<b>COMPOSIÇÃO DE BDI - DESONERADO</b> .....	48
<b>RELATÓRIO FOTOGRÁFICO</b> .....	49



<b>MAPA DE SITUAÇÃO / LOCAÇÃO DA OBRA .....</b>	<b>50</b>
<b>SEÇÕES E PERFIS .....</b>	<b>51</b>
<b>PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA .....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXOS DE PROJETOS / PRANCHAS .....</b>	<b>52</b>



## 1.0 – APRESENTAÇÃO

- **OBJETO:** CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA
- **LOCAL:** LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA , ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO DO PIAUÍ (PI).
- **VALOR DO INVESTIMENTO:** R\$ 750.000,00 (Setecentos E Cinquenta Mil Reais).







## 2.0 – ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O município está localizado na microrregião de Campo Maior, compreendendo uma área irregular de 283,29 km<sup>2</sup>, tendo como limites ao norte os municípios de Boa Hora e Capitão de Campos, ao sul Cocal de Telha e Nossa Senhora de Nazaré, a leste Capitão de Campos e Cocal de Telha, e a oeste Nossa Senhora de Nazaré, Cabeceira do Piauí e Boa Hora. A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 04° 29'13" de latitude sul e 42° 04'26" de longitude oeste e dista cerca de 126 km de Teresina.

## 3.0 – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O município foi criado pela Lei nº 4.680 de 26/01/1994. A população total, segundo o Censo 2000 do IBGE, é de 5.567 habitantes e uma densidade demográfica de 19,67 hab/km<sup>2</sup>, onde 66,28% das pessoas estão na zona rural. Com relação a educação, 56,5% da população acima de 10 anos de idade são alfabetizadas.

A sede do município dispõe de abastecimento de água, energia elétrica distribuída pela Equatorial Energia, terminais telefônicos atendidos pela operadora TIM, Claro e Vivo, agência de correios e loteria, hospital e escola de ensino fundamental e médio.

A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de feijão, algodão, mandioca e milho.



## 4.0 – ASPECTOS FISIOGRAFICOS

As condições climáticas do município de Boqueirão do Piauí (com altitude da sede a 123 m acima do nível do mar) apresentam temperaturas mínimas de 25 o C e máximas de 35 o C, com clima quente tropical. A precipitação pluviométrica média anual é definida no Regime Equatorial Marítimo, com isoietas anuais entre 800 a 1.600 mm, cerca de 5 a 6 meses como os mais chuvosos e período restante do ano de estação seca. Os meses de fevereiro, março e abril correspondem ao trimestre mais úmido da região. Estas informações foram obtidas a partir do Projeto Radam (1973), Perfil dos Municípios (IBGE – CEPRO, 1998) e Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986). Os solos da região compreendem principalmente plintossolos álicos de textura média, fase complexo campo maior. Solos podzólicos vermelho-amarelos, plínticos e não plínticos com transições vegetais caatinga/cerrado caducifólio, floresta ciliar de carnaúba e caatinga de várzea e, secundariamente, solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, drenados, desprovidos de minerais primários, de baixa fertilidade, com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado sub-caducifólio/floresta sub-caducifólia e/ou carrasco. Estas informações foram obtidas a partir do Projeto Sudeste do Piauí II (CPRM – 1973), Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986) e Projeto Radam (1973). As feições geomorfológicas da região compreendem superfície aplainada com presença de áreas deprimidas, que formam lagoas temporárias; superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 300 metros; superfícies onduladas, relevo movimentado, correspondendo a encostas e prolongamentos residuais de chapadas, desníveis e encostas acentuadas de vales e elevações, altitudes entre 150 a 500 metros (serras, morros e colinas) e superfícies tabulares cimeiras (chapadas altas), com relevo plano, altitudes entre 400 a 500 metros, com grandes mesas recortadas. Dados obtidos a partir do Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí (1986) e Geografia do Brasil – Região Nordeste (IBGE – 1977).

## 5.0 – JUSTIFICATIVA

A Construção da Quadra Poliesportiva, na localidade Olho D'Água na zona rural do Município de Boqueirão do Piauí, justifica-se pela necessidade de ampliação



e qualificação dos espaços públicos destinados ao lazer, à convivência comunitária e à prática de atividades esportivas e recreativas. Essa carência contribui para a ociosidade e a falta de atividades estruturadas, expondo muitos jovens a fatores de risco social. A construção da quadra proporcionará um local seguro e adequado para a prática esportiva, promovendo a inclusão social, o desenvolvimento de habilidades como trabalho em equipe e disciplina, e contribuindo para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população. O projeto se alinha diretamente com as diretrizes do Ministério do Esporte para a promoção da vida saudável e a democratização do acesso ao esporte, e se tornará um centro de referência para a comunidade.

É importante ressaltar também que este projeto é de interesse para todo o município tendo em vista que os resultados esperados com a implantação do objeto compreendem dotar o município desta importante infraestrutura melhorando a qualidade de vida da população.



## 6.0 – OBJETIVOS

Diante da grande importância da presente obra para a população local, tem-se a mesma como principais objetivos:

- Oferecer à comunidade em geral uma área dotada de infraestrutura para o esporte e lazer;
- Promover o esporte e inclusão social;
- Proporcionar melhores condições de vida da comunidade em geral;
- Dotar o município com uma melhor infraestrutura urbana para recebimento de jogos, competições e eventos, proporcionando, inclusive o desenvolvimento da região.

## 7.0 - METAS

A Construção da Quadra Poliesportiva, na localidade Olho D'Água na zona rural do Município de Boqueirão do Piauí possui as seguintes características:

- Implantação de alambrados, arquibancada, iluminação da quadra;
- Implantação de quadra poliesportiva;
- Instalações elétricas;

## 8.0 – METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Os custos para implantação desta obra no município de Boqueirão do Piauí - PI contêm todas as despesas decorrentes de mão-de-obra, encargos sociais, materiais de construção, equipamentos, transportes, fretes, taxas e impostos.

As composições de preços unitários do orçamento foram montadas com base na referência do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil considerando os Encargos Sociais sem desoneração no valor de 114,54%.

A composição de BDI foi obtida a partir dos valores de referência dos Acórdãos N° 2622/2013 – TCU Plenário, e Lei N° 13.161/2015.



## 9.0 – MEMORIAL DESCRITIVO

### 9.1 – Localização da obra:

A obra fica localizada na localidade Olho D'Água, zona rural do município de Boqueirão do Piauí, com coordenadas: 4°35'19.17"S / 42° 4'26.92"O. Conforme Figura 02, com condições topográficas compatíveis com os serviços propostos, constituído de terreno plano, sem afloramento de rocha.



Figura 02 - Mapa de localização da obra.

### 9.2 – Comprovação do exercício pleno da propriedade do imóvel:

O local onde será executada a obra é de propriedade da Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí (PI) sendo área de domínio público.

### 9.3 – Comprovação dos Custos Apresentados:





Os custos apresentados são aqueles praticados no mercado e será contratada a firma que apresentar os menores preços e melhores condições de execução das obras.

#### **9.4 – Cronograma Físico-Financeiro:**

Quanto ao Cronograma, ocorrerá o mesmo sendo exigido na licitação e apresentado na Prestação de Contas, estando previsto o prazo de 90 (noventa) dias, para execução da obra propriamente dita.

Em anexo, é apresentado o Cronograma Físico-Financeiro, com os respectivos valores e prazos de execução, compatibilizando com a Planilha detalhada de Custos e Memorial Descritivo.



## 10.0 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



## **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI**



## INTRODUÇÃO

O objetivo destas especificações é estabelecer normas e critérios para a **Construção de Quadra Poliesportiva na localidade Olho D'Água, na zona rural do município de Boqueirão do Piauí - PI**, de modo que os materiais, procedimentos para execução e controle e medição de todos os serviços previstos atendam aos critérios de qualidade estabelecidos em norma.

As Especificações estão divididas de acordo com o orçamento. Serão discriminados todos os serviços que englobam os itens da planilha resumo. Seguindo o orçamento serão especificados individualmente, nessa ordem, os seguintes serviços:

- Placa da Obra;
- Administração Local da Obra;
- Construção de Quadra Poliesportiva na localidade Olho D'Água, na zona rural do município de Boqueirão do Piauí - PI;

Todos os materiais a serem empregados na obra, deverão ser novos e de primeira qualidade. As normas e especificações obedecerão às regulamentações da ABNT e normas próprias das concessionárias locais de serviços públicos. Toda a obra deverá ser acompanhada de detalhes fornecidos em desenhos e especificações técnicas, os quais obedecerão aos critérios da construção definida.

No caso de divergências entre projetos e especificações, serão adotados os seguintes critérios:

- Em caso de omissão de especificações, prevalecerá o disposto no projeto arquitetônico;
- Quando houver omissão no projeto arquitetônico, prevalecerá o disposto nas especificações, ou será feita consulta ao autor do projeto;
- Em caso de discrepância entre o definido no projeto arquitetônico e nas especificações, prevalecerá acima de tudo o serviço descrito na planilha contratada e consulta a esta prefeitura.

Para todos os materiais especificados, serão admitidos similares. As marcas e modelos deverão ser aprovados pela fiscalização.

A aceitação, em qualquer momento, de um material, não será obstáculo para que seja rejeitado no futuro, se forem verificados defeitos de qualidade ou uniformidade.



A executora será obrigada a empregar na construção, pessoal especializado. A fiscalização da obra terá poderes para afastar da obra qualquer funcionário que julgar indispensável ou prejudicial ao bom andamento dos serviços.

Os serviços que porventura ficarem omissos nestas especificações e/ou projetos, somente serão considerados extraordinários, quando autorizados pelo proprietário e com os órgãos envolvidos no projeto.

Nenhum trabalho poderá ser iniciado sem que exista canteiro de obra e um livro de ocorrência com folhas fixas e numeradas.

A executora deverá confeccionar as placas exigidas pelos órgãos financiadores e técnicos envolvidos no projeto e execução.

Todos os serviços de construções, reformas, ampliações e demolições, de qualquer tipo de obra ou serviço, obedecerão ao estabelecido na NBR 5682— Contratação, execução e supervisão de demolições, ao contido nas leis, normas regulamentadoras, portarias, instruções normativas e indicações, oriundas do Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho, e o determinado nestas especificações.

A sinalização, iluminação e segurança da obra são de responsabilidade da EMPRESA EXECUTORA, por conta da qual ocorrerá o ressarcimento de prejuízos a CONTRATANTE ou a TERCEIROS. Na ocorrência de qualquer acidente, portanto, não existirá co-responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

Serão impugnados pela fiscalização todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais. Ficará o construtor obrigado a demolir e a refazer os trabalhos impugnados ficando por sua conta exclusiva as despesas dessas providências.

Para o recebimento da obra, a fiscalização testará todas as instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, de modo que cabe à CONTRATADA, o esmero na execução dos serviços, a fim de que não haja dissabores, posto que o recebimento só se dará mediante a constatação do perfeito funcionamento das instalações.

Findo os serviços de edificação, deverá ser removido todo o entulho da obra, ficando limpa toda a área do canteiro. Serão lavados e cuidadosamente limpos todas as cantarias, pavimentações, vidros, assoalhos, etc.

A obra deverá ser entregue com todas as instalações ligadas as redes públicas.

A inobservância das presentes especificações ou projetos implica na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a contratada refazer as partes renegadas sem direito a indenização.





## ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA

Os custos diretos de administração local são constituídos por todas as despesas incorridas na montagem e na manutenção da infraestrutura da obra compreendendo as seguintes atividades básicas de despesa: Chefia da obra, Administração do contrato, Engenharia e planejamento, Segurança do trabalho, Produção e Gestão de materiais. Essas despesas são partes da planilha de orçamento em itens independentes da composição de custos unitários, especificados como administração local.

## PLACA DA OBRA

A placa da obra deverá ter dimensões de 3,60x1,80 m, com formato e inscrições a serem definidas pelo Governo Federal e pela Prefeitura e de acordo com o manual de cores e proporções de placas de obra. Será executada em chapa galvanizada nº 22 e já fornecida com pintura em esmalte sintético. Serão utilizados frechais de madeira 7,0x7,0 cm na altura estabelecida pelas normas em local visível, preferencialmente na entrada ou saída da cidade. As inscrições deverão ter todas as informações básicas sobre a obra, conforme projeto.

## CONTAINER PARA ESCRITÓRIO/ALMOXARIFADO

Será locado um container metálico simples para utilização em canteiros de obra, com medidas de largura de 2,30 m e comprimento de 6,00 m e altura de 2,50 m. Duas Portas externas do próprio container, Interior com pontos de iluminação e tomadas e interruptor, abertura secundária para circulação de ar, sem divisórias, sem revestimento termo-acústico, podendo ser utilizado com a função de escritório e almoxarifado para armazenar materiais no canteiro.

## CONTAINER PARA BANHEIRO

Será locado um container metálico simples para utilização em canteiros de obra, com medidas de largura de 2,30 m e comprimento de 4,30 m e altura de 2,50 m. Duas portas externas do próprio container, interior com instalação hidro/sanitária incluindo 03 bacias sanitárias, 04 chuveiros, 01 lavatório e 01 mictório, abertura secundária para circulação de ar, para utilização como banheiros.



## LOCAÇÃO DA OBRA COM GABARITO

As fundações deverão ser locadas com gabarito conforme indicado no projeto. A firma contratada locará a obra rigorosamente com o projeto ou sob a orientação da fiscalização da Prefeitura, respeitando o alinhamento, sendo responsável por qualquer erro de alinhamento ou nível e correndo exclusivamente por sua conta a demolição e reconstrução dos serviços verificados como imperfeitos pela fiscalização. Será empregado o uso de tábuas corridas de madeira pontaleadas de 2,5x23,0 cm lisas e isentas de textura que prejudique receber escritura manual. As tábuas que formam o gabarito deverão ser pregadas formando um ângulo de 90° entre si (na vertical e horizontal) com indicação das cotas. O gabarito deverá ser todo ele fixado em pontaletes de madeira cravados no terreno a uma distância não superior a 1,50 m entre pontaletes.

## TAPUME DE PROTEÇÃO:

- Antes de iniciar a obra, para o isolamento da área e ser construída, será utilizado tapume de proteção em tela de polietileno (malha 80x40 e 65x40mm);
- O mesmo terá uma altura de 1,20 m e será chumbado com blocos de concreto no traço 1:3,4:3,5 (cimento/ areia média/brita nº1);
- O concreto deverá ser dosado racionalmente e apresentar a resistência característica exigida ( $f_{ck} = 15 \text{ Mpa}$ );
- Deverá ser obedecida, rigorosamente, o disposto na NR -18.

## REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MOTONIVELADORA:

- A área do campo deverá ser regularizada com uso de motoniveladora afim de regularizar e planejar a área de jogo, para assim, proceder com o plantio da grama;

### Escavações

As cavas para escavação da fundação corrida deverão atingir terreno sólido e firme, e serão executados de acordo com o projeto da obra.

No caso de ocorrência da presença de água durante a execução dos serviços, estas serão esgotadas, de modo que o terreno fique limpo e seco.



## **PREPARO MANUAL DO FUNDO DE VALAS**

O fundo das valas deverá ser molhado e fortemente compactado manualmente para evitar recalques. O preparo das valas será executado para fundação da quadra e da arquibancada.

## **REATERRO MANUAL APILOADO C/ SOQUETE**

Consiste nos serviços de reaterro manual que sejam necessários para a execução do preenchimento das valas onde forem executadas as fundações. O reaterro será executado utilizando o volume de material escavado para a fundação corrida e os blocos de fundação dos pilares, para preenchimento do caixão da área interna da quadra.

## **ATERRO MANUAL E COMPACTAÇÃO MECÂNICA**

As superfícies a serem aterradas deverão ser previamente limpas, cuidando-se para que nelas não haja nenhuma espécie de vegetação (coitada ou não) nem qualquer tipo de entulho, quando do início dos serviços. Os trabalhos de aterro e reaterro das cavas de fundação terão de ser executados com material escolhido, de preferência areia ou terra (nunca turfa nem argila orgânica), sem detritos vegetais, pedras ou entulho, em cantadas sucessivas de 30 cm (material solto), devidamente molhadas e apiloadas, manual ou mecanicamente, a fim de serem evitadas ulteriores fendas, trincas e desníveis em virtude de recalque nas camadas aterradas.

Na eventualidade de ser encontrado na área algum poço ou fossa sanitária em desuso, precisa ser providenciado o seu preenchimento com terra limpa. No caso de fossa séptica, deverão ser removidos todos os despejos orgânicos eventualmente existentes, antes do lançamento da terra. Todo movimento de terra que ultrapasse 50 m<sup>3</sup> terá de ser executado por processo mecânico. Após a execução dos elementos de fundação ou o assentamento de canalização, é necessário processar o preenchimento das valas em sucessivas cantadas de terra com altura máxima de 20 cm (material solto), devidamente umedecidas e apiloadas utilizando compactador de solos a percussão.



## **FUNDAÇÃO EM PEDRA ARGAMASSADA (EMBASAMENTO)**

As fundações sob as paredes serão do tipo corrida, com 70% de pedra de mão, com dimensões de acordo com o projeto e utilizando argamassa de cimento e areia grossa no traço 1:4.

Serão empregadas rochas graníticas, ou de durezas equivalentes, dispostas de tal modo a atender com perfeição ao fim de que se destinam. As pedras, ao serem jogadas na cava, devem ser apiloadas antes do lançamento da argamassa. Este processo deve se repetir até que a última camada de argamassa se iguale ao nível do terreno.

## **LASTRO EM CONCRETO SIMPLES - BASE PARA BLOCOS DE FUNDAÇÃO**

Será executada em concreto simples não estrutural no traço 1:4,5:4,5 (cimento, areia média e brita nº 1) preparado com uso de betoneira.

A espessura será de 5,0 cm e servirá como base de regularização e de camada de impermeabilização evitando a penetração de água nas superfícies especialmente por via capilar.

De preferência, a execução da base será efetuada em operação contínua e ininterrupta para que se evite juntas de concretagem e, conseqüentemente, pontos sensíveis de percolação.

Como medida de ordem geral, proceder-se-á, após o início da pega e antes que o concreto endureça demasiadamente, a um escovamento da superfície, até que os grãos do agregado graúdo se tornem aparentes, pela remoção da película que aí costuma formar-se. O lastro será executado para os blocos de fundação.

## **BLOCOS EM CONCRETO CICLÓPICO**

As fundações dos pilares serão em blocos de concreto ciclópico com dimensões estabelecidas no projeto, respaldada no nível do terreno firme e regularizado; O concreto ciclópico será confeccionado com o uso de betoneira, preparado à parte, cujo volume, por ocasião do lançamento manual, será progressivamente incorporado uma quantidade de pedras-de-mão não superior a 30% do volume de concreto já preparado.





O concreto deverá apresentar resistência de 15 MPa e será confeccionado no traço 1:3,4:3,5 com cimento, areia média e pedra britada nº 1. As pedras devem ficar perfeitamente imersas e envolvidas pelo concreto por todos os lados, de modo a não permanecerem apertadas entre si.

### **ALVENARIA EM TIJOLO CERÂMICO FURADO E=14,0 CM 01 VEZ (BALDRAME)**

Sobre as fundações corridas será executado o baldrame que deverá observar rigorosamente os alinhamentos definidos no projeto em concordância com o perfil do terreno, visando facilitar a determinação dos contrapisos e levantamento das paredes.

Será executado com tijolo cerâmico nas dimensões 9,0x14,0x19,0 cm bem prensados, assados, sem falhas ou fendas, resistentes e de comprovada qualidade e terá espessura de 14,0 cm. O assentamento será executado com argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia média) com preparo mecânico em betoneira de 400 litros.

Será utilizada Tela de aço soldada galvanizada/zincada, fio D=1,20 a 1,70 mm, malha 15x15 mm, (C x L) 50x12 cm, para que sejam evitadas fissuras nas ligações entre a estrutura e a alvenaria, e também para amarração entre alvenarias.

### **PISO INDUSTRIAL DE CONCRETO ARMADO, FCK=20MPa ESP=12CM**

O piso industrial armado é um tipo de pavimento de alta resistência, cuja aplicação tem se diversificado ao longo dos últimos tempos, sendo uma solução adotada por empresas com as mais variadas atividades, do chão de fábrica a postos de gasolina, de estacionamentos a depósitos de cargas, até pistas de aeroportos e rodovias.

Por ser empregado em construções que exigem um bom desempenho, capaz de suportar as tensões exercidas em sua superfície, o piso industrial armado além de ser mais durável, apresenta outros benefícios, como redução de fissuramentos, maior planicidade, menor número de juntas, pouca manutenção, menor custo global, entre outros.





Obviamente, cada pavimento é projetado de acordo com a sua finalidade de uso, tendo características próprias, como índices de planicidade, nivelamento, espessura, especificação de concreto (fck), tipo de acabamento, entre outros detalhes especificados no projeto do piso industrial armado.

**Preparação do solo e da sub-base** – O terreno deve apresentar as características de corte ou aterro e estar bem compactado para a preparação da sub-base, em que o solo recebe uma camada de aproximadamente 10 cm de brita tratada com cimento, para dar maior capacidade de resistência a carregamentos.

**Montagem da tela metálica** – Dependendo do tipo de carga que um determinado piso foi projetado para suportar, deve-se utilizar diferentes armaduras, montadas sobre uma lona plástica que cobre a sub-base.

Há estudos para dois tipos de cargas: móvel (empilhadeiras, caminhões) ou estática (pallets, material estocado verticalmente), sendo que dependendo do solo, a armadura pode ser simples ou dupla, e a espessura da placa também pode sofrer variações.

Recomenda-se que as telas metálicas estejam posicionadas a 1/3 da face superior da placa, com recobrimento máximo de 5 cm. Se o solo não for muito confiável, é indicado o uso de armaduras duplas, que são posicionadas a 3 cm da face inferior da placa.

**Execução das formas** – A concretagem do piso industrial armado deve ser em faixas paralelas umas às outras, onde a placa já concretada serve como fôrma para as demais.

Antes de concretar a segunda faixa, deve-se isolar a primeira com uma pintura de cal ou um desmoldante na lateral da placa pronta e engraxar as barras de transferência, que são posicionadas com o uso de caranguejos ou espaçadores.

As fôrmas de madeira são retiradas do piso e reaproveitadas para concretar outras faixas.

**Escolha das juntas e Barras de Transferência** – Existem três tipos de juntas que podem ser empregadas no piso industrial armado:

**Junta de retração (JR):** permite a transferência de carga entre as placas, utilizada em juntas longitudinais para concretagem em faixas;



junta serrada (JS): São as juntas de retração, feitas através de cortes transversais com uma serra diamantada, que posteriormente são vedadas com um selante;

junta de encontro (JE): São executadas no encontro do piso com pilares, paredes ou outro elementos estruturais, com o objetivo de controlar os fissuramentos.

Especificação do concreto – Para que o concreto usinado tenha a resistência especificada no projeto, é necessário verificar se o material entregue pelo fornecedor apresenta o traço desejado. Preferencialmente, o fck do concreto deve ser em torno de 20 MPa.

O polimento será executado com politriz de dois discos, do tipo rotativo, efetuado em quatro etapas sucessivas, com quatro tipos de pedra-esmeril, conforme segue:

- 1ª etapa - C. 036 P. VGW;
- 2ª etapa - C. 080 P. VGW;
- 3ª etapa - C. 120 P. VGW;
- 4ª etapa - C. 220 P. VGW.

r) A letra "C" indica que a pedra-esmeril é feita de carbureto de silício; os números "036, 080, 120 e 220" indicam o tamanho do grão da pedra-esmeril, sendo que o grão (malha) "036" é bem mais grosso que o grão (malha) "220"; a letra "P" indica o grau de maciez da pedra-esmeril e se insere na escala "M, N, O, P, Q, R, S e T", sendo "M" a referência para pedra macia e "T" para pedra dura; as três letras iniciais "VGW" indicam o aglutinante usado para fabricar a pedra esmeril;

s) O polimento será executado com a superfície molhada, o que implica lançamento periódico de água na área em que se está trabalhando. Com o auxílio de um rodo, para afastar a água empregada no polimento, verifica-se a necessidade de insistir a operação, de forma a se obter um acabamento esmerado. Depois se procedem à lustração com a cera adequada, na quantidade demãos necessárias ao perfeito brilho do piso.



## **PISO TÁTIL EM BORRACHA**

O piso tátil direcional/alerta será executado em placas de borracha nas dimensões 25x25 cm e espessura de 5,0 mm frisado na cor amarela/azul. A base para o piso será o piso acabado em granilite.

## **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:**

- Ver especificações e projeto em anexo;

### **Chapisco**

As superfícies de revestimento deverão ser previamente chapiscadas com argamassa de cimento e areia média no traço 1:3 de modo a recobrir totalmente as paredes. Os revestimentos deverão apresentar aparamento perfeitamente desempenado, aprumados, alinhados e nivelados, e as arestas serão vivas e perfeitas. As superfícies deverão ser limpas e molhadas abundantemente antes da aplicação de qualquer revestimento. O chapisco será aplicado nas alvenarias externas.

### **Reboco (massa única)**

Todas as alvenarias receberão externamente reboco em uma só massa com acabamento camurçado e liso a fim de evitar imperfeições. Deverá ser regularizado, desempenado e alisados com espuma, devendo apresentar uma superfície plana e aprumada; A argamassa para reboco será no traço 1:2:8 preparada com o uso de betoneira, e espessura de 25 mm. A argamassa será aplicada com colher de pedreiro. Com o uso de régua, comprimir e alisar a camada de argamassa. Em seguida retirar o excesso. Acabamento superficial: sarrafeamento e posterior desempeno.

## **PINTURA**

### **Tinta epóxi**

A pintura epóxi para quadras possui um modo de aplicação simples. Por se tratar de um plástico termofixo, o epóxi só endurece quando o seu agente catalisador é aplicado. Antes de seu processo de endurecimento, a resina epóxi é de fácil



manuseio. Isso facilita a pintura de todo o ambiente, com perfeito nivelamento do piso. O endurecimento do epóxi só é realizado quando a pintura reveste todo o piso.

### **Aplicação de selador acrílico**

Será aplicado selador acrílico em paredes internas e no forro (resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico) utilizado para uniformizar a absorção e selar as superfícies internas como alvenaria, reboco, concreto e gesso. Execução: Observar a superfície: deve estar limpa, seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou bolor antes de qualquer aplicação; Diluir o selador em água potável, conforme fabricante. Aplicar uma demão de fundo selador com rolo ou trincha.

### **Tinta látex acrílica**

Será aplicada na superfície das paredes internas e no forro, em 02 (duas) demãos, servindo como camada de proteção aos raios solares, às intempéries e que estejam sujeitas à limpeza frequente. Poderá ser aplicada sobre reboco de tempo de cura recente, pois sua micro porosidade permite a exsudação por osmose, de eventual umidade das paredes (respiração da película), sem empolamento nem afetação do acabamento.

A aplicação da tinta látex acrílica será feita com rolo, pincel ou trincha. A primeira demão servirá como seladora em superfícies pouco porosas. As aplicações serão espaçadas de 3 a 6 horas, no mínimo.

### **Pintura com tinta acrílica p/ piso**

Será aplicada no piso em granilite para demarcação do símbolo internacional de acessibilidade conforme o projeto arquitetônico, utilizando-se da cor azul.

Antes da pintura será aplicado no piso o selador para pisos acrílico que forma uma película transparente e incolor sobre o piso. Com isso ele protege o piso contra o desgaste, assim como impermeabiliza a superfície, facilitando a limpeza e a manutenção. Além disso, ele possui grande resistência à água e à luz.

Será utilizada tinta acrílica premium para piso, aplicada em 02 (duas) demãos. Ao aplicar tinta no piso, deve-se verificar se a superfície está bem limpa, sem poeira ou restos de obra. Isso garante uma boa aderência e maior vida útil para o acabamento.





### **Pintura acrílica de faixa de demarcação**

Será aplicada tinta acrílica específica para piso de faixa de demarcação das modalidades esportivas na quadra, na largura de 5,0 cm e 8,0 cm, conforme indicado no Projeto de Arquitetura.

Será utilizada fita crepe para garantir a qualidade do acabamento sem o risco de borrões ou manchas de tinta no piso.

### **Pintura c/ tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante)**

O alambrado e o guarda-corpo serão pintados com tinta esmalte sintético premium brilhante em 02 (duas) demãos.

Deverá ser verificada se a pintura de fundo (dada nas peças pelo serralheiro, na oficina, antes da colocação) estiver danificada ou manchada, retocar toda a área afetada, bem como todas as áreas sem pintura e os pontos de solda, utilizando à mesma tinta empregada pelo serralheiro.

### **Rampa de Acessibilidade :**

Será construído rampa de acessibilidade 02, conforme os itens da Rampa de acessibilidade 01;

O caixão da rampa será feito com alvenaria de tijolo cerâmico furado, conforme item 3.3 –Alvenaria de embasamento em tijolos e=14,0 cm. Em seguida, será chapiscado (idem item 6.1), rebocado (idem item 6.2), aplicado selador acrílico e acabamento com pintura em tinta acrílica, duas demãos.

Será construído em todo comprimento da rampa, guarda-corpo em tubo de aço galvanizado 1 ½”.

## **SERVIÇOS COMPLEMENTARES CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADAS**

Locação da obra com gabarito:

A obra deverá ser locada após a limpeza do terreno;

Para a locação dos pilaretes da arquibancada, deve-se usar gabarito em tábuas corridas pontaleadas, com reaproveitamento de 2 vezes;





A firma contratada localará a obra rigorosamente com o projeto ou sob a orientação da fiscalização da Prefeitura, respeitando o alinhamento da rua, sendo responsável por qualquer erro de alinhamento ou nível e correndo exclusivamente por sua conta a demolição e reconstrução dos serviços verificados como imperfeitos pela fiscalização;

## **MOVIMENTO EM TERRA**

### **Escavações:**

As cavas para escavação das fundações das paredes da arquibancada e blocos dos pilaretes deverão atingir terreno sólido e firme, e serão executados de acordo com o projeto específico da obra;

No caso de ocorrência da presença de água durante a execução dos serviços, estas serão esgotadas, de modo que o terreno fique limpo e seco;

### **Apiloamento manual:**

O fundo das cavas das fundações deverá ser molhado e fortemente apiloado para evitar recalques;

### **Reaterro:**

O material proveniente das escavações deverá ser reaproveitado para o aterro da nova construção;

O reaterro deverá ser executado em camadas sucessivas de 20,0 cm, uniformemente umedecido, próximo da umidade ótima e fortemente apiloado;

A compactação poderá ser manual ou mecânica e as camadas sucessivas deverão apresentar umidade adequada.

### **Aterro manual de valas:**

O aterro deverá ser executado em camadas sucessivas de 20,00 cm, uniformemente umedecido, próximo da umidade ótima e fortemente apiloado;



Os materiais a serem utilizados na confecção dos aterros deverão ser de preferência, areia para aterro, provenientes ou não das cavas das fundações;

A compactação será mecanizada com uso de soquete e as camadas sucessivas deverão apresentar umidade adequada;

## **INFRAESTRUTURA:**

### **Lastro em concreto não-estrutural:**

Deverá ser feita uma base em concreto magro para lastro, não-estrutural, incluso aditivo impermeabilizante, com traço 1:4,5:4,5 (cimento, areia média e pedra britada) com espessura de 5 cm, antes da concretagem do bloco de fundação, tendo como função a regularização da base do bloco;

### **Fundação em pedra argamassada:**

As fundações sob as paredes da arquibancada, serão do tipo corrida, com 30% de pedra de mão, com dimensões de acordo com o projeto e utilizando argamassa de cimento e areia grossa no traço 1:4;

Serão empregadas rochas graníticas, ou de durezas equivalentes, dispostas de tal modo a atender com perfeição ao fim de que se destinam;

As pedras, ao serem jogadas na cava, devem ser apiloadas antes do lançamento da argamassa. Este processo deve se repetir até que a última camada de argamassa se iguale ao nível do terreno;

### **Blocos de concreto ciclópico:**

As fundações dos pilaretes serão em blocos de concreto ciclópico com dimensões estabelecidas no projeto, respaldada no nível do terreno firme e regularizado;

O concreto ciclópico será confeccionado com o uso de betoneira, preparado à parte, cujo volume, por ocasião do lançamento manual, será progressivamente incorporado uma quantidade de pedras-de-mão não superior a 70% do volume de concreto já preparado;



## **SUPERESTRUTURAS**

### **Concreto armado $f_{ck} = 20$ e $25$ MPa:**

As estruturas serão confeccionadas em concreto armado com dimensões em acordo com o projeto e na necessidade de qualquer esclarecimento ou alteração, deverá ser consultada a fiscalização;

A execução do concreto deverá obedecer às prescrições das NBR-6118, 6120 e 6122, e deverão ser adaptadas exatamente às dimensões de peça da estrutura projetada, construídas de modo a não se deformar sensivelmente sob a ação das cargas e pressões do concreto e suas fendas deverão ser vedadas com papel de saco de cimento no momento da concretagem;

O concreto deverá ser confeccionado e dosado racionalmente, e apresentar a resistência característica exigida  $f_{ck}=20$  MPa para cintas e  $f_{ck}=25$  MPa para pilares conforme especificado em projeto;

Antes do lançamento do concreto, as formas deverão ser limpas e molhadas até a saturação;

As armaduras deverão obedecer às prescrições da NB-3 sendo que, antes de sua introdução nas formas, deverão estar limpas, não se admitindo a presença de graxas ou acentuada oxidação. Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

- Barras são os produtos de aço obtidos pela laminação a quente e encruamento a frio de diâmetro igual ou superior a 5 mm;
- Fios os produtos de aço obtidos por trefilação ou processo equivalente com diâmetro igual ou superior a 12,5 mm;

As barras e fios de aço são classificados na seguinte categoria:

- Categoria: CA-25; CA-32; CA-40; CA-50; CA-60;
- Valor característico: 250; 320; 400; 500; 600 ( $f_{yk}$  em MPa);

## **PISOS:**

### **Lastro em concreto simples c/ aditivo impermeabilizante:**



Será executado em concreto simples não estrutural no traço 1:4,5:4,5 (cimento, areia média e pedra britada) com aditivo impermeabilizante confeccionado com betoneira elétrica;

Terá 6,0 cm de espessura e servirá como assento da arquibancada;

De preferência, a concretagem do lastro será efetuada em operação contínua e ininterrupta para que se evite juntas de concretagem e, conseqüentemente, pontos sensíveis de percolação;

Como medida de ordem geral, proceder-se-á, após o início da pega e antes que o concreto endureça demasiadamente, a um escovamento da superfície, até que os grãos do agregado graúdo se tornem aparentes, pela remoção da película que aí costuma formar-se.

### **Execução de piso cimentado:**

O assento da arquibancada será em piso cimentado, sobre o lastro de concreto (item anterior), moldado na obra, com acabamento liso, mas não queimado;

O piso deverá ter espessura de 2 cm, com traço 1:3 (cimento e areia média);

### **PAREDES E PAINÉIS:**

#### **Alvenaria de Elevação:**

As paredes deverão obedecer às dimensões e alinhamentos indicados nas plantas do projeto de arquitetura, serão aprumadas, alinhadas e colocadas em esquadro;

Serão executadas em tijolos de furos, sem falhas ou fendas, resistentes e de comprovada qualidade. Os tijolos deverão ser molhados antes de utilizados;

A argamassa empregada será de cimento, cal, e areia média no traço 1:2:8;

As juntas de argamassa terão espessura média de 1,5 cm, admitindo-se no máximo 2,0 cm.



## REVESTIMENTOS:

### Chapisco:

As paredes deverão ser previamente chapiscadas com argamassa de cimento e areia média no traço 1:3 e preparo manual, de modo a recobrir totalmente as paredes;

Os revestimentos deverão apresentar aparamento perfeitamente desempenado, aprumados, alinhados e nivelados, e as arestas serão vivas e perfeitas;

As superfícies deverão ser limpas e molhadas abundantemente antes da aplicação de qualquer revestimento.

### Reboco:

Após a aplicação do chapisco, as paredes receberão reboco tipo paulista simples em uma só massa com acabamento camurçado e liso a fim de evitar imperfeições;

Deverá ser regularizado, desempenado e alisados com espuma, devendo apresentar uma superfície plana e aprumada de 2,0 cm de espessura;

A argamassa para reboco será de cimento, cal e areia fina no traço 1:2:8 preparado manualmente.

## PINTURA:

Todas as superfícies a serem pintadas deverão ser cuidadosamente limpas e preparadas para o tipo de pintura a que se destinam a fim de que seja garantida a eficiência e durabilidade do revestimento protetor, evitando levantamento de pó durante o trabalho até que as tintas estejam completamente secas. Não será permitido o trabalho nas superfícies que não estejam perfeitamente enxutas;

Deverão ser dadas tantas demãos quantas forem necessárias de forma a se obter uma coloração uniforme;

### Aplicação de fundo selador:





Antes de proceder a pintura, as paredes da arquibancada deverão receber fundo selador acrílico;

#### **Pintura com tinta acrílica:**

As paredes e pisos da arquibancada serão pintadas com tinta acrílica para piso, em duas demãos;

Após a aplicação da tinta, deve-se aguardar o tempo de secagem entre demãos, para a próxima aplicação;

#### **SERVIÇOS COMPLEMENTARES:**

##### **Alambrado para guarda-corpo:**

No degrau superior da arquibancada deverá ser instalado o alambrado (guarda-corpo) em tubos de aço galvanizado, com costura, DIN 2440, diâmetro 2", com altura de 50 cm, conforme o projeto, sendo fixados no piso da arquibancada, conforme detalhamento do projeto arquitetônico;

A tela será em arame galvanizado, fio 12 BWG e malha quadrada 5 x 5 cm;

##### **Guarda-corpo de aço galvanizado p/ rampa**

O guarda-corpo será executado em tubo de aço galvanizado com costura Ø40 mm (1 ½") fixado no piso da rampa de acesso, com chumbador mecânico, composto por chapa de aço grossa, ASTM A36, E=3/8" (9,53 mm) 74,69 kg/m² e parafuso de aço tipo chumbador parabolt, diâmetro 3/8", comprimento 75 mm.

##### **Estrutura/suporte p/ tabela de basquete**

A estrutura para basquete é composta da sustentação metálica, tabela, aro e rede.

A sustentação metálica oficial será confeccionada em 04 (quatro) tubos de ferro galvanizado Ø5" para a armação principal até a tabela com tubos de 1 ½" # 16, cantoneiras L ¼" x 1/8" e ferro Ø ¼", para as armações de amarração, ou em 01 (um) tubo de ferro galvanizado de 4" # 14 para a armação principal até a curvatura e de tubos 2 ½" # 14 até a tabela, com tubos de 1 ½" # 16, cantoneiras L ¼" x 1/8" e ferro Ø ¼" para as armações de amarração, todas pintadas em esmalte sintético.

A tabela de basquete oficial será em chapa metálica nas dimensões 1,80x1,05 m.



O aro oficial será duplo de tubo maciço galvanizado de 5/8", diâmetro 45 cm.  
A rede oficial será tipo chuá com malha de 45x45 mm de fio polipropileno (seda) 3,0 mm.

### **Traves oficiais p/ futebol de salão**

As traves oficiais de futebol de salão serão confeccionadas em tubo de ferro galvanizado de 3" para postes frontais e para os suportes de sustentação das redes, todas pintadas de esmalte sintético.

Sobre a linha de fundo serão colocadas às metas formadas por dois postes verticais separados em 3,00 m entre eles e ligados por um travessão horizontal cuja medida livre interior estará 2,00 m do solo.

Serão colocadas redes por trás das metas e obrigatoriamente presas aos postes, travessão e ao solo.

As redes oficiais para as traves de futebol de salão serão de fios de polietileno com malha de 12,0x12,0 cm, espessura 4 mm torcido ou trançado.

### **Poste oficial p/ rede de vôlei**

Os postes que sustentam a rede devem estar a uma distância de 0,50 m a 1,00 m de cada linha lateral. Eles devem ter uma altura de 2,55 m acima do solo e 0,50 m abaixo do solo sendo perfeitamente ajustáveis. Os postes devem ser redondos, lisos e fixados ao solo. É proibida a sustentação dos postes por meio de cabos.

### **Rede p/ vôlei profissional**

A rede oficial para voleibol será de malha 10,0x10,0 cm com fio de nylon 2 mm preto, medindo 9,5 m de comprimento e 1,00 m de largura, com 03 (três) faixas de fibra sintética ou algodão dubladas, impermeáveis com 5,0 cm de largura.

### **Alambrado em estrutura de aço galvanizado**

O alambrado será executado em painéis com tubos de aço galvanizado com costura com diâmetro de 50 mm (2") e diâmetro de 32 mm (1.1/4"), e tela do alambrado será em arame galvanizado fio 2,11 mm (14 BWG), malha na forma de losango com dimensões 5x5 cm.

A altura e o espaçamento dos tubos, estão indicados no projeto de arquitetura, e foi dividido de forma a manter a sustentação adequada. O alambrado será fixado no piso da quadra.



## SERVIÇOS FINAIS

### Limpeza geral

Toda a área construída deverá ser entregue completamente limpa interna e externamente. Todos os revestimentos cimentado, cerâmico e piso etc., deverão ser limpos abundante e cuidadosamente de modo a não serem danificados outras partes da obra por estes serviços de limpeza.

### Carga manual de entulho em caminhão basculante

Todo material escavado e gerado como entulho deverá ser removido para locais previamente indicados pela fiscalização com caminhão basculante. Serão removidos para fora do canteiro todas as suas instalações provisórias e todos os entulhos e restos de materiais provenientes da obra não aproveitáveis.

Haverá particular cuidado a serem removidos quaisquer detritos, manchas ou salpicos de tinta ou argamassa endurecida das superfícies acabadas, sobretudo dos pisos.



## 11.0 - OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- É exigência indispensável da Prefeitura que todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos e de primeira qualidade;
- Para todos os materiais especificados serão admitidas apenas marcas originais. As marcas e modelos deverão ser aprovados previamente pela fiscalização;
- A contratada pela obra é responsável por todos os itens relacionados com a execução da mesma, tais como: materiais, mão-de-obra, obrigações sociais, seguros e equipamentos necessários a uma perfeita execução dos serviços;
- A contratada será obrigada a empregar na construção, pessoal especializado. A fiscalização terá poderes para afastar da obra, qualquer funcionário que julgar indesejável ou prejudicial ao bom andamento dos serviços;
- Toda obra deverá ser acompanhada de projetos e detalhes fornecidos em desenhos e memorial descritivo, os quais obedecerão aos critérios da construção definida;
- Em caso de omissão de especificações, prevalecerá o disposto no projeto arquitetônico, ou, na discriminação do orçamento. Quando houver omissão no projeto arquitetônico e nas especificações, será consultada a fiscalização;
- Os serviços que porventura ficarem omissos nestas especificações e/ou projetos, somente serão considerados extraordinários quando autorizados pela fiscalização e com os órgãos envolvidos no projeto;
- A inobservância das presentes especificações ou projetos implica na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a contratada refazer as partes renegadas sem direito a indenização;
- A obra deverá ter as instalações provisórias necessárias ao seu bom funcionamento, inclusive banheiro;
- A contratada fará um local apropriado para abrigo de ferramentas e materiais necessários ao bom andamento de todos os serviços;
- A contratada é obrigada a manter na obra um conjunto de todas as plantas e especificações para que sejam facilitados os serviços de fiscalização;
- A contratada se responsabilizará pela colocação de placa de identificação do programa de financiamento, contendo detalhamento sobre a executora dos serviços;
- Serão de responsabilidade da construtora todas as taxas e impostos referentes ao período de execução dos serviços;
- Os materiais a serem empregados nas construções deverão atender as características estabelecidas pela fiscalização da prefeitura e na falta deste às normas da ABNT no que couber;



- Os materiais não aprovados pela fiscalização terão um prazo de 48 horas para a retirada do recinto da obra;
- Qualquer sobra de material existente por ocasião do término dos serviços deverá ser retirada imediatamente do local da obra;
- Todos os empreiteiros deverão por obrigação acatar as ordens da fiscalização da obra;
- Toda e qualquer modificação que venha a surgir por ocasião dos serviços deverá ser comunicada imediatamente, a fim de que a fiscalização tome conhecimento e ordene as providências a serem tomadas;
- Todos os materiais utilizados nas argamassas e concretos deverão ser isentas de impurezas, tais como materiais orgânicos, óleos, sais, pedras, etc.





## 12.0 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**A Construção De Quadra Poliesportiva Na Localidade Olho D'água, Na Zona Rural Do Município De Boqueirão Do Piauí - PI**, justifica-se pela necessidade de ampliação e qualificação dos espaços públicos destinados ao lazer, à convivência social e ao bem-estar da população, considerando que a área atualmente disponível carece de infraestrutura adequada e de elementos de urbanização que possibilitem sua plena utilização pela comunidade.

O cenário atual evidencia a carência de equipamentos públicos estruturados que promovam integração social, recreação e uso ordenado do espaço urbano, especialmente em áreas residenciais que demandam ambientes apropriados para encontros comunitários, atividades ao ar livre e momentos de lazer para crianças, jovens, adultos e idosos.

Diante desse contexto, torna-se essencial a intervenção proposta, contemplando a implantação completa da quadra, com infraestrutura adequada, paisagismo, iluminação pública, pavimentação, mobiliário urbano e demais elementos necessários à funcionalidade e segurança do espaço. A execução do projeto permitirá oferecer um ambiente acessível, organizado e seguro, incentivando a convivência comunitária, a prática de atividades recreativas e a ocupação saudável do espaço público.

A realização da obra trará benefícios significativos ao município, consolidando uma importante infraestrutura urbana voltada ao lazer e à integração social, promovendo a valorização do entorno e contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população. Ademais, a iniciativa está alinhada às diretrizes de desenvolvimento urbano sustentável e de fortalecimento das políticas públicas de inclusão social, configurando-se como investimento de interesse coletivo, com impactos positivos duradouros para toda a comunidade.

Teresina – PI, 15 de abril de 2026



## **PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA**

**OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA.**

**LOCAL: LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA, NA ZONA RURAL**

**MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI.**



SECRETARIA  
DA **INFRAESTRUTURA**  
SEINFRA




## **ORÇAMENTO NÃO DESONERADO**

### **QUADRO RESUMO**

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURAL

**FONTE DE CUSTOS:**  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

**PLANILHA RESUMO**

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)	REFERÊNCIA
1.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	mês	3,00	9.782,30	29.346,90	COMPOSIÇÃO EM ANEXO
2.0	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA 3,60x1,80 m	m²	6,08	617,07	3.751,79	COMPOSIÇÃO EM ANEXO
3.0	CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA	mês	3,00	2.999,71	8.999,13	COMPOSIÇÃO 03
4.0	CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA	un	1,00	707.902,18	707.902,18	PLANILHA EM ANEXO
<b>TOTAL GERAL COM LEIS SOCIAIS E BDI (R\$)</b>					<b>750.000,00</b>	



SECRETARIA  
DA **INFRAESTRUTURA**  
SEINFRA




## ORÇAMENTO NÃO DESONERADO

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: @seinfra.pi

[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA



OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURAL

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA: CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	REFERÊNCIA	TOTAL
<b>1.0</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>						<b>369,85</b>
1.1	Locação de obra através de gabarito de madeira	m²	42,61	8,68	369,85	composição 01	
<b>2.0</b>	<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>						<b>5.411,83</b>
2.1	Escavação de valas para fundação das paredes (30x30) cm	m³	11,15	112,67	1.256,27	SINAPI 93358	
2.2	Escavação manual de valas para blocos de concreto ciclópico dos pilaretes	m³	3,84	112,67	432,65	SINAPI 93358	
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	m²	28,42	9,67	274,82	SINAPI 101616	
2.4	Reaterro apiloado (manual) com material reaproveitado	m³	14,99	28,36	425,12	SINAPI 104737	
2.5	Aterro manual de valas com areia para aterro	m³	26,89	112,42	3.022,97	SINAPI 94342	
<b>3.0</b>	<b>INFRAESTRUTURA</b>						<b>12.181,87</b>
3.1	Lastro em concreto não-estrutural, esp=5cm, preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante (base dos blocos dos pilaretes)	m³	0,48	1.186,53	569,53	composição 02	
3.2	Fundação em pedra argamassada para paredes (30x30)cm, traço 1:4 (cimento e areia)	m³	9,71	861,58	8.365,94	SINAPI 103800	
3.3	Bloco em concreto ciclópico dos pilaretes	m³	3,36	966,19	3.246,40	SINAPI 102487	
<b>4.0</b>	<b>SUPERESTRUTURA</b>						<b>27.833,50</b>
4.1	Concreto fck=25Mpa - pilaretes	m³	1,58	841,12	1.328,97	SINAPI 94971	
4.2	Concreto fck=20Mpa - cintas inferiores	m³	1,05	793,82	833,51	SINAPI 94970	
4.3	Concreto fck=20Mpa - cintas intermediarias 1 e 2	m³	1,61	793,82	1.278,05	SINAPI 94970	
4.4	Concreto fck=20Mpa - cintas superiores	m³	0,25	793,82	198,46	SINAPI 94970	
4.5	Lançamento de concreto fck=25Mpa - pilaretes	m³	1,58	925,61	1.462,46	SINAPI 103671	
4.6	Lançamento de concreto fck=25Mpa - cintas inferiores	m³	1,05	385,09	404,34	SINAPI 103670	
4.7	Lançamento de concreto fck=25Mpa - cintas intermediarias 1 e 2	m³	1,61	385,09	619,99	SINAPI 103670	
4.8	Lançamento de concreto fck=20Mpa - cintas superiores	m³	0,25	385,09	96,27	SINAPI 103670	
4.9	Armação de estrutura de concreto armado aço CA-50 de 5.0mm	kg	257,88	24,55	6.330,95	SINAPI 104111	
4.10	Armação de estrutura de concreto armado aço CA-50 de 10.0mm	kg	293,33	14,70	4.311,95	SINAPI 104108	
4.11	Montagem e desm. de formas para cintas em madeira serrada - 4 util.	m²	78,53	133,34	10.471,19	SINAPI 92413	
4.12	Montagem e desm. de formas para pilares em madeira serrada - 4 util.	m²	3,73	133,34	497,36	SINAPI 92413	
<b>5.0</b>	<b>PISO</b>						<b>4.994,02</b>
5.1	Lastro em concreto magro (contrapiso), preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante - espessura de 5,0 cm (assento da arquibancada)	m³	2,34	1.186,53	2.776,48	composição 02	
5.2	Execução de piso cimentado, traço 1:3 (cimento e areia) acabamento liso, esp=2,0cm	m²	39,00	56,86	2.217,54	SINAPI 98679	
<b>6.0</b>	<b>PAREDES E PAINÉIS</b>						<b>16.532,06</b>
6.1	Alvenaria de elevação tijolo cerâmico furado 9x14x19cm, e=14,0 cm (assentado em 1vez)	m²	86,10	192,01	16.532,06	SINAPI 103335	
<b>7.0</b>	<b>REVESTIMENTOS</b>						<b>4.642,97</b>
7.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado nas paredes	m²	78,02	6,72	524,29	SINAPI 87878	
7.2	Reboco em argamassa masa única 1:2:8, esp= 2cm - Aplicado nas paredes	m²	78,02	52,79	4.118,68	SINAPI 87530	
<b>8.0</b>	<b>PINTURA</b>						<b>4.329,41</b>
8.1	Aplicação de fundo selador acrílico	m²	136,79	5,73	783,81	SINAPI 88415	
8.2	Pintura com tinta acrílica sobre piso cimentado, duas demãos	m²	136,79	25,92	3.545,60	SINAPI 102491	
<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>							<b>76.295,51</b>

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUI  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURALFONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	REFERÊNCIA	TOTAL
<b>1.0</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>						<b>90.301,00</b>
1.1	Locação de obra com gabarito	m²	944,90	8,68	8.201,73	composição 01	
1.2	Tapume de proteção em tela de polietileno h=1,20 com bloco de concreto (entorno obra)	m	120,00	126,61	15.193,20	composição 02	
1.3	Regularização de superfícies com motoniveladora	m²	944,90	0,70	661,43	SINAPI 100575	
1.4	Aterro Compactado	m³	585,20	113,20	66.244,64	SINAPI 104739	
<b>2.0</b>	<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>						<b>28.828,74</b>
2.1	Escavação manual de valas para fundação	m³	11,36	112,67	1.279,93	SINAPI 93358	
2.2	Escavação manual de valas para blocos do alambrado	m³	3,60	112,67	405,61	SINAPI 93358	
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	m²	47,43	9,67	458,65	SINAPI 101616	
2.4	Reaterro apiloado (manual) com material reaproveitado	m³	14,96	28,36	424,27	SINAPI 104737	
2.5	Aterro manual de valas	m³	268,51	97,80	26.260,28	SINAPI 94319	
<b>3.0</b>	<b>INFRAESTRUTURA</b>						<b>22.931,25</b>
3.1	Lastro em concreto não-estrutural, esp=5cm, preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante (base dos blocos dos pilares)	m³	0,60	1.186,53	711,92	composição 04	
3.2	Fundação em pedra argamassada, traço 1:4 (cimento e areia)	m³	11,36	861,58	9.787,55	SINAPI 103800	
3.3	Alvenaria de tijolo cerâmico furado 9x14x19, 1vez, esp=14cm, assentado com argamassa traço 1:2:8 (baldrame)	m²	52,34	192,01	10.049,80	SINAPI 103335	
3.4	Bloco em concreto não estrutural, traço 1:4:5:4,5 (cimento, areia e brita1)	m³	3,60	661,66	2.381,98	SINAPI 94962	
<b>4.0</b>	<b>PISO</b>						<b>232.637,39</b>
4.1	Execução de piso industrial de concreto armado, fck = 20 mpa, espessura de 12,0 cm	m²	815,50	252,57	205.970,84	composição 05	
4.2	Piso tátil direcional e/ou alerta, em borracha, p/deficientes visuais, dimensões 25x25 cm, aplicado, rejuntado, exclusive regularização de base	m²	34,69	768,71	26.666,55	composição 06	
<b>5.0</b>	<b>INSTALAÇÕES</b>						<b>33.715,93</b>
5.1	Instalações elétricas	un	1,00	33.715,93	33.715,93	PLANILHA EM ANEXO	
<b>6.0</b>	<b>REVESTIMENTOS</b>						<b>1.691,27</b>
6.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado no baldrame	m²	28,42	6,72	190,98	SINAPI 87878	
6.2	Reboco em argamassa masa única 1:2:8, esp= 2cm - Aplicado nas paredes e baldrame	m²	28,42	52,79	1.500,29	SINAPI 87530	
<b>7.0</b>	<b>PINTURA</b>						<b>61.540,33</b>
7.1	Pintura de piso com tinta epóxi, duas demãos, incluso primer epóxi	m²	522,00	79,32	41.405,04	SINAPI 102494	
7.2	Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão	m²	4,70	16,77	78,82	SINAPI 95305	
7.3	Aplicação de fundo selador acrílico em paredes, uma demão	m²	4,70	5,02	23,59	SINAPI 88485	
7.4	Aplicação manual de pintura c/ tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	4,70	15,90	74,73	SINAPI 88489	
7.5	Pintura de piso c/ tinta acrílica, aplicação manual, 2 demãos, incluso fundo preparador	m²	4,50	25,92	116,64	SINAPI 102491	
7.6	Pintura de faixas de demarcação em quadra poliesportiva, esp=8,0cm	m	152,78	22,60	3.452,83	composição 07	
7.7	Pintura de faixas de demarcação em quadra poliesportiva, esp=5,0cm	m	183,42	12,97	2.378,96	SINAPI 102504	
7.8	Pintura c/ tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos)	m²	218,22	64,20	14.009,72	SINAPI 100760	
<b>8.0</b>	<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>						<b>231.928,98</b>
8.1	Construção de arquibancadas	un	2,00	76.295,51	152.591,02	PLANILHA EM ANEXO	
8.2	Guarda corpo c/ corrimão em tubo aço galvanizado, h=0,92 m, com barras verticais a cada 1,20 m (1.1/2") e barras horizontais (superior e inferior) de 1.1/2", inclusive	m	9,66	317,88	3.070,72	composição 08	
8.3	Estrutura/suporte oficial p/tabela de basquete em tubo aço galvanizado d=5", H=3,05 m piso/aro, pintura sintética, fornecimento e instalação	par	1,00	6.832,07	6.832,07	composição 09	
8.4	Traves oficial para futebol de salão 3x2 m em aço galv.3", com requadro e redes de polietileno fio 4 mm (conjunto p/futsal)	par	1,00	4.485,73	4.485,73	composição 10	
8.5	Poste oficial para volei em aço galvanizado d=3", c/esticador e catraca	par	1,00	1.283,00	1.283,00	composição 11	
8.6	Rede para volei profissional, em nylon e com medidor de altura	un	1,00	315,21	315,21	composição 12	
8.7	Alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado (montantes com diâmetro 2", travessas e escoras com diâmetro 1 1/4), com tela de arame galvanizado fio 12 BWG e malha quadrada 5x5cm	m²	328,50	192,85	63.351,23	SINAPI 102363	
<b>9.0</b>	<b>SERVIÇOS FINAIS</b>						<b>4.327,29</b>
9.1	Limpeza final da obra	m²	944,90	2,01	1.899,25	SINAPI 99814	
9.2	Carga manual de entulho e transporte em caminhão basculante 6 m³	m³	51,02	47,59	2.428,04	composição 13	
<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>							<b>707.902,18</b>

OBRA: CONSTRUÇÃO QUADRA POLIESPORTIVA  
LOC.: POV OLHO D'AGUA - ZONA RURAL – BOQUEIRAO DO PIAUI

FONTES DE CUSTO:  
SINAPI : JAN/2026  
ORSE : DEZ/2025  
LEIS SOCIAIS : 114,54% -S/ DESON  
BDI : 20,39%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - CONSTRUÇÃO QUADRA POLIESPORTIVA

Item	Materiais	Unid.	Quant.	Custo unitário c/ BDI (R\$)	Valor (R\$)	Fonte	Código
<b>5.1</b>	<b>INSTALAÇÃO ELÉTRICA DA ILUMINAÇÃO DA QUADRA</b>						
5.1.1	POSTE RETO TELEFÔNICO FLANGEADO, GALVANIZADO, H= 9 METROS, ENGASTE 1,5M COM 03 PROJETORES DE LED 200W - EFIC. 115LM/W F.P. 0.92. ACIONAMENTO POR RELÉ FOTOELÉTRICO	un	6,00	4.066,43	24.398,58	CA-1(8927-ORSE)	CA-1
5.1.2	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA MONOFÁSICA 25A COM POSTE DE METÁLICO RETANGULAR INCLUSIVE CABEAMENTO, CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR	un	1,00	1.766,93	1.766,93	CM-1	CM-1
5.1.3	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M. AF_12/2020	un	10,00	273,53	2.735,30	SINAPI-jan/2026	97891
5.1.4	ELETRODUTO FLEXÍVEL LISO, PEAD, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	70,00	11,30	791,00	SINAPI-jan/2026	91849
5.1.5	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	60,00	9,97	598,20	SINAPI-jan/2026	91929
5.1.6	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	6,50	112,67	732,36	SINAPI-jan/2026	93358
5.1.7	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	m³	6,50	33,00	214,50	SINAPI-jan/2026	93382
5.1.8	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	un	2,00	13,75	27,50	SINAPI-jan/2026	93653
5.1.9	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 6 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	un	1,00	148,66	148,66	SINAPI-jan/2026	101876
5.1.10	MURETA COM PIGADEIRA EM CONCRETO COM O POSTE AUXILIAR DE PADRÃO DE ENTRADA TIPO PC1.	un	1,00	1.452,84	1.452,84	CM-2	CM-2
5.1.11	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	un	6,00	104,80	628,80	SINAPI-jan/2026	96985
5.1.12	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 275 V, CORRENTE MÁXIMA DE *20* KA (TIPO AC) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2,00	110,63	221,26	CA-2	CA-2
<b>TOTAL DO ORÇAMENTO - CONSTRUÇÃO QUADRA POLIESPORTIVA COM BDI 20,39%</b>					<b>33.715,93</b>		

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA



## MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUI  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA- ZONA RURAL

FONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

**MEMORIA DE CALCULO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA**

ÍTEM	SERVIÇOS	LOCAL	UNID.	QUANT.	COMPR. (m)	LARGURA (m)	ALTURA (m)	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL ÍTEM
<b>1.0</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>											
1.1	Locação de obra com gabarito	área de construção	m²	1,00	944,90	1,00		944,90	-		944,90	<b>944,90</b>
1.2	Tapume de proteção em tela de polietileno h=1,20 com bloco de concreto (entorno obra)	área de construção	m	1,00	120,00	1,00		120,00	-	-	120,00	<b>120,00</b>
1.3	Regularização de superfícies com motoniveladora	área de construção	m²	1,00	944,90	1,00		944,90	-	-	944,90	<b>944,90</b>
1.4	Aterro Compactado	área de construção	m³	1,00	28,00	38,00	0,55	1.064,00	585,20		585,20	<b>585,20</b>
<b>2.0</b>	<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>											
2.1	Escavação manual de valas para fundação	piso da quadra	m³	2,00	23,80	0,30	0,30	7,14	2,14		4,28	
2.1	Escavação manual de valas para fundação	piso da quadra	m³	2,00	35,50	0,30	0,30	10,65	3,20		6,40	
2.1	Escavação manual de valas para fundação	rampa	m³	1,00	6,31	0,30	0,30	1,89	0,57		0,57	
2.1	Escavação manual de valas para fundação	rampa	m³	1,00	1,20	0,30	0,30	0,36	0,11		0,11	<b>11,36</b>
2.2	Escavação manual de valas para blocos do alambrado	alambrado	m³	40,00	0,40	0,40	0,40	0,16	0,06		2,40	
2.2	Escavação manual de valas para blocos do alambrado	alambrado	m³	20,00	0,40	0,40	0,40	0,16	0,06		1,20	<b>3,60</b>
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	piso da quadra	m²	2,00	23,80	0,30		7,14	-		14,28	
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	piso da quadra	m²	2,00	35,50	0,30		10,65	-		21,30	
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	alambrado	m²	40,00	0,40	0,40		0,16	-		6,40	
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	alambrado	m²	20,00	0,40	0,40		0,16	-		3,20	
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	rampa	m²	1,00	6,31	0,30		1,89	-		1,89	
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	rampa	m²	1,00	1,20	0,30		0,36	-		0,36	<b>47,43</b>
2.4	Reaterro apiloado (manual) com material reaproveitado	volume escavado	m³	1,00	14,96	1,00	1,00	14,96	14,96		14,96	<b>14,96</b>
2.5	Aterro manual de valas	piso	m³	1,00	944,90	1,00	0,30	944,90	283,47	14,96	268,51	<b>268,51</b>
<b>3.0</b>	<b>INFRAESTRUTURA</b>											
3.1	Lastro em concreto não-estrutural, esp=5cm, preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante (base dos blocos dos pilares)	alambrado	m³	40,00	0,40	0,40	0,05	0,16	0,01		0,40	
3.1	Lastro em concreto não-estrutural, esp=5cm, preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante (base dos blocos dos pilares)	alambrado	m³	20,00	0,40	0,40	0,05	0,16	0,01		0,20	<b>0,60</b>
3.2	Fundação em pedra argamassada, traço 1:4 (cimento e areia)	piso da quadra	m³	2,00	23,80	0,30	0,30	7,14	2,14		4,28	
3.2	Fundação em pedra argamassada, traço 1:4 (cimento e areia)	piso da quadra	m³	2,00	35,50	0,30	0,30	10,65	3,20		6,40	
3.2	Fundação em pedra argamassada, traço 1:4 (cimento e areia)	rampa	m³	1,00	6,31	0,30	0,30	1,89	0,57		0,57	
3.2	Fundação em pedra argamassada, traço 1:4 (cimento e areia)	rampa	m³	1,00	1,20	0,30	0,30	0,36	0,11		0,11	<b>11,36</b>
3.3	Alvenaria de tijolo cerâmico furado 9x14x19, 1vez, esp=14cm, assentado com argamassa traço 1:2:8 (baldrame)	piso da quadra	m²	2,00	23,80		0,40	9,52	-		19,04	
3.3	Alvenaria de tijolo cerâmico furado 9x14x19, 1vez, esp=14cm, assentado com argamassa traço 1:2:8 (baldrame)	piso da quadra	m²	2,00	35,50		0,40	14,20	-		28,40	
3.3	Alvenaria de tijolo cerâmico furado 9x14x19, 1vez, esp=14cm, assentado com argamassa traço 1:2:8 (baldrame)	laterais da rampa	m²						-		4,42	
3.3	Alvenaria de tijolo cerâmico furado 9x14x19, 1vez, esp=14cm, assentado com argamassa traço 1:2:8 (baldrame)	rampa	m²	1,00	1,20		0,40	0,48	-		0,48	<b>52,34</b>
3.4	Bloco em concreto não estrutural, traço 1:4,5:4,5 (cimento, areia e brita1)	blocos p/ alambrado	m³	40,00	0,40	0,40	0,35	0,16	0,06		2,40	
3.4	Bloco em concreto não estrutural, traço 1:4,5:4,5 (cimento, areia e brita1)	blocos p/ alambrado	m³	20,00	0,40	0,40	0,35	0,16	0,06		1,20	<b>3,60</b>



OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURAL

FONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

MEMORIA DE CALCULO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA

ÍTEM	SERVIÇOS	LOCAL	UNID.	QUANT.	COMPR. (m)	LARGURA (m)	ALTURA (m)	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL ÍTEM
4.0	PISO											
4.1	Execução de piso industrial de concreto armado, fck = 20 mpa, espessura de 12,0 cm	piso da quadra	m²	1,00	802,29	1,00		802,29	-		802,29	
4.1	Execução de piso industrial de concreto armado, fck = 20 mpa, espessura de 12,0 cm	rampa	m²	1,00	13,21	1,00		13,21	-		13,21	815,50
4.2	Piso tátil direcional e/ou alerta, em borracha, p/deficientes visuais, dimensões 25x25 cm, aplicado, rejuntado, exclusive regularização de base		m²	4,00	1,00	0,25		0,25	-		1,00	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	1,00	0,25		0,25	-		0,25	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	9,00	0,25		2,25	-		2,25	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	2,00	1,00	0,25		0,25	-		0,50	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	4,00	0,50	0,50		0,25	-		1,00	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	16,00	0,25		4,00	-		4,00	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	18,25	0,25		4,56	-		4,56	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	0,25	0,25		0,06	-		0,06	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	1,25	0,25		0,31	-		0,31	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	19,00	0,25		4,75	-		4,75	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	0,50	0,50		0,25	-		0,25	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	16,00	0,25		4,00	-		4,00	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	3,00	1,25	0,25		0,31	-		0,93	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	4,00	0,50	0,50		0,25	-		1,00	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	0,25	0,25		0,06	-		0,06	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	2,00	0,75	0,25		0,19	-		0,38	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	2,00	0,50	0,25		0,13	-		0,26	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	5,00	0,25		1,25	-		1,25	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	11,50	0,25		2,88	-		2,88	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	0,50	0,50		0,25	-		0,25	
	Piso tátil direcional e/ou alerta		m²	1,00	19,00	0,25		4,75	-		4,75	34,69
5.0	INSTALAÇÕES											
5.1	Instalações elétricas		un	1,00				-	-		1,00	1,00
6.0	REVESTIMENTOS											
6.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado no baldrame	baldrame do piso	m²	2,00	23,80		0,20	4,76	-		9,52	
6.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado no baldrame	baldrame do piso	m²	2,00	35,50		0,20	7,10	-		14,20	
6.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado no baldrame	rampa	m²	1,00	0,19		0,20	0,04	-		0,04	
6.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado no baldrame	rampa	m²	1,00	1,20		0,20	0,24	-		0,24	
6.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado no baldrame	rampa laterais	m²	-	-		-	-	-		4,42	28,42
6.2	Reboco em argamassa massa única 1:2:8, esp= 2cm - Aplicado nas paredes e baldrame	baldrame do piso	m²	2,00	23,80		0,20	4,76	-		9,52	
6.2	Reboco em argamassa massa única 1:2:8, esp= 2cm - Aplicado nas paredes e baldrame	baldrame do piso	m²	2,00	35,50		0,20	7,10	-		14,20	
6.2	Reboco em argamassa massa única 1:2:8, esp= 2cm - Aplicado nas paredes e baldrame	rampa	m²	1,00	0,19		0,20	0,04	-		0,04	
6.2	Reboco em argamassa massa única 1:2:8, esp= 2cm - Aplicado nas paredes e baldrame	rampa	m²	1,00	1,20		0,20	0,24	-		0,24	
		rampa laterais	m²	-	-		-	-	-		4,42	28,42

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURAL

FONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

MEMORIA DE CALCULO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA

ÍTEM	SERVIÇOS	LOCAL	UNID.	QUANT.	COMPR. (m)	LARGURA (m)	ALTURA (m)	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL ÍTEM
<b>7.0</b>	<b>PINTURA</b>											
7.1	Pintura de piso com tinta epóxi, duas demãos, incluso primer epóxi	piso da quadra	m²	1,00	522,00	1,00		522,00	-		522,00	<b>522,00</b>
7.2	Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão	rampa	m²	1,00	4,70			4,70	-		4,70	<b>4,70</b>
7.3	Aplicação de fundo selador acrílico em paredes, uma demão	rampa	m²	1,00	4,70			4,70	-		4,70	<b>4,70</b>
7.4	Aplicação manual de pintura c/ tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	rampa	m²	1,00	4,70			4,70	-		4,70	<b>4,70</b>
7.5	Pintura de piso c/ tinta acrílica, aplicação manual, 2 demãos, incluso fundo preparador	Símbolo internacional de acessibilidade (SIA)	m²	2,00	1,50	1,50	-	2,25	-		4,50	<b>4,50</b>
7.6	Pintura de faixas de demarcação em quadra poliesportiva, esp=8,0cm	piso quadra	m	1,00	104,00			-	-		104,00	
7.6	Pintura de faixas de demarcação em quadra poliesportiva, esp=8,0cm	piso quadra	m	1,00	48,78			-	-		48,78	<b>152,78</b>
7.7	Pintura de faixas de demarcação em quadra poliesportiva, esp=5,0cm	piso quadra	m	1,00	75,60			-	-		75,60	
7.7	Pintura de faixas de demarcação em quadra poliesportiva, esp=5,0cm	piso quadra	m	1,00	107,82			-	-		107,82	
								-	-		-	<b>183,42</b>
7.8	Pintura c/ tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos)	Alambrado	m²	2,00	24,10		0,92	22,17	-		44,34	
7.8	Pintura c/ tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos)	Alambrado	m²	2,00	17,50		3,90	68,25	-		136,50	
7.8	Pintura c/ tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos)	Alambrado	m²	4,00	1,00		1,90	1,90	-		7,60	
7.8	Pintura c/ tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos)	Alambrado	m²	4,00	1,00		2,92	2,92	-		11,68	
7.8	Pintura c/ tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos)	Alambrado	m²	4,00	1,00		3,90	3,90	-		15,60	
7.8	Pintura c/ tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos)	Guarda-corpo da rampa	m²	2,00	9,66		0,12	1,16	-		2,32	
7.8	Pintura c/ tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos)	Guarda-corpo da rampa	m²	2,00	0,74		0,12	0,09	-		0,18	
								-	-		-	
								-	-		-	<b>218,22</b>
<b>8.0</b>	<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>											
8.1	Construção de arquibancadas	arquibancada	un	1,00				-	-		1,00	<b>1,00</b>
8.2	Guarda corpo c/ corrimão em tubo aço galvanizado, h=0,92 m, com barras verticais a cada 1,20 m (1.1/2") e barras horizontais (superior e inferior) de 1.1/2", inclusive curva de aço	Guarda-corpo da rampa	m	1,00	9,66			-	-		9,66	<b>9,66</b>
8.3	Estrutura/suporte oficial p/tabela de basquete em tubo aço galvanizado d=5", H=3,05 m piso/aro, pintura sintética, fornecimento e instalação		par	1,00				-	-		1,00	<b>1,00</b>
8.4	Traves oficial para futebol de salão 3x2 m em aço galv.3", com requadro e redes de polietileno fio 4 mm (conjunto p/futsal)		par	1,00				-	-		1,00	<b>1,00</b>
8.5	Poste oficial para volei em aço galvanizado d=3", c/esticador e catraca		par	1,00				-	-		1,00	<b>1,00</b>
8.6	Rede para volei profissional, em nylon e com medidor de altura		un	1,00				-	-		1,00	<b>1,00</b>
8.7	Alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado (montantes com diâmetro 2", travessas e escoras com diâmetro 1 ¼), com tela de arame galvanizado fio 12 BWG e malha quadrada 5x5cm	alambrado	m²	1,00	328,50		1,00	328,50	-		328,50	<b>328,50</b>
<b>9.0</b>	<b>SERVIÇOS FINAIS</b>											
9.1	Limpeza final da obra	área de construção	m²	1,00	944,90	1,00		944,90	-	-	944,90	<b>944,90</b>
9.2	Carga manual de entulho e transporte em caminhão basculante 6 m³	volume estimado	m³	1,00	944,90	1,00	0,054	944,90	51,02		51,02	<b>51,02</b>

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURAL

FONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

**MEMORIA DE CALCULO: CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA**

ÍTEM	SERVIÇOS	LOCAL	UNID.	QUANT.	COMPR. (m)	LARGURA (m)	ALTURA (m)	ÁREA (m²)	VOLUME (m³)	SUBTRAIR	TOTAL	TOTAL ÍTEM
<b>1.0</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>											
1.1	Locação de obra através de gabarito de madeira	arquibancada	m²	1,00	21,85	1,95		42,61	-		42,61	<b>42,61</b>
<b>2.0</b>	<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>											
2.1	Escavação de valas para fundação das paredes (30x30) cm	arquibancada	m³	3,00	21,85	0,30	0,30	6,56	1,97		5,91	
2.1	Escavação de valas para fundação das paredes (30x30) cm	arquibancada	m³	1,00	21,85	0,40	0,60	8,74	5,24		5,24	<b>11,15</b>
2.2	Escavação manual de valas para blocos de concreto ciclópico dos pilaretes	arquibancada	m³	24,00	0,40	0,40	0,45	0,16	0,07		1,68	
2.2	Escavação manual de valas para blocos de concreto ciclópico dos pilaretes	arquibancada	m³	12,00	0,67	0,60	0,45	0,40	0,18		2,16	<b>3,84</b>
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	arquibancada	m²	3,00	21,85	0,30		6,56	-	3,84	15,84	
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	arquibancada	m²	1,00	21,85	0,40		8,74	-	4,80	3,94	
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	arquibancada	m²	24,00	0,40	0,40		0,16	-		3,84	
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	arquibancada	m²	12,00	0,67	0,60		0,40	-		4,80	
								-	-		-	<b>28,42</b>
2.4	Reaterro apiloado (manual) com material reaproveitado	volume escavado	m³	1,00	14,99	1,00	1,00	14,99	14,99		14,99	<b>14,99</b>
2.5	Aterro manual de valas com areia para aterro	arquibancada	m³	1,00	21,67	0,47	0,48	10,18	4,89		4,89	
2.5	Aterro manual de valas com areia para aterro	arquibancada	m³	1,00	21,67	0,47	0,88	10,18	8,96		8,96	
2.5	Aterro manual de valas com areia para aterro	arquibancada	m³	1,00	21,67	0,47	1,28	10,18	13,04		13,04	
												<b>26,89</b>
<b>3.0</b>	<b>INFRAESTRUTURA</b>											
3.1	Lastro em concreto não-estrutural, esp=5cm, preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante (base dos blocos dos pilaretes)	pilaretes	m³	24,00	0,40	0,40	0,05	0,16	0,01		0,24	
3.2	Lastro em concreto não-estrutural, esp=5cm, preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante (base dos blocos dos pilaretes)		m³	12,00	0,67	0,60	0,05	0,40	0,02		0,24	<b>0,48</b>
3.2	Fundação em pedra argamassada para paredes (30x30)cm, traço 1:4 (cimento e areia)	arquibancada	m³	3,00	21,85	0,30	0,30	6,56	1,97	1,44	4,47	
3.2	Fundação em pedra argamassada para paredes (30x30)cm, traço 1:4 (cimento e areia)	arquibancada	m³	1,00	21,85	0,40	0,60	8,74	5,24		5,24	<b>9,71</b>
3.3	Bloco em concreto ciclópico dos pilaretes	arquibancada	m³	24,00	0,40	0,40	0,40	0,16	0,06		1,44	
3.3	Bloco em concreto ciclópico dos pilaretes	arquibancada	m³	12,00	0,67	0,60	0,40	0,40	0,16		1,92	<b>3,36</b>
<b>4.0</b>	<b>SUPERESTRUTURA</b>											
4.1	Concreto fck=25Mpa - pilaretes	memória de cálculo	m³	1,00	1,58	1,00	1,00	1,58	1,58		1,58	<b>1,58</b>
4.2	Concreto fck=20Mpa - cintas inferiores	memória de cálculo	m³	1,00	1,05	1,00	1,00	1,05	1,05		1,05	<b>1,05</b>
4.3	Concreto fck=20Mpa - cintas intermediárias 1 e 2	memória de cálculo	m³	1,00	1,61	1,00	1,00	1,61	1,61		1,61	<b>1,61</b>
4.4	Concreto fck=20Mpa - cintas superiores	memória de cálculo	m³	1,00	0,25	1,00	1,00	0,25	0,25		0,25	<b>0,25</b>
4.5	Lançamento de concreto fck=25Mpa - pilaretes	memória de cálculo	m³	1,00	1,58	1,00	1,00	1,58	1,58		1,58	<b>1,58</b>
4.6	Lançamento de concreto fck=25Mpa - cintas inferiores	memória de cálculo	m³	1,00	1,05	1,00	1,00	1,05	1,05		1,05	<b>1,05</b>
4.7	Lançamento de concreto fck=25Mpa - cintas intermediárias 1 e 2	memória de cálculo	m³	1,00	1,61	1,00	1,00	1,61	1,61		1,61	<b>1,61</b>
4.8	Lançamento de concreto fck=20Mpa - cintas superiores	memória de cálculo	m³	1,00	0,25	1,00	1,00	0,25	0,25		0,25	<b>0,25</b>
4.9	Armação de estrutura de concreto armado aço CA-50 de 5.0mm	memória de cálculo	kg	257,88	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		257,88	<b>257,88</b>
4.10	Armação de estrutura de concreto armado aço CA-50 de 10.0mm	memória de cálculo	kg	293,33	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		293,33	<b>293,33</b>
4.11	Montagem e desm. de formas para cintas em madeira serrada - 4 util.	memória de cálculo	m²	1,00	3,73	1,00	1,00	3,73	3,73		3,73	<b>3,73</b>
4.12	Montagem e desm. de formas para pilares em madeira serrada - 4 util.	memória de cálculo	m²	1,00	78,53	1,00	1,00	78,53	78,53		78,53	<b>78,53</b>

*Valter da Silva Barros*  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA- ZONA RURAL

FONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

**MEMORIA DE CALCULO: CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA**

<b>5.0</b>	<b>PISO</b>											
5.1	Lastro em concreto magro (contrapiso), preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante - espessura de 5,0 cm (assento da arquibancada)	assento	m³	3,00	21,67	0,60	0,06	13,00	0,78		2,34	
								-	-		-	<b>2,34</b>
5.2	Execução de piso cimentado, traço 1:3 (cimento e areia) acabamento liso, esp=2,0cm		m²	3,00	21,67	0,60		13,00	-		39,00	
						-		-	-		-	<b>39,00</b>
<b>6.0</b>	<b>PAREDES E PAINÉIS</b>											
6.1	Alvenaria de elevação tijolo cerâmico furado 9x14x19cm, e=14,0 cm (assentado em 1vez)	parede	m²	1,00	21,77		0,48	10,45	-		10,45	
6.1	Alvenaria de elevação tijolo cerâmico furado 9x14x19cm, e=14,0 cm (assentado em 1vez)	parede	m²	1,00	21,77		0,68	14,80	-		14,80	
6.1	Alvenaria de elevação tijolo cerâmico furado 9x14x19cm, e=14,0 cm (assentado em 1vez)	parade	m²	1,00	21,77		0,98	21,33	-		21,33	
6.1	Alvenaria de elevação tijolo cerâmico furado 9x14x19cm, e=14,0 cm (assentado em 1vez)	parade	m²	1,00	21,77		1,64	35,70	-		35,70	
6.1	Alvenaria de elevação tijolo cerâmico furado 9x14x19cm, e=14,0 cm (assentado em 1vez)	parede laterais	m²	2,00	1,91		1,00	1,91	-		3,82	
								-	-		-	<b>86,10</b>
<b>7.0</b>	<b>REVESTIMENTOS</b>											
7.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado nas paredes	parede ext	m²	1,00	21,85		2,20	48,07	-		48,07	
7.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado nas paredes	parede espelho	m²	3,00	21,77		0,40	8,71	-		26,13	
7.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado nas paredes	paredes laterais	m²	2,00	1,91		1,00	1,91	-		3,82	
						-		-	-		-	<b>78,02</b>
7.2	Reboco em argamassa masa única 1:2:8, esp= 2cm - Aplicado nas paredes	parede ext	m²	1,00	21,85		2,20	48,07	-		48,07	
7.2	Reboco em argamassa masa única 1:2:8, esp= 2cm - Aplicado nas paredes	parede espelho	m²	3,00	21,77		0,40	8,71	-		26,13	
7.2	Reboco em argamassa masa única 1:2:8, esp= 2cm - Aplicado nas paredes	paredes laterais	m²	2,00	1,91		1,00	1,91	-		3,82	<b>78,02</b>
<b>8.0</b>	<b>PINTURA</b>											
8.1	Aplicação de fundo selador acrílico	parede ext	m²	1,00	21,85		2,20	48,07	-		48,07	
8.1	Aplicação de fundo selador acrílico	parede espelho	m²	1,00	21,77		0,90	19,59	-		19,59	
8.1	Aplicação de fundo selador acrílico	parede espelho	m²	3,00	21,77		0,40	8,71	-		26,13	
8.1	Aplicação de fundo selador acrílico	assento	m²	3,00	21,77		0,60	13,06	-		39,18	
8.1	Aplicação de fundo selador acrílico	paredes laterais	m²	2,00	1,91		1,00	1,91	-		3,82	
								-	-		-	<b>136,79</b>
8.2	Pintura com tinta acrílica sobre piso cimentado, duas demãos		m²	1,00	136,79		1,00	136,79	-		136,79	
						-	-	-	-		-	<b>136,79</b>
								-	-		-	<b>-</b>

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA




SECRETARIA  
DA **INFRAESTRUTURA**  
SEINFRA



## CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: @seinfra.pi

[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA



OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA- ZONA RURAL

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DISCRIMINATIVO**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PESO %	VALOR DAS OBRAS (R\$)	MESES					
				1	%	2	%	3	%
1.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	3,91%	29.346,90	11.738,76	40,00%	11.738,76	40,00%	5.869,38	20,00%
				11.738,76	40,00%	11.738,76	40,00%	5.869,38	20,00%
2.0	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA 3,60x1,80 m	0,50%	3.751,79	3.751,79	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
				3.751,79	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.0	LOCAÇÃO DE CONTAINERES PARA CANTEIRO DE OBRA	1,20%	8.999,13	8.999,13	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
				8.999,13	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4.0	CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA	94,39%	707.902,18	142.060,99	20,07%	315.223,92	44,53%	250.617,27	35,40%
4.1	SERVIÇOS PRELIMINARES	12,04%	90.301,00	90.301,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
				90.301,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4.2	MOVIMENTO DE TERRA	3,84%	28.828,74	28.828,74	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
				28.828,74	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4.3	INFRAESTRUTURA	3,06%	22.931,25	22.931,25	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
				22.931,25	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4.5	PISO	31,02%	232.637,39	0,00	0,00%	232.637,39	100,00%	0,00	0,00%
				0,00	0,00%	232.637,39	100,00%	0,00	0,00%
4.6	INSTALAÇÕES	4,50%	33.715,93	0,00	0,00%	33.715,93	100,00%	0,00	0,00%
				0,00	0,00%	33.715,93	100,00%	0,00	0,00%
4.7	REVESTIMENTOS	0,23%	1.691,27	0,00	0,00%	1.691,27	100,00%	0,00	0,00%
				0,00	0,00%	1.691,27	100,00%	0,00	0,00%
4.8	PINTURA	8,21%	61.540,33	0,00	0,00%	47.179,33	76,66%	14.361,00	23,34%
				0,00	0,00%	47.179,33	76,66%	14.361,00	23,34%
4.9	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	30,92%	231.928,98	0,00	0,00%	0,00	0,00%	231.928,98	100,00%
				0,00	0,00%	0,00	0,00%	231.928,98	100,00%
4.10	SERVIÇOS FINAIS	0,58%	4.327,29	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4.327,29	100,00%
				0,00	0,00%	0,00	0,00%	4.327,29	100,00%
TOTAL	SIMPLES (%)			22,21%		65,80%		100,00%	
TOTAL	SIMPLES (R\$)	100,00%		166.550,67		326.962,68		256.486,65	
TOTAL	ACUMULADO (R\$)			166.550,67		493.513,35		750.000,00	
	VALOR TOTAL (R\$)		750.000,00	166.550,67	22,21%	493.513,35	65,80%	750.000,00	100,00%



SECRETARIA  
DA **INFRAESTRUTURA**  
SEINFRA




## COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

### ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: [@seinfra.pi](https://www.instagram.com/seinfra.pi)

[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURAL

**FONTE DE CUSTOS:**

SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

**COMPOSIÇÃO DE PLACA E ADMINISTRAÇÃO DE OBRA**

COMPOSIÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA						MÊS
ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	REFERÊNCIA	P. UNIT.	P. TOTAL
<b>01</b>	<b>Mão-de-obra</b>					
01.01	Engenheiro Civil c/ encargos complementares	H	15,05921	SINAPI 90778	141,30	2.127,87
01.02	Encarregado geral c/ encargos complementares	H	20,00000	SINAPI 90776	41,12	822,40
01.03	Apontador c/ encargos complementares	H	12,00000	SINAPI 90767	27,78	333,36
01.04	Motorista de veículo leve c/ encargos complementares	H	10,00000	SINAPI 88284	25,22	252,20
01.05	Vigia noturno c/ encargos complementares	H	10,00000	SINAPI 100289	23,41	234,10
01.06	Técnico em segurança do trabalho c/ encargos complementares	H	10,00000	SINAPI 88321	27,65	276,50
	<b>SUBTOTAL COM LEIS SOCIAS Mão-de-obra</b>					<b>4.046,43</b>
	<b>Materiais e/ou serviços</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>REFERÊNCIA</b>	<b>P. UNIT.</b>	<b>P. TOTAL</b>
01.01	Caminhonte cabine simples c/ motor 1.6 flex, câmbio manual, potência 101/104 CV, 2 portas - CHP diurno	H	5,00	SINAPI 92145	78,44	392,20
	CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]					<b>4.438,63</b>
	B.D.I. = 20,39%					905,04
	<b>TOTAL GERAL C/BDI</b>					<b>9.782,30</b>
	<b>TOTAL PARA ADMINISTRAÇÃO DE OBRA (3 MESES)</b>					<b>29.346,90</b>




SECRETARIA  
DA **INFRAESTRUTURA**  
SEINFRA



## COMPOSIÇÃO DE PREÇO NÃO DESONERADO

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: @seinfra.pi

[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURAL

**FONTE DE CUSTOS:**

SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

**COMPOSIÇÃO DE PLACA E ADMINISTRAÇÃO DE OBRA**

COMPOSIÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA						MÊS
ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	REFERÊNCIA	P. UNIT.	P. TOTAL
<b>01</b>	<b>Mão-de-obra</b>					
01.01	Engenheiro Civil c/ encargos complementares	H	15,05921	SINAPI 90778	141,30	2.127,87
01.02	Encarregado geral c/ encargos complementares	H	20,00000	SINAPI 90776	41,12	822,40
01.03	Apontador c/ encargos complementares	H	12,00000	SINAPI 90767	27,78	333,36
01.04	Motorista de veículo leve c/ encargos complementares	H	10,00000	SINAPI 88284	25,22	252,20
01.05	Vigia noturno c/ encargos complementares	H	10,00000	SINAPI 100289	23,41	234,10
01.06	Técnico em segurança do trabalho c/ encargos complementares	H	10,00000	SINAPI 88321	27,65	276,50
	<b>SUBTOTAL COM LEIS SOCIAS Mão-de-obra</b>					<b>4.046,43</b>
	<b>Materiais e/ou serviços</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>REFERÊNCIA</b>	<b>P. UNIT.</b>	<b>P. TOTAL</b>
01.01	Caminhoneiro cabine simples c/ motor 1.6 flex, câmbio manual, potência 101/104 CV, 2 portas - CHP diurno	H	5,00	SINAPI 92145	78,44	392,20
	CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]					<b>4.438,63</b>
	B.D.I. = 20,39%					905,04
	<b>TOTAL GERAL C/BDI</b>					<b>9.782,30</b>
	<b>TOTAL PARA ADMINISTRAÇÃO DE OBRA (3 MESES)</b>					<b>29.346,90</b>

COMPOSIÇÃO DE PLACA DA OBRA (3,60 x 1,80) m						01	UNID
ORSE COD. 00051-adaptado							
ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	REFERÊNCIA	P. UNIT.	P. TOTAL	
<b>01</b>	<b>MÃO DE OBRA</b>						
01.01	Carpinteiro de formas com enc. complementares	H	1,000	SINAPI 88262	28,78	28,78	
01.03	Servente com encargos complementares	H	1,500	SINAPI 88316	23,66	35,49	
	Custo horário total da mão-de-obra					64,27	
<b>02</b>	<b>MATERIAIS E/OU SERVIÇOS</b>						
02.01	Placa de obra em chapa de aço	M	1,00	SINAPI 4813	400,00	400,00	
02.02	Peça de madeira de lei 1ª qualidade 2,5 x 7,5 cm	M	1,00	SINAPI 4417	5,44	5,44	
02.04	Peça de madeira 3ª qualidade 7,5 x 7,5 cm	M	4,00	SINAPI 4491	9,95	39,80	
02.05	Prego 18x30	KG	0,150	SINAPI 5075	20,34	3,05	
	Custo unitário total de materiais e/ou serviços					448,29	
	<b>CUSTO TOTAL DE PLACA DE OBRA</b>					<b>512,56</b>	
	B.D.I. = 20,39%					104,51	
	<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL PARA PLACA DE OBRA</b>					<b>617,07</b>	



OBRA: CONSTRUÇÃO QUADRA POLIESPORTIVA  
LOC.: POV OLHO D'AGUA - ZONA RURAL – BOQUEIRAO DO PIAUI

FONTES DE CUSTO:

SINAPI : JAN/2026

ORSE : DEZ/2025

SEINFRA-CE : 0.27/2021

LEIS SOCIAIS : 114,54% -S/ DESON

BDI : 20,39%

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA

CA-1	8927 ORSE		POSTE RETO TELECÔNICO FLANGEADO, GALVANIZADO, H= 9 METROS, ENGASTE 1,5M COM 03 PROJETORES DE LED 200W - EFIC. 115LM/W F.P. 0,92, ACIONAMENTO POR RELÉ FOTOELÉTRICO	UNIDADE: UN			
	TIPO	REFERÊNCIA	MATERIAIS	UNID.	CONSUMO	P. UNIT.	CUSTOS
14165	INS	SINAPI	POSTE CONICO CONTINUO EM ACO GALVANIZADO, RETO, ENGASTADO, H = 9 M, DIAMETRO INFERIOR = *145* MM	UN	1,0000	1860,69	1.860,69
9201	INS	ORSE	CRUZETA SIMPLES PARA COLOCAÇÃO DE PROJETOR REF. CS1/3, DA METAL LIGHT OU SIMI LAR	UN	1,0000	242,8	242,80
1014	INS	SINAPI	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM²	M	30,000	2,71	81,30
101632	COMP	SINAPI	RELE FOTOELETRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025	UN	1,000	32,89	32,89
39746	INS	SINAPI	CHUMBADOR DE ACO GALVANIZADO, 1" X 600 MM, PARA POSTES DE ACO COM BASE, INCLUSO PORCA E ARRUELA CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF_05/2021	UN	4,000	79,33	317,32
94975	COMP	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	M³	0,0900	671,37	60,42
93358	COMP	SINAPI	REFLETOR SLIM LED 200W DE POTENCIA, BRANCO FRIÓ, 6500K, AUTOVOLT, MARCA G-LI GHT OU SIMILAR	M³	0,0900	93,59	8,42
13524	INS	ORSE	SUB-TOTAL (MATERIAIS)	UN	3,0000	109,89	329,67
							<b>2.933,51</b>
			<b>MÃO DE OBRA</b>				
88247	COMP	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	24,79	49,58
88264	COMP	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	30,09	60,18
88309	COMP	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	29,47	29,47
88316	COMP	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	23,66	23,66
			SUB-TOTAL (MÃO DE OBRA)				<b>162,89</b>
			<b>EQUIPAMENTOS</b>				
5928	COMP	SINAPI	GUINDAUTO HIDRAULICO, CAPACIDADE MAXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MÁXIMO HORIZONTAL 9,70 M, INCLUSIVE CAMINHÃO TOCO PBT 16.000 KG, POTÊNCIA DE 189 CV - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	1,0000	281,31	281,31
			SUB-TOTAL (EQUIPAMENTOS)				<b>281,31</b>
<b>PREÇO TOTAL S/ BDI</b>							<b>3.377,71</b>
<b>BDI (20,39%)</b>							<b>688,72</b>
<b>PREÇO TOTAL C/ BDI</b>							<b>4.066,43</b>

OBRA: CONSTRUÇÃO QUADRA POLIESPORTIVA  
LOC.: POV OLHO D'AGUA - ZONA RURAL – BOQUEIRAO DO PIAUI

FONTES DE CUSTO:

SINAPI : JAN/2026

ORSE : DEZ/2025

SEINFRA-CE : 0.27/2021

LEIS SOCIAIS : 114,54% -S/ DESON

BDI : 20,39%

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA

CM-1			ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA MONOFÁSICA 25A COM POSTE DE METÁLICO RETANGULAR INCLUSIVE CABEAMENTO, CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR			UNIDADE:	UN
COD	TIPO	REFERÊNCIA	MATERIAIS	UNID.	CONSUMO	P. UNIT.	CUSTOS
379	INS	SINAPI	ARRUELA QUADRADA EM AÇO GALVANIZADO, DIMENSAO = 38 MM, ESPESSURA = 3MM, DIAMETRO DO FURO= 18 MM	UN	2,000	1,43	2,86
420	INS	SINAPI	CINTA CIRCULAR EM AÇO GALVANIZADO DE 150 MM DE DIAMETRO PARA FIXACAO DE CAIXA MEDICAO, INCLUI PARAFUSOS E PORCAS	UN	1,000	37,46	37,46
1091	INS	SINAPI	ARMACAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO E 1 ISOLADOR	UN	1,000	35,91	35,91
34616	INS	SINAPI	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 6 - 32 A	UN	1,000	47,8	47,80
2674	INS	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 3/4", SEM LUVIA	M	5,000	5,18	25,90
2673	INS	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1/2", SEM LUVIA	M	3,000	4,16	12,48
3380	INS	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO EM AÇO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO	UN	1,000	76,06	76,06
3398	INS	SINAPI	ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSÃO	UN	1,000	1,51	1,51
4336	INS	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 3", COM PORCA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA	UN	6,000	5,09	30,54
11863	INS	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 6 MM²	UN	3,000	6,61	19,83
39808	INS	SINAPI	CAIXA PARA MEDIDOR MONOFASICO, EM POLICARBONATO / TERMOPLASTICO, PARA ALOJAR 1 DISJUNTOR (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	1,000	98,35	98,35
10912	INS	ORSE	TUBO INDUSTRIAL, EM AÇO, RETANGULAR, DIM 100 X 50 MM, E=3,17MM(1/8"), 6,825KG /M	M	7,000	118,84	831,88
			SUB-TOTAL (MATERIAIS)				1.220,58
			MÃO DE OBRA				
88247	COMP	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,5000	24,79	111,56
88264	COMP	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4,5043	30,09	135,53
			SUB-TOTAL (MÃO DE OBRA)				247,09
PREÇO TOTAL S/ BDI							1.467,67
BDI (20,39%)							299,26
PREÇO TOTAL C/ BDI							1.766,93

OBRA: CONSTRUÇÃO QUADRA POLIESPORTIVA  
LOC.: POV OLHO D'AGUA - ZONA RURAL – BOQUEIRAO DO PIAUI

FONTES DE CUSTO:  
SINAPI : JAN/2026  
ORSE : DEZ/2025  
SEINFRA-CE : 0.27/2021  
LEIS SOCIAIS : 114,54% -S/ DESON  
BDI : 20,39%

COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO DA INSTALAÇÃO ELÉTRICA

CM-2			MURETA COM PIGADEIRA EM CONCRETO COM O POSTE AUXILIAR DE PADRÃO DE ENTRADA TIPO PC1.	UNIDADE:		UN
COD	TIPO	REFERÊNCIA	MATERIAIS	UNID.	CONSUMO	CUSTOS
94962	COMP	SINAPI	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	0,0314	17,26
103334	COMP	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X9X19 CM (ESPESSURA 14 CM, BLOCO DEITADO) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M²	0,3200	50,30
103336	COMP	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO APARENTE DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M²	2,8800	238,95
87878	COMP	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	M²	2,8800	16,07
87530	COMP	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M²	2,8800	126,29
95626	COMP	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	M²	6,1100	99,35
			SUB-TOTAL (MATERIAIS)			548,22
			MÃO DE OBRA			
88247	COMP	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	12,0000	297,48
88264	COMP	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	12,0000	361,08
			SUB-TOTAL (MÃO DE OBRA)			658,56
PREÇO TOTAL S/ BDI						1.206,78
BDI (20,39%)						246,06
PREÇO TOTAL C/ BDI						1.452,84

CA-2	861 ORSE		DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 275 V, CORRENTE MÁXIMA DE *20* KA (TIPO AC) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNIDADE:		UN
COD	TIPO	REFERÊNCIA	MATERIAIS	UNID.	CONSUMO	CUSTOS
39469	INS	SINAPI	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 275 V, CORRENTE MÁXIMA DE *20* KA (TIPO AC)	UN	1,0000	65,01
			SUB-TOTAL (MATERIAIS)			65,01
			MÃO DE OBRA			
88316	COMP	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5000	11,83
88264	COMP	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5000	15,05
			SUB-TOTAL (MÃO DE OBRA)			26,88
PREÇO TOTAL S/ BDI						91,89
BDI (20,39%)						18,74
PREÇO TOTAL C/ BDI						110,63

CONVERSÕES:

CM = COMPOSIÇÃO MONTADA  
INS = INSUMO

ORSE = ORÇAMENTO DE OBRAS DE SERGIPE

CA = COMPOSIÇÃO ADAPTADA  
COMP = COMPOSIÇÃO

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA- ZONA RURAL

FONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

### COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO GERAIS

Locação de obra através de gabarito de madeira. COMPOSIÇÃO 01				Fonte	Código	UNIDADE:
				ORSE	04176	m²
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
Topógrafo com encargos complementares	0,030	h	SINAPI 90781	41,45	1,24	
Auxiliar de topografia com encargos complementares	0,020	h	SINAPI 88253	21,67	0,43	
Carpinteiro com encargos complementares	0,040	h	SINAPI 88262	28,78	1,15	
Servente com encargos complementares	0,040	h	SINAPI 88316	23,66	0,95	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]					3,77	
Materiais e/ou serviços				Referência	Valor R\$	Custo unitário
Madeira mista serrada (barrote) 6x6 cm	0,1300	m	ORSE 1569	6,69	0,87	
Arame galvanizado 18bwg	0,0200	kg	SINAPI 345	30,79	0,62	
Prego de aço polido com cabeça 16x24	0,0120	kg	SINAPI 5067	21,68	0,26	
Tábua de madeira não aparelhada 2,5x23cm, pinus, mista ou equiv.	0,1500	m	SINAPI 10567	11,24	1,69	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]					3,44	
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>7,21</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>1,47</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>8,68</b>

Tapume de proteção em tela de polietileno h=1,20 com bloco de concreto. COMPOSIÇÃO 02				Fonte	Código	UNIDADE:
				ORSE	4554	m
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
Servente com encargos complementares	1,000	h	SINAPI 88316	23,66	23,66	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]					23,66	
Materiais e/ou serviços				Referência	Valor R\$	Custo unitário
Madeira mista serrada (barrote) 6 x 6cm - 0,0036 m³/m (angelim, louro)	0,0130	m³	SINAPI 4006	2.239,74	29,16	
Tela de polietileno estirado para tapumes (malha 80x40 e 65x40mm)	1,000000	m	SINAPI 37524	2,31	2,31	
Prego de aço polido com cabeça 18 x 27 (2 1/2 x 10)	0,050000	kg	SINAPI 5061	20,00	1,00	
Concreto simples fabricado na obra, fck=15 mpa, preparo mecânico com betoneira 400 l	0,080000	m³	SINAPI 94963	612,94	49,04	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]					81,51	
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>105,17</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>21,44</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>126,61</b>

Locação de containers p/ canteiro de obras- COMPOSIÇÃO 03				Fonte	Código	UNIDADE:
				ORSE	4554	mês
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
					-	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]					-	
Materiais e/ou serviços				Referência	Valor R\$	Custo unitário
Locação de container 2,30 x 6,00 m, alt. 2,50 m, para escritório, sem divisórias internas e sem sanitário	1,0000	mes	SINAPI 10776	1.015,62	1.015,62	
Locação de container 2,30 x 4,30 m, alt. 2,50 m, para sanitário, com 3 bacias, 4 chuveiros, 1 lavatório e 1 mictório	1,000000	mes	SINAPI 10777	1.476,04	1.476,04	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]					2.491,66	
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>2.491,66</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>508,05</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>2.999,71</b>

Lastro de concreto, incluso aditivo impermeabilizante - lançamento e adensamento . COMPOSIÇÃO 04				Fonte	Código	UNIDADE:
				SINAPI	83534	m³
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
Pedreiro com encargos complementares	3,000	h	SINAPI 88309	29,47	88,41	
Servente com encargos complementares	6,000	h	SINAPI 88316	23,66	141,96	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]					230,37	
Materiais e/ou serviços				Referência	Valor R\$	Custo unitário
Concreto magro para lastro traço 1:4,5:4,5 (cimento, areia média, brita 1), preparo mecânico com betoneira	1,00	m³	SINAPI 94962	549,60	549,60	
Aditivo impermeabilizante de pega normal para argamassas e concretos, liso e isento de cloretos	20,00	l	SINAPI 123	10,28	205,60	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]					755,20	
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>985,57</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>200,96</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>1.186,53</b>

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA- ZONA RURAL

FONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

### COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO GERAIS

Execução de piso industrial de concreto armado, fck = 20 mpa, espessura de 12,0 cm. . COMPOSIÇÃO 05				Fonte SINAPI	Código S/C	UNIDADE: m²
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
Servente c/ encargos complementares	1,000	h	SINAPI 88316	23,66	23,66	
Pedreiro c/ encargos complementares	1,000	h	SINAPI 88309	29,47	29,47	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						53,13
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Valor R\$	Custo unitário	
Junta plástica de dilatação para pisos, cor cinza, 17 x 3 mm (altura x espessura)	2,67	m	SINAPI 3671	3,15	8,41	
Polidora de piso (politriz), peso de 100kg, diâmetro 450 mm, motor elétrico, potência 4 hp - chp diurno.	0,09	chip	SINAPI 95276	3,98	0,36	
Polidora de piso (politriz), peso de 100kg, diâmetro 450 mm, motor elétrico, potência 4 hp - chi diurno.	0,22	chi	SINAPI 95277	0,73	0,16	
Cera líquida incolor multipiso	0,01	L	SINAPI 41967	36,07	0,45	
Armação para execução de radier, piso de concreto ou laje sobre solo, com uso de tela q-138.	4,20	KG	SINAPI 97090	14,14	59,39	
Aplicação de lona plástica para execução de pavimentos de concreto.	1,00	KG	SINAPI 97113	2,42	2,42	
Concreto fck = 20mpa, traço 1:2,7:3 (em massa seca de cimento/ areia média/ brita 1) - preparo mecânico com betoneira 400 l.	0,127	M³	SINAPI 94964	672,98	85,47	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						156,66
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>209,79</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>42,78</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>252,57</b>
Piso tátil direcional e/ou alerta, em borracha, p/deficientes visuais, dimensões 25x25cm, aplicado, rejuntado, exclusive regularização de base. COMPOSIÇÃO 06				Fonte SINAPI	Código S/R	UNIDADE: m²
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
				-	-	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						-
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Valor R\$	Custo unitário	
Piso tátil direcional e/ou alerta, de borracha, dim 25x 25cm colorido - aplicado	1,000	un	ORSE 6893	638,52	638,52	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						638,52
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>638,52</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>130,19</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>768,71</b>
Pintura de faixa de demarcação em quadra poliesportiva, esp=8cm. COMPOSIÇÃO 07				Fonte SINAPI	Código 102506-adap	UNIDADE: m
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
Pintor com encargos complementares	0,38	h	SINAPI 88310	31,50	12,10	
Servente com encargos complementares	0,16	h	SINAPI 88316	23,66	3,79	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						15,89
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Valor R\$	Custo unitário	
Diluyente epóxi	0,005	l	SINAPI 5330	78,77	0,38	
Tinta epóxi a base de água premium	0,026	l	SINAPI 7304	78,91	2,02	
Fita crepe rolo 25mm x 50m	0,040	un	SINAPI 12815	12,05	0,48	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						2,88
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>18,77</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>3,83</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>22,60</b>
Guarda corpo c/ corrimão em tubo aço galvanizado, h=0,92 m, com barras verticais a cada 1,20 m (1.1/2") e barras horizontais (superior e inferior) de 1.1/2", inclusive curva de aço. COMPOSIÇÃO 08				Fonte S/ REF.	Código S/R	UNIDADE: m
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
Auxiliar de serralheiro c/ encargos complementares	1,509	h	SINAPI 88251	24,09	36,35	
Serralheiro c/ encargos complementares	1,837	h	SINAPI 88315	29,26	53,75	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						90,10
Materiais e/ou serviços	Quant.	Unid.	Referência	Valor R\$	Custo unitário	
Tubo aço galvanizado c/ costura, classe leve, DN 40 mm (1.1/2"), e=3,00 mm, 3,48	3,410	un	SINAPI 21012	51,01	173,94	
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						173,94
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>264,04</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>53,84</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>317,88</b>



OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURAL

FONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

### COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO GERAIS

Estrutura metálica fixa, p/ tabela em aço com aro e cesta p/ basquete, padrão oficial, em tubo galvanizado d=5" - instalada. COMPOSIÇÃO 09				Fonte S/ REF.	Código S/R	UNIDADE:
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
			SINAPI		-	
			SINAPI		-	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						-
Materiais e/ou serviços				Referência	Valor R\$	Custo unitário
Aro p/cesta basquete standard d=45 cm	1,00	par	ORSE	206	536,38	536,38
Estrutura/suporte oficial p/tabela de basquete em tubo aço galvanizado d=5", H=3,05 m piso/arco, pintura sintética, fornecimento e instalação	1,00	par	ORSE	2522	1.883,16	1.883,16
Rede para cesta basquete seda fio 3 mm, medindo 45x45 mm	1,00	par	ORSE	1929	51,20	51,20
Tabela para basquete oficial em chapa metálica medindo 1,80x1,05 m	1,00	par	ORSE	4811	3.204,21	3.204,21
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						5.674,95
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>5.674,95</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>1.157,12</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>6.832,07</b>
Traves oficial para futebol de salão 3x2 m em aço galv.3", com requadro e redes de polietileno fio 4 mm (conjunto p/futsal). COMPOSIÇÃO 10				Fonte SINAPI	Código S/R	UNIDADE:
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
			SINAPI		-	
			SINAPI		-	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						-
Materiais e/ou serviços				Referência	Valor R\$	Custo unitário
Conjunto para futsal com traves oficiais de 3,00x2,00 m em tubo de aço galvanizado 3" com requadro em tubo de 1", pintura em primer com tinta esmalte sintético e redes de polietileno fio 4 mm	1,00	par	ORSE	10735	3.726,00	3.726,00
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						3.726,00
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>3.726,00</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>759,73</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>4.485,73</b>
Poste oficial para volei em aço galvanizado d=3", c/ esticador e catraca. COMPOSIÇÃO 11				Fonte SINAPI	Código S/R	UNIDADE:
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
			SINAPI		-	
			SINAPI		-	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						-
Materiais e/ou serviços				Referência	Valor R\$	Custo unitário
Poste oficial para volei em aço galvanizado d=3", c/ esticador e catraca	1,00	par	ORSE	1877	1.065,70	1.065,70
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						1.065,70
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>1.065,70</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>217,30</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>1.283,00</b>
Rede para volei profissional, em nylon e com medidor de altura. COMPOSIÇÃO 12				Fonte SINAPI	Código S/R	UNIDADE:
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
			SINAPI		-	
			SINAPI		-	
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						-
Materiais e/ou serviços				Referência	Valor R\$	Custo unitário
Rede volei em nylon, profissional, lona em PVC, c/ medidor altura	1,00	par	ORSE	1932	261,82	261,82
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						261,82
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>261,82</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>53,39</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>315,21</b>
Carga manual de entulho e transporte em caminhão basculante. COMPOSIÇÃO 13				Fonte SINAPI	Código JVC	UNIDADE:
Mão-de-obra	Quant.	Unid.	Referência	Salário hora	Custo horário	
Servente c/ encargos complementares	0,7000	h	SINAPI	88316	23,66	16,56
Custo horário total da mão-de-obra c/ls [1]						16,56
Materiais e/ou serviços				Referência	Valor R\$	Custo unitário
Caminhão basculante 6m³	0,25	chl	SINAPI	5961	62,38	15,60
Caminhão basculante 6m³	0,036	chp	SINAPI	5811	204,80	7,37
Custo unitário total dos materiais e/ou serviços s/bdi [2]						22,97
<b>CUSTO UNITÁRIO TOTAL [1+2] = [3]</b>						<b>39,53</b>
<b>B.D.I. = 20,39% [4]</b>						<b>8,06</b>
<b>PREÇO UNITÁRIO TOTAL [3+4] = [5]</b>						<b>47,59</b>




SECRETARIA  
DA **INFRAESTRUTURA**  
SEINFRA



## COMPOSIÇÃO DE BDI – NÃO DESONERADO

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: @seinfra.pi

[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA- ZONA RURAL

FONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

### CÁLCULO DO BDI

ITEM	DESCRIÇÃO	ÍNDICE (%)	DENOMINAÇÃO
1.0	Taxa de administração central	4,13	AC
2.0	Taxa de seguro e garantia	0,80	S+G
3.0	Taxa da margem de incerteza (risco) do empreendimento	0,97	R
4.0	Taxas de despesas financeiros	1,04	DF
5.0	Taxa de margem de contribuição (benefício, lucro ou remuneração )	6,72	L
6.0	Taxa de custos tributários (municipais, estaduais e federais)	5,15	I
6.1	COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00	
6.2	PIS - Programa de Integração Social	0,65	
6.3	ISS - Imposto Sobre Serviço	1,50	

FÓRMULA DE CÁLCULO DO BDI :

$$BDI = \{ [(1+AC+S+G+R) * (1+DF) * (1+L) ] / (1-I) \} - 1$$

$$BDI = 20,39\% \text{ (SEM DESONERAÇÃO)}$$

#### OBSERVAÇÕES:

1) A análise dos BDIs apresentados pelas empresas terá seu critério regido pelo ACÓRDÃO do TCU nº 2622/2013 - Plenário, que gerou a tabela abaixo com os limites para BDI para Construção de Edifícios:

DESCRIÇÃO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
Administração Central	3,00	4,00	5,50
Seguro e Garantia	0,80	0,80	1,00
Risco	0,97	1,27	1,27
Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39
Lucro	6,16	7,40	8,96
Tributos	5,65	6,65	8,65
COFINS	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65
ISS	2,00	3,00	5,00
<b>BDI</b>	<b>20,34</b>	<b>22,12</b>	<b>25,00</b>

2) Os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo o ônus tributário ser repassado à contratante.

3) O tributo ISS para obra de engenharia deve ser considerado entre 2,0 a 5,0% conforme legislação tributária municipal. Para a Prefeitura Municipal de BOQUEIRÃO DO PIAUÍ, a alíquota cobrada é de 3% sobre a mão-de-obra de 50%, sendo cobrado no final 1,5% do valor total.

4) A Administração Local deverá ser discriminada na planilha de custos diretos com os percentuais regido pelo ACÓRDÃO nº 2622/2013 do TCU - Plenário conforme a tabela abaixo para Construção de Edifícios:

DESCRIÇÃO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
Administração Local	3,49	6,23	8,87

5) A Mobilização e Desmobilização deverá ser discriminada na planilha de custo direto de acordo com a necessidade do projeto, observados os limites estabelecidos pelos órgãos, quando for o caso, de acordo com a INSTRUÇÃO DE SERVIÇOS nº 15/2006 do DNIT.




SECRETARIA  
DA **INFRAESTRUTURA**  
SEINFRA



## CURVA ABC - SERVIÇOS

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: @seinfra.pi

[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURAL

**CURVA ABC DE SERVIÇOS**

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unit	Valor	%	% Acum.	Classificação
4.4.1	Execução de piso industrial de concreto armado, fck = 20 mpa, espessura de 12,0 cm	m²	815,50	252,57	205.970,84	26,71%	26,71%	A
4.1.4	Aterro Compactado	m³	585,20	113,20	66.244,64	8,59%	35,30%	A
4.8.7	Alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado (montantes com diametro 2", travessas e escoras com diâmetro 1 1/4"), com tela de	m²	328,50	192,85	63.351,23	8,21%	43,51%	A
4.3.3	Alvenaria de tijolo cerâmico furado 9x14x19, 1vez, esp=14cm, assentado com argamassa traço 1:2:8	m²	224,54	192,01	43.113,93	5,59%	49,10%	A
4.7.1	Pintura de piso com tinta epóxi, duas demãos, incluso primer epóxi	m²	522,00	79,32	41.405,04	5,37%	54,47%	A
4.5.1	Instalações elétricas	un	1,00	33.715,93	33.715,93	4,37%	58,84%	A
4.2.5	Aterro manual de valas	m³	322,29	97,80	31.519,96	4,09%	62,93%	A
1.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	mês	3,00	9.782,30	29.346,90	3,81%	66,74%	A
4.4.2	Piso tátil direcional e/ou alerta, em borracha, p/deficientes visuais, dimensões 25x25 cm, aplicado, rejuntado, exclusive regularização de base	m²	34,69	768,71	26.666,55	3,46%	70,20%	B
4.3.2	Fundação em pedra argamassada, traço 1:4 (cimento e areia)	m³	30,78	861,58	26.519,43	3,44%	73,63%	B
4.11	Montagem e desm. de formas para cintas em madeira serrada - 4 util.	m²	157,06	133,34	20.942,38	2,72%	76,35%	B
4.1.2	Tapume de proteção em tela de polietileno h=1,20 com bloco de concreto (entorno obra)	m	120,00	126,61	15.193,20	1,97%	78,32%	B
4.7.8	Pintura c/ tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos)	m²	218,22	64,20	14.009,72	1,82%	80,14%	B
4.9	Armação de estrutura de concreto armado aço CA-50 de 5,0mm	kg	515,76	24,55	12.661,91	1,64%	81,78%	B
4.6.2	Reboco em argamassa masa única 1:2:8, esp= 2cm - Aplicado nas paredes e baldrame	m²	184,46	52,79	9.737,64	1,26%	83,04%	B
3.0	LOCAÇÃO DE CONTAINERES PARA CANTEIRO DE OBRA	mês	3,00	2.999,71	8.999,13	1,17%	84,21%	B
4.1.1	Locação de obra com gabarito	m²	1.030,12	8,68	8.941,44	1,16%	85,37%	B
4.10	Armação de estrutura de concreto armado aço CA-50 de 10,0mm	kg	586,66	14,70	8.623,90	1,12%	86,49%	B
8.2	Pintura com tinta acrílica sobre piso cimentado, duas demãos	m²	273,58	25,92	7.091,19	0,92%	87,41%	B
4.8.3	Estrutura/suporte oficial p/tabela de basquete em tubo aço galvanizado d=5", H=3,05 m piso/aro, pintura sintética, fornecimento e instalação	par	1,00	6.832,07	6.832,07	0,89%	88,29%	B
3.3	Bloco em concreto ciclópico dos pilaretes	m³	6,72	966,19	6.492,80	0,84%	89,13%	B
5.1	Lastro em concreto magro (contrapiso), preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante - espessura de 5,0 cm (assento da arquibancada)	m³	4,68	1.186,53	5.552,96	0,72%	89,85%	B
4.2.1	Escavação manual de valas para fundação	m³	44,94	112,67	5.063,39	0,66%	90,51%	C
4.8.4	Traves oficial para futebol de salão 3x2 m em aço galv.3", com requadro e redes de polietileno fio 4 mm (conjunto p/futsal)	par	1,00	4.485,73	4.485,73	0,58%	91,09%	C
5.2	Execução de piso cimentado, traço 1:3 (cimento e areia) acabamento liso, esp=2,0cm	m²	78,00	56,86	4.435,08	0,58%	91,67%	C
2.0	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA 3,60x1,80 m	m²	6,08	617,07	3.751,79	0,49%	92,15%	C
4.7.6	Pintura de faixas de demarcação em quadra poliesportiva, esp=8,0cm	m	152,78	22,60	3.452,83	0,45%	92,60%	C



4.8.2	Guarda corpo c/ corrimão em tubo aço galvanizado, h=0,92 m, com barras verticais a cada 1,20 m (1.1/2") e barras horizontais (superior e inferior) de 1.1/2". inclusive	m	9,66	317,88	3.070,72	0,40%	93,00%	C
4.5	Lançamento de concreto fck=25Mpa - pilaretes	m³	3,16	925,61	2.924,93	0,38%	93,38%	C
4.1	Concreto fck=25Mpa - pilaretes	m³	3,16	841,12	2.657,94	0,34%	93,72%	C
4.3	Concreto fck=20Mpa - cintas intermediarias 1 e 2	m³	3,22	793,82	2.556,10	0,33%	94,05%	C
4.9.2	Carga manual de entulho e transporte em caminhão basculante 6 m³	m³	51,02	47,59	2.428,04	0,31%	94,37%	C
4.3.4	Bloco em concreto não estrutural, traço 1:4,5:4,5 (cimento, areia e brita1)	m³	3,60	661,66	2.381,98	0,31%	94,68%	C
4.7.7	Pintura de faixas de demarcação em quadra poliesportiva, esp=5,0cm	m	183,42	12,97	2.378,96	0,31%	94,99%	C
4.9.1	Limpeza final da obra	m²	944,90	2,01	1.899,25	0,25%	95,23%	C
4.3.1	Lastro em concreto não-estrutural, esp=5cm, preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante (base dos blocos dos pilares)	m³	1,56	1.186,53	1.850,99	0,24%	95,47%	C
4.2	Concreto fck=20Mpa - cintas inferiores	m³	2,10	793,82	1.667,02	0,22%	95,69%	C
8.1	Aplicação de fundo selador acrílico	m²	273,58	5,73	1.567,61	0,20%	95,89%	C
4.8.5	Poste oficial para volei em aço galvanizado d=3", c/estecedor e catraca	par	1,00	1.283,00	1.283,00	0,17%	96,06%	C
4.2.4	Reaterro apiloado (manual) com material reaproveitado	m³	44,94	28,36	1.274,50	0,17%	96,22%	C
4.7	Lançamento de concreto fck=25Mpa - cintas intermediarias 1 e 2	m³	3,22	385,09	1.239,99	0,16%	96,38%	C
4.6.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado no	m²	184,46	6,72	1.239,57	0,16%	96,55%	C
4.2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de	m²	104,27	9,67	1.008,29	0,13%	96,68%	C
4.12	Montagem e desm. de formas para pilares em madeira	m²	7,46	133,34	994,72	0,13%	96,81%	C
4.6	Lançamento de concreto fck=25Mpa - cintas inferiores	m³	2,10	385,09	808,69	0,10%	96,91%	C
1.1	Locação de obra através de gabarito de madeira	m²	85,22	8,68	739,71	0,10%	97,01%	C
4.1.3	Regularização de superfícies com motoniveladora	m²	944,90	0,70	661,43	0,09%	97,09%	C
4.4	Concreto fck=20Mpa - cintas superiores	m³	0,50	793,82	396,91	0,05%	97,14%	C
4.8.6	Rede para volei profissional, em nylon e com medidor de altura	un	1,00	315,21	315,21	0,04%	97,18%	C
4.8	Lançamento de concreto fck=20Mpa - cintas superiores	m³	0,50	385,09	192,55	0,02%	97,21%	C
4.7.5	Pintura de piso c/ tinta acrílica, aplicação manual, 2 demãos, incluso fundo preparador	m²	4,50	25,92	116,64	0,02%	97,22%	C
4.7.2	Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão	m²	4,70	16,77	78,82	0,01%	97,23%	C
4.7.4	Aplicação manual de pintura c/ tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	4,70	15,90	74,73	0,01%	97,24%	C
4.7.3	Aplicação de fundo selador acrílico em paredes, uma demão	m²	4,70	5,02	23,59	0,00%	100,00%	C



## ENCARGOS COMPLEMENTARES

### ENCARGOS COMPLEMENTARES

KIT DE FERRAMENTAS - FAMÍLIA PEDREIRO ADAPTADA								
Item	Ferramentas	Origem de Preço	Custo Unitário (R\$)	Vida Útil (dias)	Vida Útil (Horas Trabalhadas)	Coefficiente Utilização	Custo Horário (R\$/h)	Custo Mensal (R\$/mês)
1	Colher de Pedreiro nº 9	Cotação	25,35	90,00	565,71	0,50	0,022	4,225
2	Desempenadeira Aço Lisa	SINAPI	22,77	90,00	565,71	0,20	0,008	1,518
3	Desempenadeira Aço Dentada	SINAPI	22,93	90,00	565,71	0,20	0,008	1,528
4	Desempenadeira de madeira	Cotação	29,90	30,00	188,57	0,10	0,016	2,99
5	Trena	Cotação	25,43	360,00	2.262,86	0,50	0,006	1,06
6	Nível de bolha - alumínio - 35 cm	Cotação	39,90	90,00	565,71	0,80	0,056	10,64
7	Régua de Alumínio - 2m	SINAPI	61,70	360,00	2.262,86	0,40	0,011	2,057
8	Esquadro 90° x 30	SINAPI	36,46	360,00	2.262,86	0,30	0,005	0,912
9	Mangueira de Nível - 20m	SINAPI	1,88	90,00	565,71	0,30	0,001	0,188
10	Prumo de Parede	SINAPI	52,45	360,00	2.262,86	0,30	0,007	1,311
11	Prumo de Centro	SINAPI	46,05	360,00	2.262,86	0,30	0,006	1,151
12	Linha de Pedreiro 100m	SINAPI	11,57	7,00	51,33	0,30	0,068	12,752
13	Bucha de Espuma	Cotação	8,89	2,00	14,67	0,30	0,182	34,29
14	Trincha	Cotação	7,49	7,00	51,33	0,30	0,044	8,254
15	Ponteiro aço liso 3/4" x 10"	Cotação	28,90	30,00	188,57	0,15	0,023	4,335
16	Talhadeira aço chato 10"	Cotação	24,60	30,00	188,57	0,15	0,020	3,69
17	Marreta 1/2 kg - cabo de madeira	Cotação	29,90	90,00	565,71	0,30	0,016	2,99
18	Martelo de pedreiro - 1 corte - cabo 20 cm - 1/2 kg	Cotação	43,72	90,00	565,71	0,30	0,023	4,372
19	Martelo de borracha preto 450 g	Cotação	17,06	180,00	1.131,43	0,20	0,003	0,569
20	Lápis de carpinteiro	Cotação	3,50	2,00	14,67	0,20	0,048	9
21	Carrinho de Mão	SINAPI	229,41	180,00	1.131,43	1,00	0,203	38,235
22	Balde 10 L	SINAPI	12,81	30,00	188,57	1,00	0,068	12,815
23	Marreta 1 kg	Cotação	52,26	360,00	2.262,86	1,00	0,023	5,081
24	Marreta 5 kg	Cotação	180,00	360,00	2.262,86	1,00	0,080	17,5
25	Haste - 1m	Valor igual ao da alavanca	150,00	360,00	2.262,86	1,00	0,066	14,583
26	Raia	Valor igual ao da alavanca	150,00	360,00	2.262,86	1,00	0,066	14,583
27	Socador	Valor igual ao da alavanca	150,00	360,00	2.262,86	1,00	0,066	14,583
28	Alavanca	Cotação	150,00	360,00	2.262,86	1,00	0,066	14,583
29	Pichote	Valor igual ao do ponteiro	28,90	360,00	2.262,86	1,00	0,013	2,81
30	Marrão	Valor igual ao da marreta de 5 kg	180,00	360,00	2.262,86	1,00	0,080	17,5
Total							1,303	260,105

FONTE: TCE-PI e Livro 2 do SINAPI: Cálculos e Parâmetros - 6ª edição.

Encargos Complementares do profissional responsável pela extração de paralelepípedos	
Itens	Valor Adotado - Horista (R\$/h)
Alimentação	2,26
Transporte	0,65
Seguro	0,06
Exames médicos	1,14
EPI	1,17
Ferramentas	1,30
Total	6,58
Valor em referência a hora do piso salarial	75,41%

FONTE: TCE-PI

Profissional	
Piso salarial (Oficial)	1.922,63
Horas trabalháveis	220,00
Salário-hora	8,73

Fonte: CCT DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ - 2024

Auxiliar	
Piso salarial (Não oficial)	1.430,94
Horas trabalháveis	220,00
Salário-hora	6,50

Fonte: CCT DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ - 2024




SECRETARIA  
DA **INFRAESTRUTURA**  
SEINFRA



## ENCARGOS SOCIAIS

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: @seinfra.pi

[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURAL

FONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 20,39%

### ENCARGOS SOCIAIS SOBRE MÃO-DE-OBRA

		SEM DESONERAÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A			
A1	INSS	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES NO TRABALHO	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	36,80%	36,80%
GRUPO B			
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,82%	0,00%
B2	FERIADOS	3,95%	0,00%
B3	AUXILIO ENFERMIDADE	0,85%	0,64%
B4	13º SALÁRIO	11,09%	8,33%
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,06%	0,04%
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,74%	0,56%
B7	DIAS DE CHUVA	1,18%	0,00%
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,10%	0,08%
B9	FÉRIAS GOZADAS	13,76%	10,34%
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,04%	0,03%
B	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIAS DE A	49,59%	20,02%
GRUPO C			
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,36%	4,03%
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,13%	0,09%
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	0,96%	0,72%
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	2,52%	1,89%
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,45%	0,34%
C	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS DE A	9,42%	7,07%
GRUPO D			
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	18,25%	7,37%
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,48%	0,36%
D	TOTAL DAS TAXAS DE INCIDÊNCIAS E REINCIDÊNCIAS	18,73%	7,73%
TOTAL DOS ENCARGOS (A+B+C+D)		114,54%	71,62%

FONTE: SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

FONTE: SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL



## **ORÇAMENTO DESONERADO**

### **QUADRO RESUMO**





OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURAL

**COM DESONERAÇÃO**

FONTE DE CUSTOS:

SINAPI: JANEIRO/2026

ORSE: DEZEMBRO/2025

BDI = 26,39%

**PLANILHA RESUMO**

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)	REFERÊNCIA
1.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	mês	3,00	9.430,68	28.292,04	COMPOSIÇÃO EM ANEXO
2.0	AQUISIÇÃO E ASSENTAMENTO DE PLACA DE OBRA 3,60x1,80 m	m²	6,08	643,49	3.912,42	COMPOSIÇÃO EM ANEXO
3.0	LOCAÇÃO DE CONTAINERES PARA CANTEIRO DE OBRA	mês	3,00	3.149,21	9.447,63	COMPOSIÇÃO 03
4.0	CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA	un	1,00	729.530,63	729.530,63	PLANILHA EM ANEXO
TOTAL GERAL COM LEIS SOCIAIS E BDI (R\$)					771.182,72	



SECRETARIA  
DA **INFRAESTRUTURA**  
SEINFRA




## ORÇAMENTO DESONERADO

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: @seinfra.pi

[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA- ZONA RURALFONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 26,39%

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA

ÍTEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	REFERÊNCIA	TOTAL
<b>4.1</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>						<b>93.739,78</b>
4.1.1	Locação de obra com gabarito	m²	944,90	8,85	8.362,37	composição 01	
4.1.2	Tapume de proteção em tela de polietileno h=1,20 com bloco de concreto (entorno obra)	m	120,00	130,88	15.705,60	composição 02	
4.1.3	Regularização de superfícies com motoniveladora	m²	944,90	0,71	670,88	SINAPI 100575	
4.1.4	Aterro Compactado	m³	585,20	117,91	69.000,93	SINAPI 104739	
<b>4.2</b>	<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>						<b>29.696,92</b>
4.2.1	Escavação manual de valas para fundação	m³	11,36	112,28	1.275,50	SINAPI 93358	
4.2.2	Escavação manual de valas para blocos do alambrado	m³	3,60	112,28	404,21	SINAPI 93358	
4.2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	m²	47,43	9,62	456,28	SINAPI 101616	
4.2.4	Reaterro apiloado (manual) com material reaproveitado	m³	14,96	28,43	425,31	SINAPI 104737	
4.2.5	Aterro manual de valas	m³	268,51	101,06	27.135,62	SINAPI 94319	
<b>4.3</b>	<b>INFRAESTRUTURA</b>						<b>23.505,31</b>
4.3.1	Lastro em concreto não-estrutural, esp=5cm, preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante (base dos blocos dos pilares)	m³	0,60	1.223,76	734,26	composição 04	
4.3.2	Fundação em pedra argamassada, traço 1:4 (cimento e areia)	m³	11,36	889,47	10.104,38	SINAPI 103800	
4.3.3	Alvenaria de tijolo cerâmico furado 9x14x19, 1vez, esp=14cm, assentado com argamassa traço 1:2:8 (baldrame)	m²	52,34	194,68	10.189,55	SINAPI 103335	
4.3.4	Bloco em concreto não estrutural, traço 1:4,5:4,5 (cimento, areia e brita1)	m³	3,60	688,09	2.477,12	SINAPI 94962	
<b>4.4</b>	<b>PISO</b>						<b>240.294,99</b>
4.4.1	Execução de piso industrial de concreto armado, fck = 20 mpa, espessura de 12,0 cm	m²	815,50	260,33	212.299,12	composição 05	
4.4.2	Piso tátil direcional e/ou alerta, em borracha, p/deficientes visuais, dimensões 25x25 cm, aplicado, rejuntado, exclusive regularização de base	m²	34,69	807,03	27.995,87	composição 06	
<b>4.5</b>	<b>INSTALAÇÕES</b>						<b>35.396,86</b>
4.5.1	Instalações elétricas	un	1,00	35.396,86	35.396,86	PLANILHA EM ANEXO	
<b>4.6</b>	<b>REVESTIMENTOS</b>						<b>1.716,28</b>
4.6.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado no baldrame	m²	28,42	6,81	193,54	SINAPI 87878	
4.6.2	Reboco em argamassa massa única 1:2:8, esp= 2cm - Aplicado nas paredes e baldrame	m²	28,42	53,58	1.522,74	SINAPI 87530	
<b>4.7</b>	<b>PINTURA</b>						<b>63.318,46</b>
4.7.1	Pintura de piso com tinta epóxi, duas demãos, incluso primer epóxi	m²	522,00	82,53	43.080,66	SINAPI 102494	
4.7.2	Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão	m²	4,70	17,21	80,89	SINAPI 95305	
4.7.3	Aplicação de fundo selador acrílico em paredes, uma demão	m²	4,70	5,09	23,92	SINAPI 88485	
4.7.4	Aplicação manual de pintura c/ tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	4,70	16,29	76,56	SINAPI 88489	
4.7.5	Pintura de piso c/ tinta acrílica, aplicação manual, 2 demãos, incluso fundo preparador	m²	4,50	26,47	119,12	SINAPI 102491	
4.7.6	Pintura de faixas de demarcação em quadra poliesportiva, esp=8,0cm	m	152,78	22,67	3.463,52	composição 07	
4.7.7	Pintura de faixas de demarcação em quadra poliesportiva, esp=5,0cm	m	183,42	12,97	2.378,96	SINAPI 102504	
4.7.8	Pintura c/ tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético brilhante) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos)	m²	218,22	64,59	14.094,83	SINAPI 100760	
<b>4.8</b>	<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>						<b>237.499,02</b>
4.8.1	Construção de arquibancadas	un	2,00	77.484,98	154.969,96	PLANILHA EM ANEXO	
4.8.2	Guarda corpo c/ corrimão em tubo aço galvanizado, h=0,92 m, com barras verticais a cada 1,20 m (1.1/2") e barras horizontais (superior e inferior) de 1.1/2", inclusive	m	9,66	327,56	3.164,23	composição 08	
4.8.3	Estrutura/suporte oficial p/tabela de basquete em tubo aço galvanizado d=5", H=3,05 m piso/aro, pintura sintética, fornecimento e instalação	par	1,00	7.172,57	7.172,57	composição 09	
4.8.4	Traves oficial para futebol de salão 3x2 m em aço galv.3", com requadro e redes de polietileno fio 4 mm (conjunto p/futsal)	par	1,00	4.709,29	4.709,29	composição 10	
4.8.5	Poste oficial para volei em aço galvanizado d=3", c/esticador e catraca	par	1,00	1.346,94	1.346,94	composição 11	
4.8.6	Rede para volei profissional, em nylon e com medidor de altura	un	1,00	330,91	330,91	composição 12	
4.8.7	Alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado (montantes com diâmetro 2", travessas e escoras com diâmetro 1 1/4), com tela de arame galvanizado fio 12 BWG e malha quadrada 5x5cm	m²	328,50	200,32	65.805,12	SINAPI 102363	
<b>4.9</b>	<b>SERVIÇOS FINAIS</b>						<b>4.363,01</b>
4.9.1	Limpeza final da obra	m²	944,90	2,01	1.899,25	SINAPI 99814	
4.9.2	Carga manual de entulho e transporte em caminhão basculante 6 m³	m³	51,02	48,29	2.463,76	composição 13	
<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>							<b>729.530,63</b>

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA- ZONA RURALFONTE DE CUSTOS:  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 26,39%

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA: CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	SUB-TOTAL	REFERÊNCIA	TOTAL
<b>1.0</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>						<b>377,10</b>
1.1	Locação de obra através de gabarito de madeira	m²	42,61	8,85	377,10	composição 01	
<b>2.0</b>	<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>						<b>5.100,15</b>
2.1	Escavação de valas para fundação das paredes (30x30) cm	m³	11,15	112,28	1.251,92	SINAPI 93358	
2.2	Escavação manual de valas para blocos de concreto ciclópico dos pilaretes	m³	3,84	112,28	431,16	SINAPI 93358	
2.3	Apiloamento manual de fundo de valas, com uso de soquete	m²	28,42	9,62	273,40	SINAPI 101616	
2.4	Reaterro apiloado (manual) com material reaproveitado	m³	14,99	28,43	426,17	SINAPI 104737	
2.5	Aterro manual de valas com areia para aterro	m³	26,89	101,06	2.717,50	SINAPI 94319	
<b>3.0</b>	<b>INFRAESTRUTURA</b>						<b>12.570,07</b>
3.1	Lastro em concreto não-estrutural, esp=5cm, preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante (base dos blocos dos pilaretes)	m³	0,48	1.223,76	587,40	composição 02	
3.2	Fundação em pedra argamassada para paredes (30x30)cm, traço 1:4 (cimento e areia)	m³	9,71	889,47	8.636,75	SINAPI 103800	
3.3	Bloco em concreto ciclópico dos pilaretes	m³	3,36	995,81	3.345,92	SINAPI 102487	
<b>4.0</b>	<b>SUPERESTRUTURA</b>						<b>28.396,36</b>
4.1	Concreto fck=25Mpa - pilaretes	m³	1,58	877,51	1.386,47	SINAPI 94971	
4.2	Concreto fck=20Mpa - cintas inferiores	m³	1,05	827,72	869,11	SINAPI 94970	
4.3	Concreto fck=20Mpa - cintas intermediárias 1 e 2	m³	1,61	827,72	1.332,63	SINAPI 94970	
4.4	Concreto fck=20Mpa - cintas superiores	m³	0,25	827,72	206,93	SINAPI 94970	
4.5	Lançamento de concreto fck=25Mpa - pilaretes	m³	1,58	968,29	1.529,90	SINAPI 103671	
4.6	Lançamento de concreto fck=25Mpa - cintas inferiores	m³	1,05	382,90	402,05	SINAPI 103670	
4.7	Lançamento de concreto fck=25Mpa - cintas intermediárias 1 e 2	m³	1,61	382,90	616,47	SINAPI 103670	
4.8	Lançamento de concreto fck=20Mpa - cintas superiores	m³	0,25	382,90	95,73	SINAPI 103670	
4.9	Armação de estrutura de concreto armado aço CA-50 de 5,0mm	kg	257,88	24,91	6.423,79	SINAPI 104111	
4.10	Armação de estrutura de concreto armado aço CA-50 de 10,0mm	kg	293,33	15,20	4.458,62	SINAPI 104108	
4.11	Montagem e desm. de formas para cintas em madeira serrada - 4 util.	m²	78,53	134,63	10.572,49	SINAPI 92413	
4.12	Montagem e desm. de formas para pilares em madeira serrada - 4 util.	m²	3,73	134,63	502,17	SINAPI 92413	
<b>5.0</b>	<b>PISO</b>						<b>5.141,20</b>
5.1	Lastro em concreto magro (contrapiso), preparo mecânico, incluso aditivo impermeabilizante - espessura de 5,0 cm (assento da arquibancada)	m³	2,34	1.223,76	2.863,60	composição 02	
5.2	Execução de piso cimentado, traço 1:3 (cimento e areia) acabamento liso, esp=2,0cm	m²	39,00	58,40	2.277,60	SINAPI 98679	
<b>6.0</b>	<b>PAREDES E PAINÉIS</b>						<b>16.761,95</b>
6.1	Alvenaria de elevação tijolo cerâmico furado 9x14x19cm, e=14,0 cm (assentado em 1vez)	m²	86,10	194,68	16.761,95	SINAPI 103335	
<b>7.0</b>	<b>REVESTIMENTOS</b>						<b>4.711,63</b>
7.1	Chapisco em argamassa traço 1:3 e=0,5 cm - Aplicado nas paredes	m²	78,02	6,81	531,32	SINAPI 87878	
7.2	Reboco em argamassa masa única 1:2:8, esp= 2cm - Aplicado nas paredes	m²	78,02	53,58	4.180,31	SINAPI 87530	
<b>8.0</b>	<b>PINTURA</b>						<b>4.426,52</b>
8.1	Aplicação de fundo selador acrílico	m²	136,79	5,89	805,69	SINAPI 88415	
8.2	Pintura com tinta acrílica sobre piso cimentado, duas demãos	m²	136,79	26,47	3.620,83	SINAPI 102491	
<b>TOTAL GERAL (R\$)</b>							<b>77.484,98</b>

OBRA: CONSTRUÇÃO QUADRA POLIESPORTIVA  
LOC.: POV OLHO D'ÁGUA - ZONA RURAL – BOQUEIRAO DO PIAUI

FONTES DE CUSTO:  
SINAPI : JAN/2026  
ORSE : DEZ/2025  
BDI : 26,39%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - CONSTRUÇÃO QUADRA POLIESPORTIVA

Item	Materiais	Unid.	Quant.	Custo unitário c/ BDI (R\$)	Valor (R\$)	Fonte	Código
<b>5.1</b>	<b>INSTALAÇÃO ELÉTRICA DA ILUMINAÇÃO DA QUADRA</b>						
5.1.1	POSTE RETO TELEFÔNICO FLANGEADO, GALVANIZADO, H= 9 METROS, ENGASTE 1,5M COM 03 PROJETORES DE LED 200W - EFIC. 115LM/W F.P. 0.92. ACIONAMENTO POR RELÉ FOTOELÉTRICO	un	6,00	4.269,09	25.614,54	CA-1(8927-ORSE)	CA-1
5.1.2	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA MONOFÁSICA 25A COM POSTE DE METÁLICO RETANGULAR INCLUSIVE CABEAMENTO, CAIXA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR	un	1,00	1.854,99	1.854,99	CM-1	CM-1
5.1.3	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M. AF_12/2020	un	10,00	287,16	2.871,60	SINAPI-Jan/2026	97891
5.1.4	ELETRODUTO FLEXÍVEL LISO, PEAD, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	70,00	11,87	830,90	SINAPI-Jan/2026	91849
5.1.5	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	m	60,00	10,47	628,20	SINAPI-Jan/2026	91929
5.1.6	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	6,50	118,29	768,89	SINAPI-Jan/2026	93358
5.1.7	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	m³	6,50	34,64	225,16	SINAPI-Jan/2026	93382
5.1.8	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	un	2,00	14,43	28,86	SINAPI-Jan/2026	93653
5.1.9	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 6 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	un	1,00	156,07	156,07	SINAPI-Jan/2026	101876
5.1.10	MURETA COM PIGADEIRA EM CONCRETO COM O POSTE AUXILIAR DE PADRÃO DE ENTRADA TIPO PC1.	un	1,00	1.525,25	1.525,25	CM-2	CM-2
5.1.11	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	un	6,00	110,02	660,12	SINAPI-Jan/2026	96985
5.1.12	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSÃO MÁXIMA DE 275 V, CORRENTE MÁXIMA DE "20" KA (TIPO AC) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un	2,00	116,14	232,28	CA-2	CA-2
<b>TOTAL DO ORÇAMENTO - CONSTRUÇÃO QUADRA POLIESPORTIVA COM BDI 26,39%</b>					<b>35.396,86</b>		





## COMPOSIÇÃO DE BDI - DESONERADO

OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA  
MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ  
LOCALIDADE: LOCALIDADE OLHO D'AGUA- ZONA RURAL

**FONTE DE CUSTOS:**  
SINAPI: JANEIRO/2026  
ORSE: DEZEMBRO/2025  
LSO = 114,54% SEM DESON.  
BDI = 26,39%

### CÁLCULO DO BDI

ITEM	DESCRIÇÃO	ÍNDICE (%)	DENOMINAÇÃO
1.0	Taxa de administração central	4,13	AC
2.0	Taxa de seguro e garantia	0,80	S+G
3.0	Taxa da margem de incerteza (risco) do empreendimento	0,97	R
4.0	Taxas de despesas financeiros	1,04	DF
5.0	Taxa de margem de contribuição (benefício, lucro ou remuneração )	6,72	L
6.0	Taxa de custos tributários (municipais, estaduais e federais)	9,65	I
6.1	COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00	
6.2	PIS - Programa de Integração Social	0,65	
6.3	ISS - Imposto Sobre Serviço	1,50	
6.4	CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50	

#### FÓRMULA DE CÁLCULO DO BDI :

$$BDI = \{ [ (I+AC+S+G+R) * (I+DF) * (I+L) ] / (I-I) \} - I$$

$$BDI = 26,39\% \text{ (COM DESONERAÇÃO)}$$

\*BDI SEM O ITEM 6.4- CPRB = 20,39%

#### OBSERVAÇÕES:

1) A análise dos BDIs apresentados pelas empresas terá seu critério regido pelo ACÓRDÃO do TCU nº 2622/2013 - Plenário, que gerou a tabela abaixo com os limites para BDI para Construção de Edifícios:

DESCRIÇÃO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
Administração Central	3,00	4,00	5,50
Seguro e Garantia	0,80	0,80	1,00
Risco	0,97	1,27	1,27
Despesas Financeiras	0,59	1,23	1,39
Lucro	6,16	7,40	8,96
Tributos	5,65	6,65	8,65
COFINS	3,00	3,00	3,00
PIS	0,65	0,65	0,65
ISS	2,00	3,00	5,00
CPRB	4,50	4,50	4,50
<b>BDI</b>	<b>20,34</b>	<b>22,12</b>	<b>25,00</b>

\* LIMITE PARA VERIFICAÇÃO DOS PERCENTUAIS MÍNIMO, MÉDIO E MÁXIMO PARA O BDI SEM A CPRB

2) A CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, deverá ser acrescida ao final, após a verificação do limite permitido entre o mínimo e o máximo, regido pelo ACÓRDÃO nº 2622/2013 do TCU - Plenário (conforme tabela acima).

2) Os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo o ônus tributário ser repassado à contratante.

3) O tributo ISS para obra de engenharia deve ser considerado entre 2,0 a 5,0% conforme legislação tributária municipal. Para a Prefeitura Municipal de BOQUEIRÃO DO PIAUÍ, a alíquota cobrada é de 3% sobre a mão-de-obra de 50%, sendo cobrado no final 1,5% do valor total.

5) Foi inserido nos tributos a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB de 4,50% de acordo com a Lei nº 12.844/13, alterada pela Lei nº 13.161/15 e Acórdão 2293-TCU-Plenário.

4) A Administração Local deverá ser discriminada na planilha de custos diretos com os percentuais regido pelo ACÓRDÃO nº 2622/2013 do TCU - Plenário conforme a tabela abaixo para Construção de Edifícios:

DESCRIÇÃO	MÍNIMO	MÉDIA	MÁXIMO
Administração Local	3,49	6,23	8,87

5) A Mobilização e Desmobilização deverá ser discriminada na planilha de custo direto de acordo com a necessidade do projeto, observados os limites estabelecidos pelos órgãos, quando for o caso, de acordo com a INSTRUÇÃO DE SERVIÇOS nº 15/2006 do DNIT.



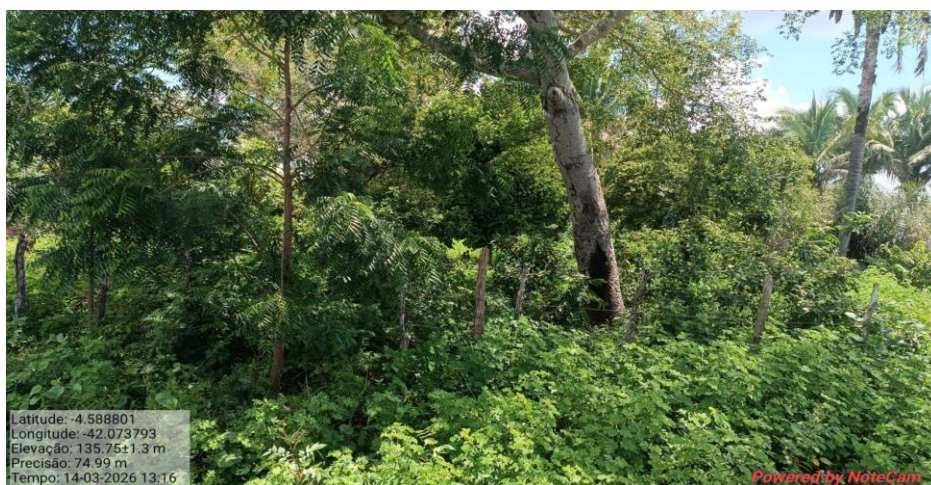
## RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



OBRA: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA

LOCAL: LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA ZONA RURAL BOQUEIRÃO DO PIAUI

## RELATÓRIO FOTOGRÁFICO







## MAPA DE SITUAÇÃO / LOCAÇÃO DA OBRA







## SEÇÕES E PERFIS

### PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

ESPECIFICAÇÕES DA PLACA DA OBRA		
<b>MAIS UMA OBRA DO GOVERNO DO ESTADO</b>		
<b>NOME DA OBRA</b>		
<b>CONTRATADO:</b> XXXXXXXXXXXXXXXXX	<b>INVESTIMENTO:</b> R\$ XXX.XXX,XX	<b>PRAZO DE EXECUÇÃO:</b> XX DIAS
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA SEINFRA	 GOVERNO DO <b>PIAUI</b> AQUI TEM TRABALHO. AQUI TEM FUTURO.	




SECRETARIA  
DA **INFRAESTRUTURA**  
SEINFRA

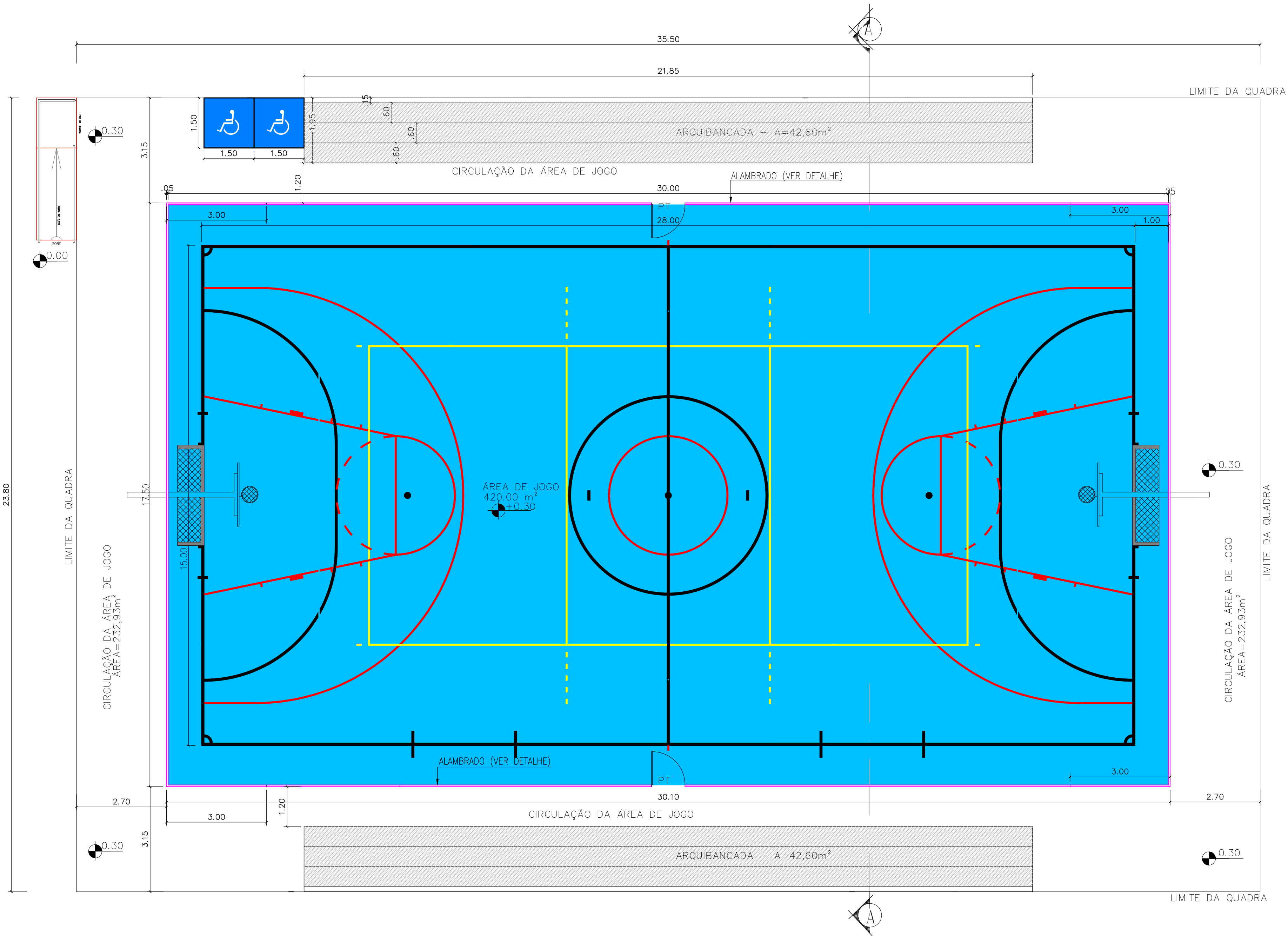


## ANEXOS DE PROJETOS / PRANCHAS

Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA  
Av. Pedro Freitas • s/n • Centro Administrativo • Bloco G • 1º Andar  
CEP: 64.018-900 • Teresina-PI • CNPJ: 06.553.531/0001-98  
E-mail: [seinfra@seinfra.gov.br](mailto:seinfra@seinfra.gov.br)  
Redes sociais: @seinfra.pi

[www.pi.gov.br](http://www.pi.gov.br)

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA



PLANTA BAIXA  
ESCALA 1/75

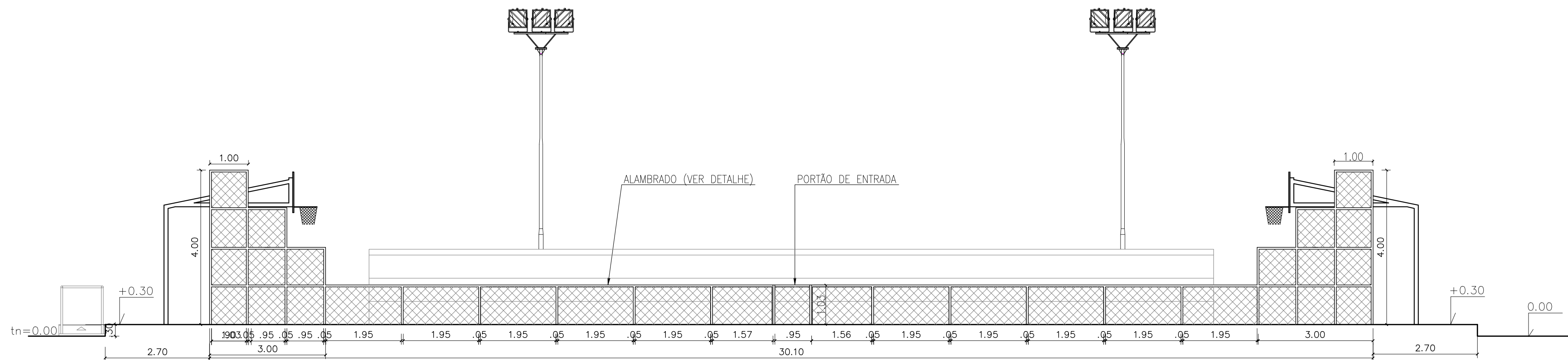
QUADRO DE ÁREAS	
ÁREA CONSTRUÍDA	844,90m <sup>2</sup>
ÁREA DE PISO	815,50m <sup>2</sup>
ÁREA DA ARQUIBANCADA	42,60m <sup>2</sup>
ÁREA DA PISO TÁTIL	34,69m <sup>2</sup>
ÁREA DE PINTURA DE DEMARCAÇÃO	522,00m <sup>2</sup>

*Valter da Silva Barros*  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

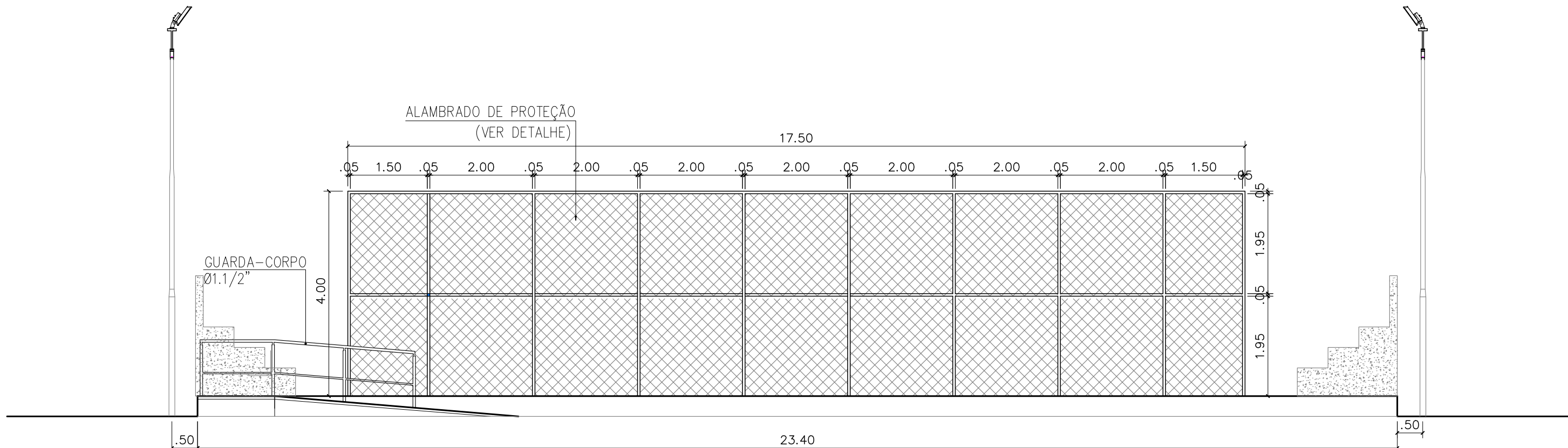
SECRETARIA DO ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

PROJETO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA	MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUI
DESENHO: PROJETO DE ARQUITETURA PLANTA BAIXA	LOCALIDADE: OLHO D'AGUA
PROJETISTA:	DESENHO/CAD:
ESCALA: INDICADAS	PRANCHA N°: ARQ.01/04
DATA: 2026	REV.: 00
FORMATO: A1	

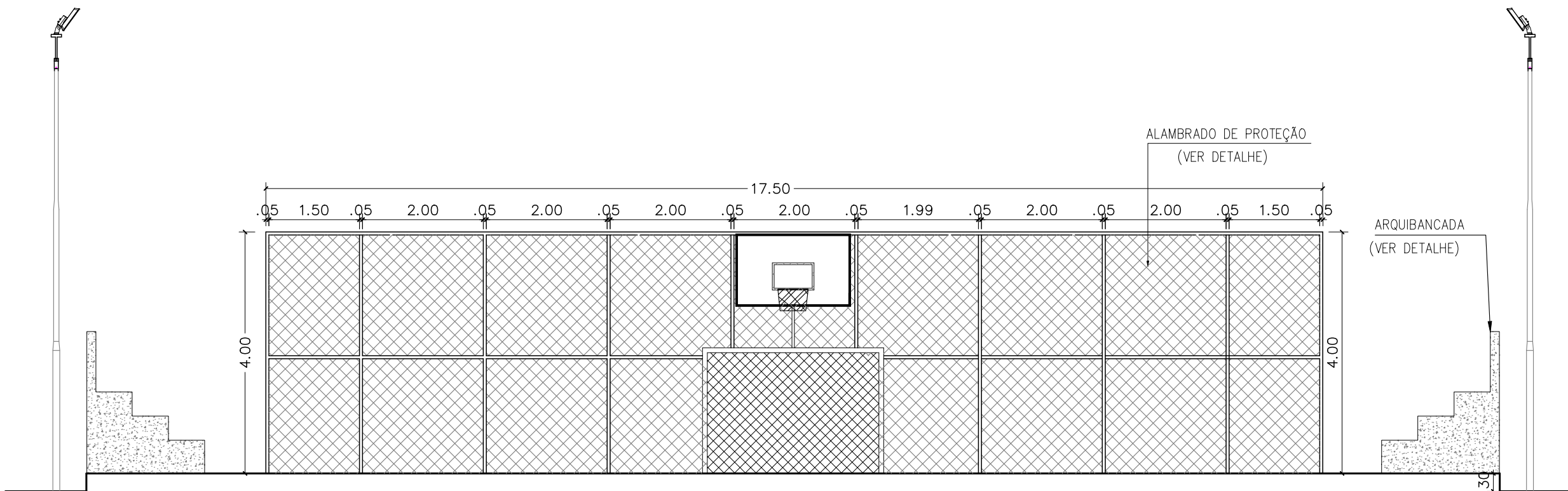




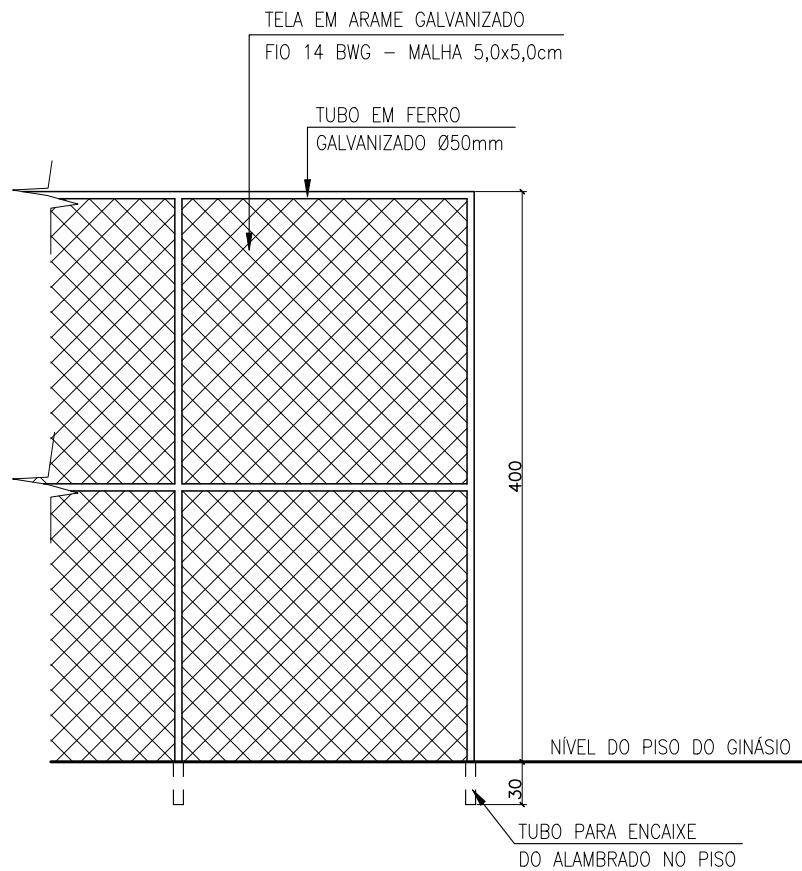
FACHADA LATERAL  
ESCALA 1/75



FACHADA PRINCIPAL  
ESCALA 1/75




CORTE A-A  
ESCALA 1/75



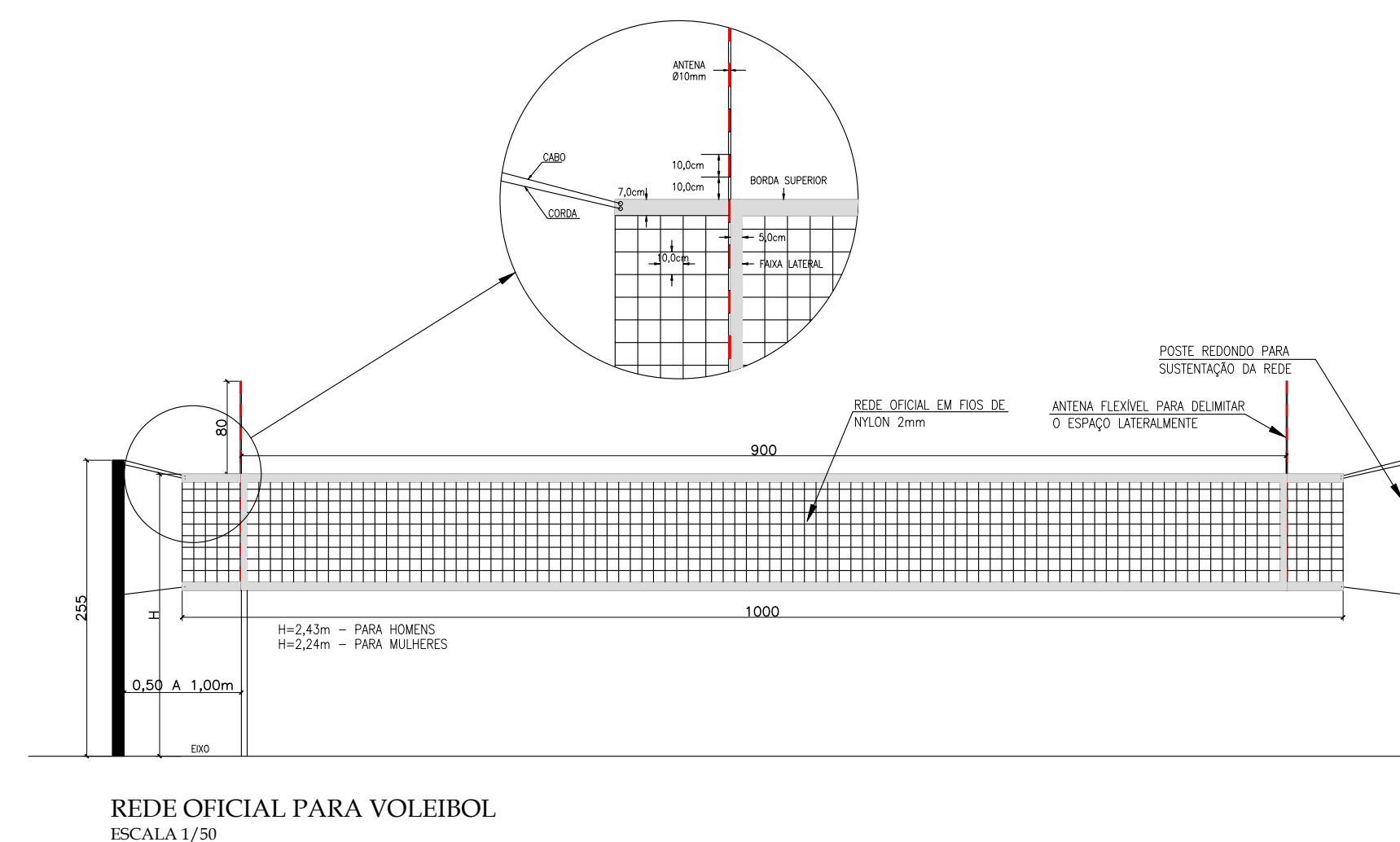
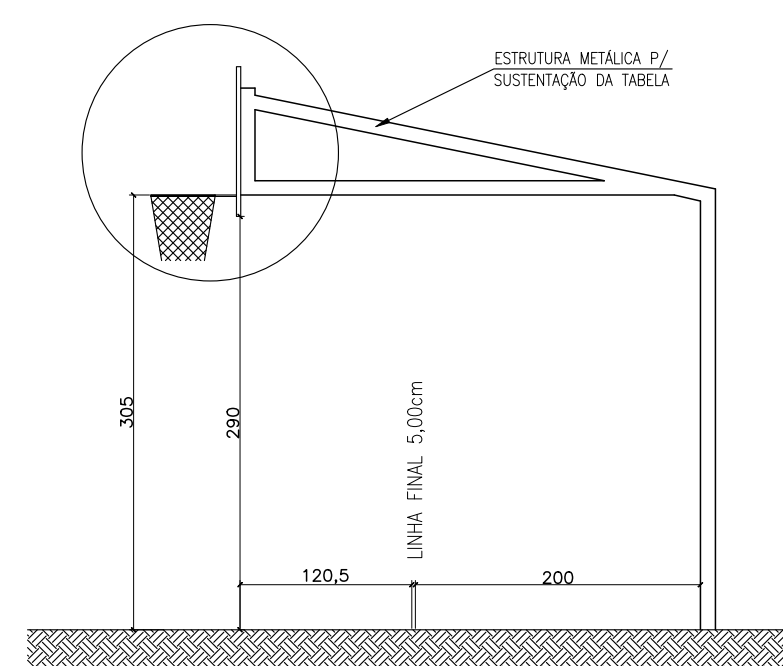
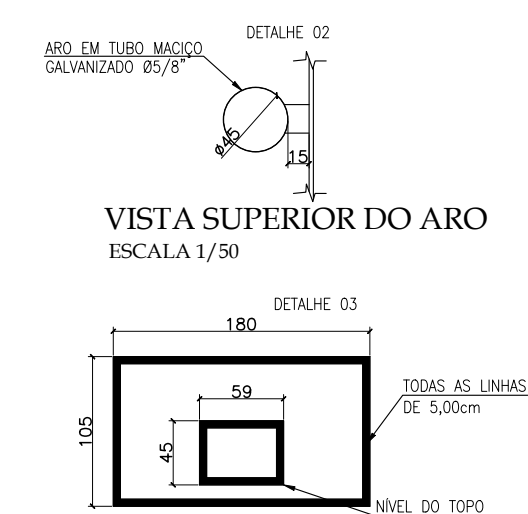
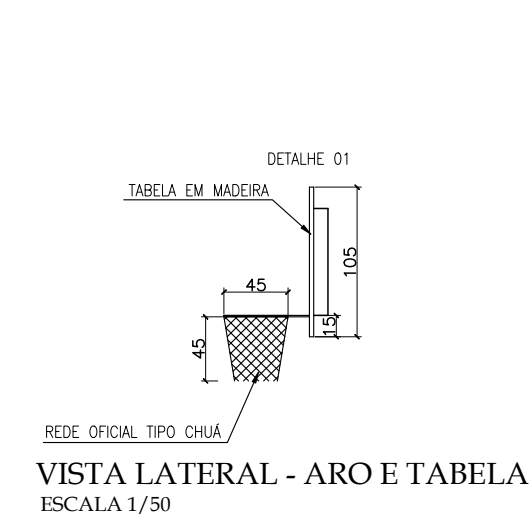
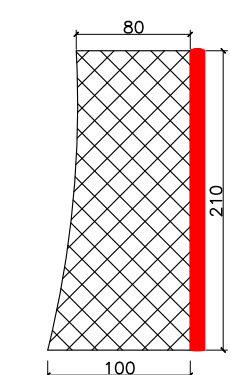
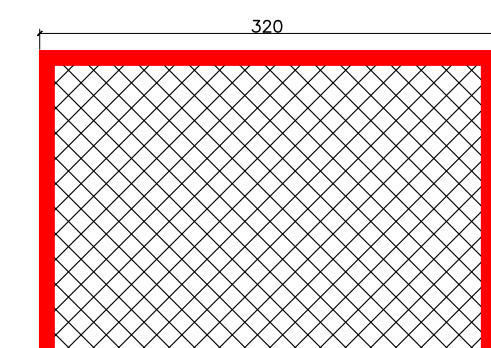
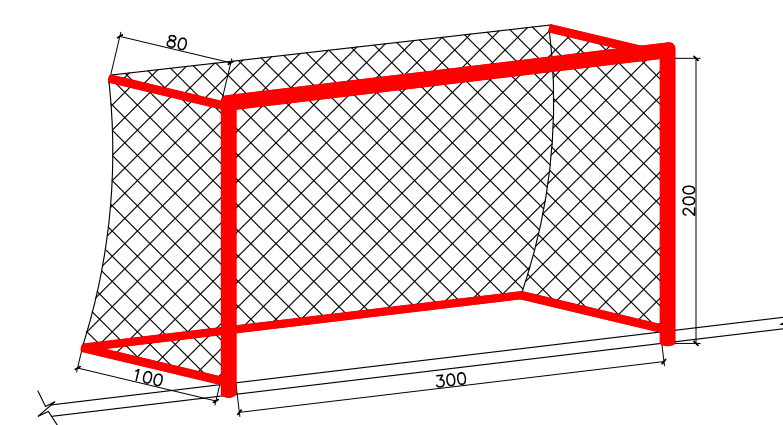
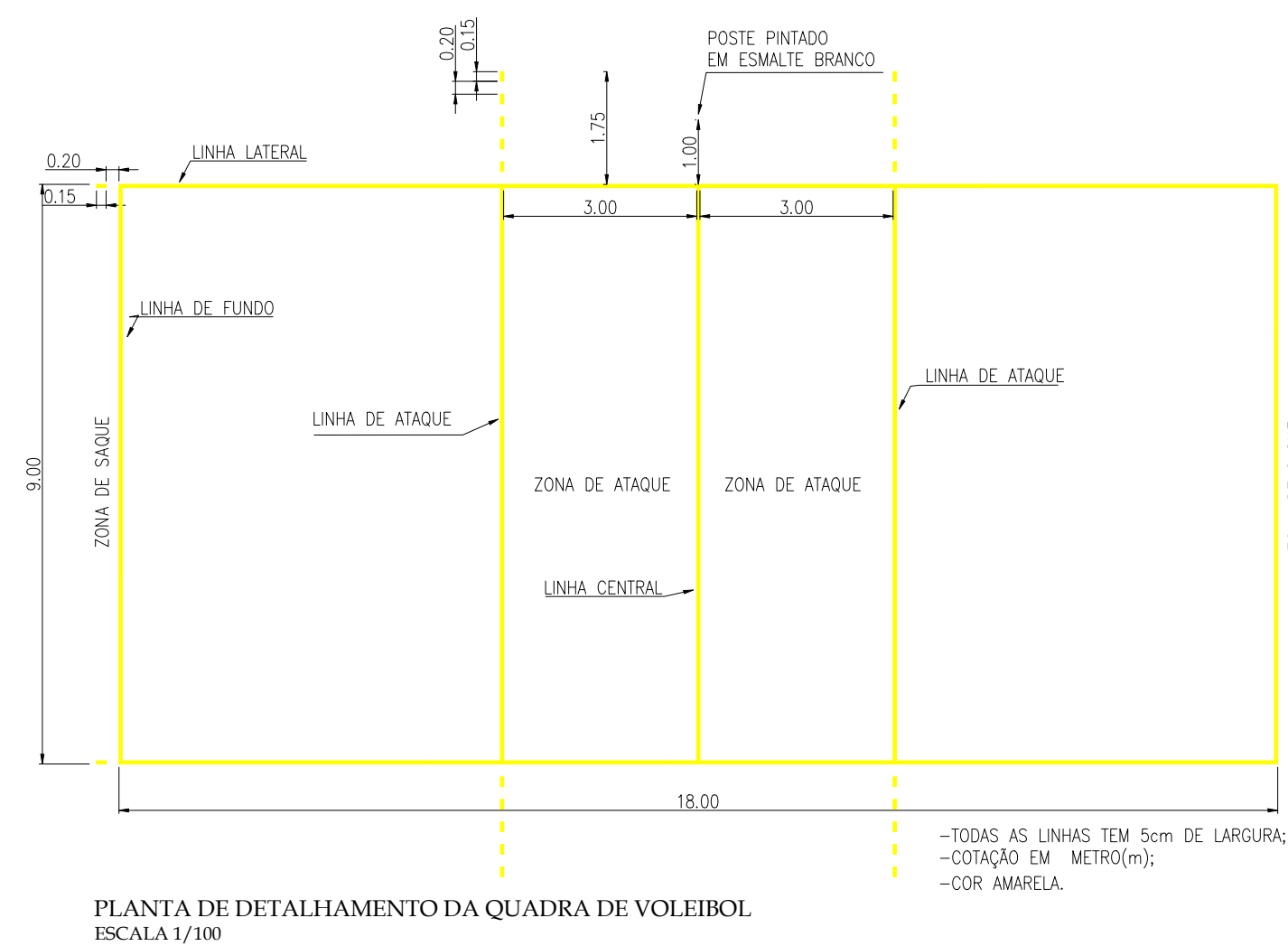
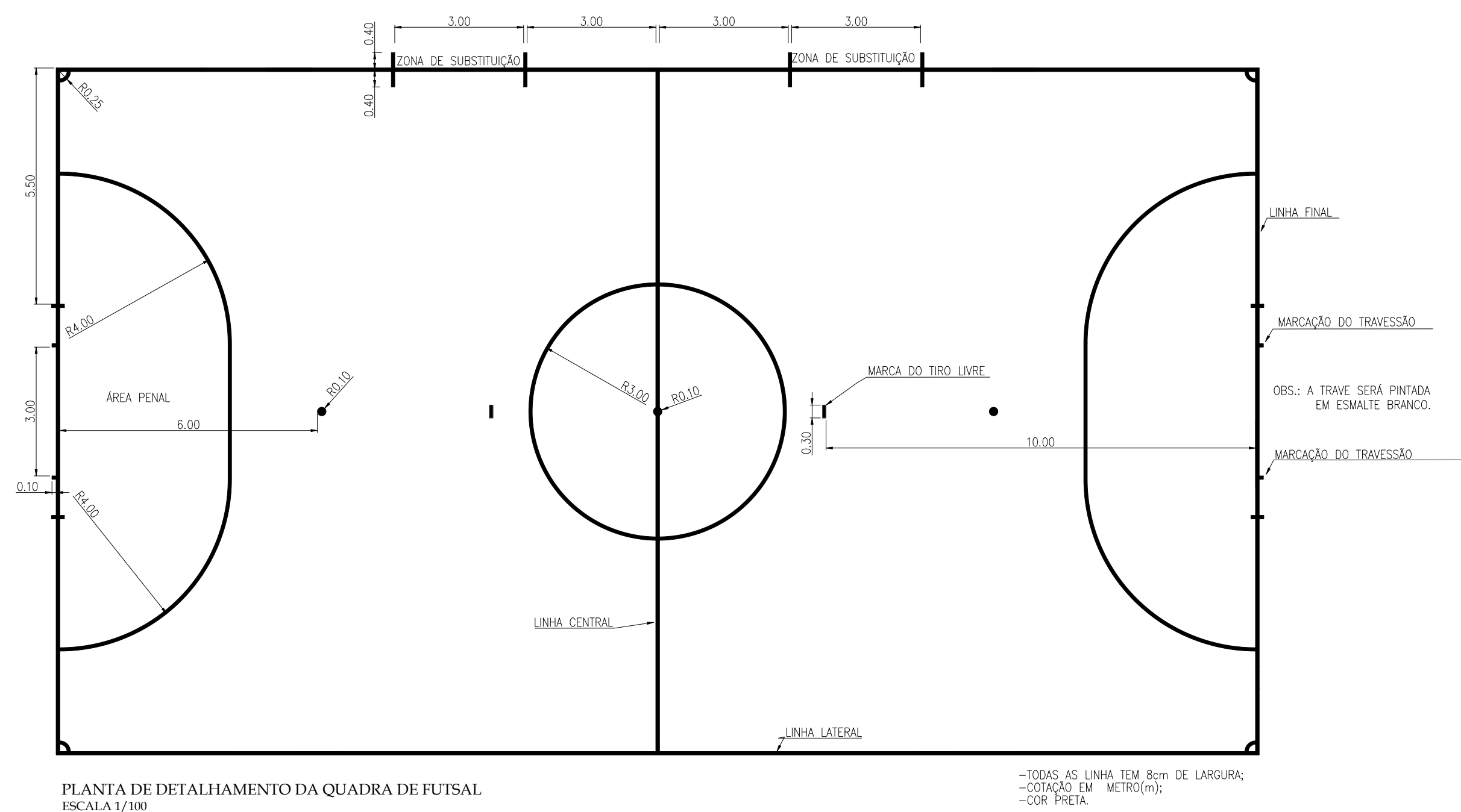
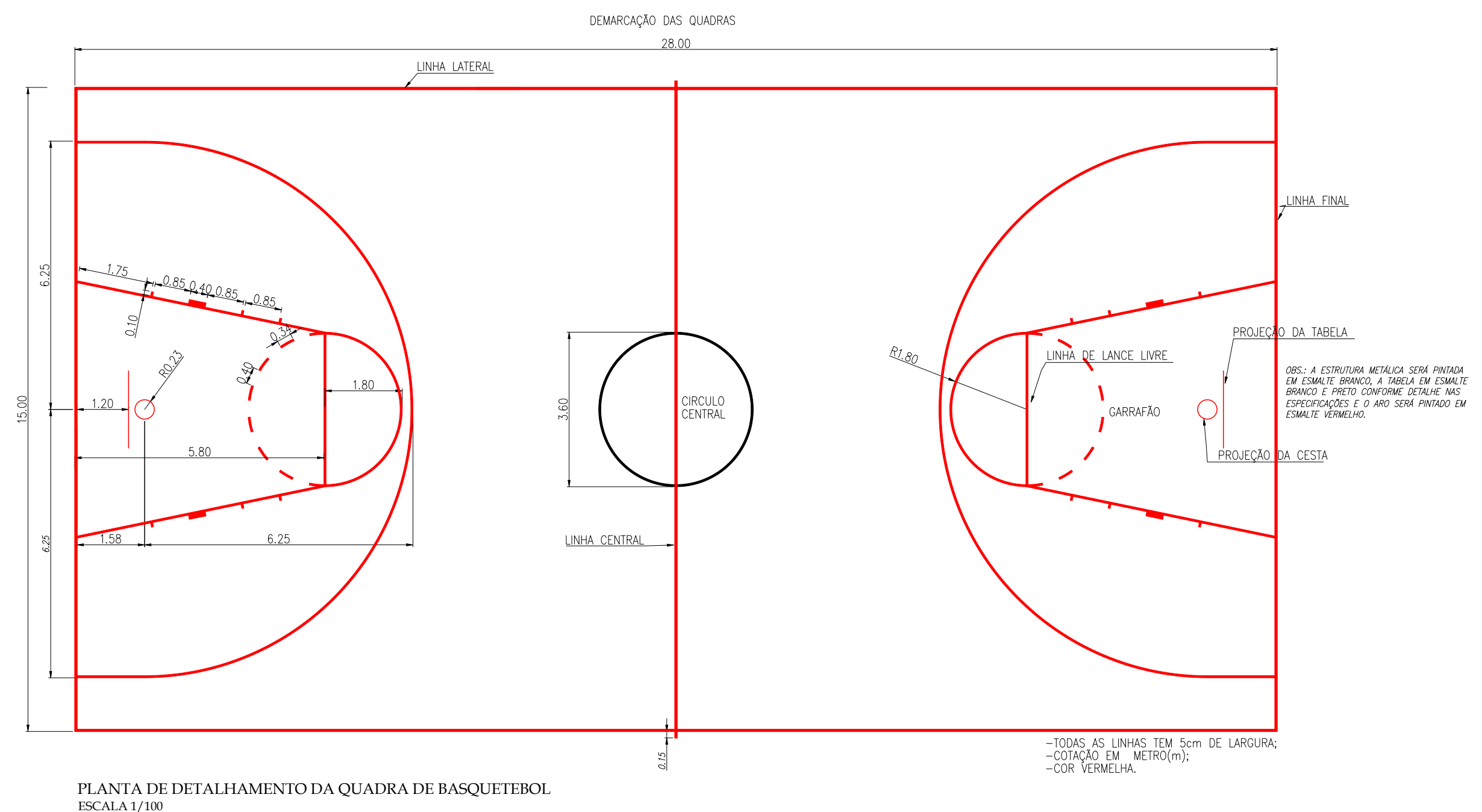
DETALHE EXECUTIVO DO ALAMBRADO  
ESCALA \_\_\_\_\_ 1/50

QUADRO DE ÁREAS	
ÁREA CONSTRUÍDA	844,90m <sup>2</sup>
ÁREA DE PISO	815,50m <sup>2</sup>
ÁREA DA ARQUIBANCADA	42,60m <sup>2</sup>
ÁREA DA PISO TÁTIL	34,69m <sup>2</sup>
ÁREA DE PINTURA DE DEMARCAÇÃO	522,00m <sup>2</sup>

  
Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

SECRETARIA DO ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

PROJETO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA	MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUI
DESENHO: PROJETO DE ARQUITETURA CORTES, FACHADAS E DETALHAMENTO DO GUARDA-CORPO	LOCALIDADE: OLHO D'AGUA
PROJETISTA:	DESENHO/CAD:
ESCALA: INDICADAS	PRANCHA N°: ARQ.02.04
DATA: 2026	REV.: 00
FORMATO: A1	

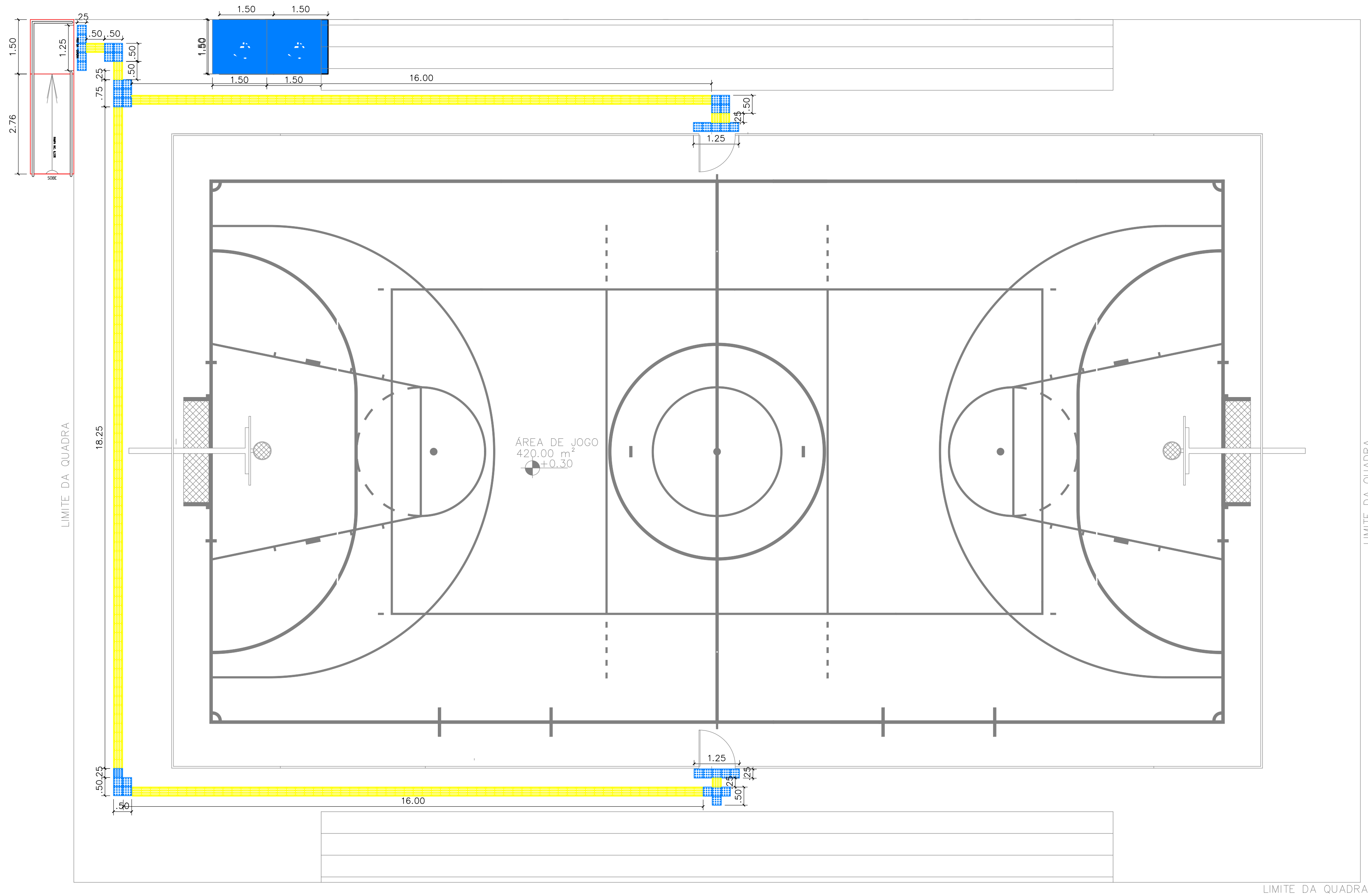


Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

SECRETARIA DO ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

PROJETO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA		MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ	
DESENHO: PROJETO DE ARQUITETURA - DEMARCAÇÃO DA QUADRA E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS		LOCALIDADE: OLHO D'ÁGUA	
PROJETISTA:	ESCALA:	DESENHO/CAD:	
	INDICADAS		
	DATA: 2026	REV.: 00	FORMATO: A1
			PRANCHA Nº: A1Q.03.04

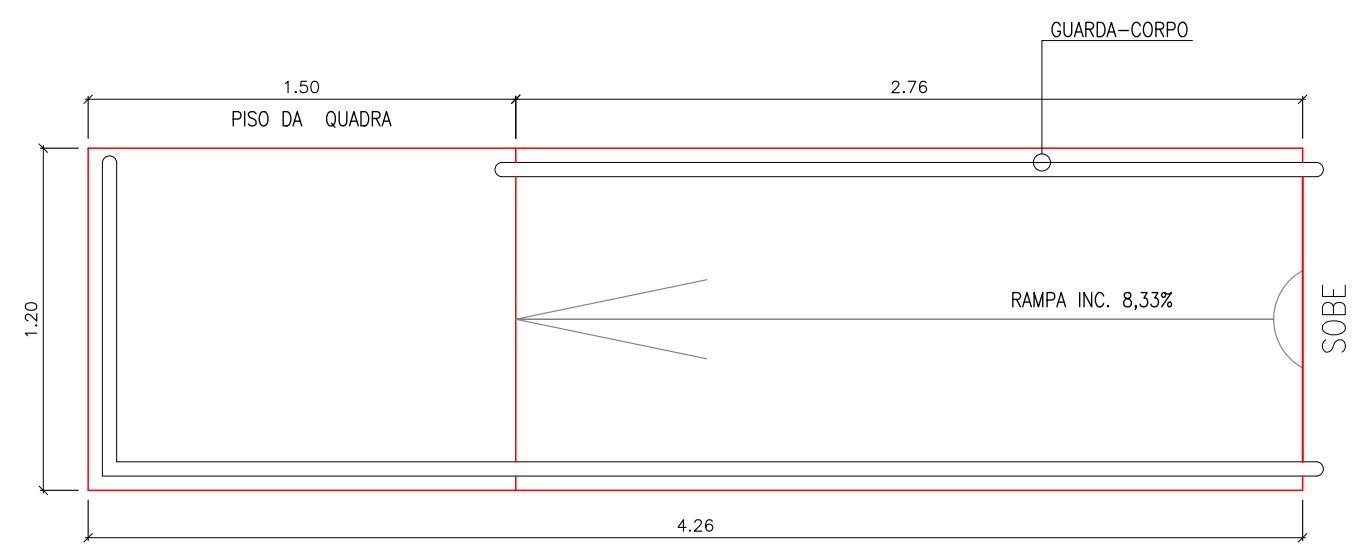




LEGENDA

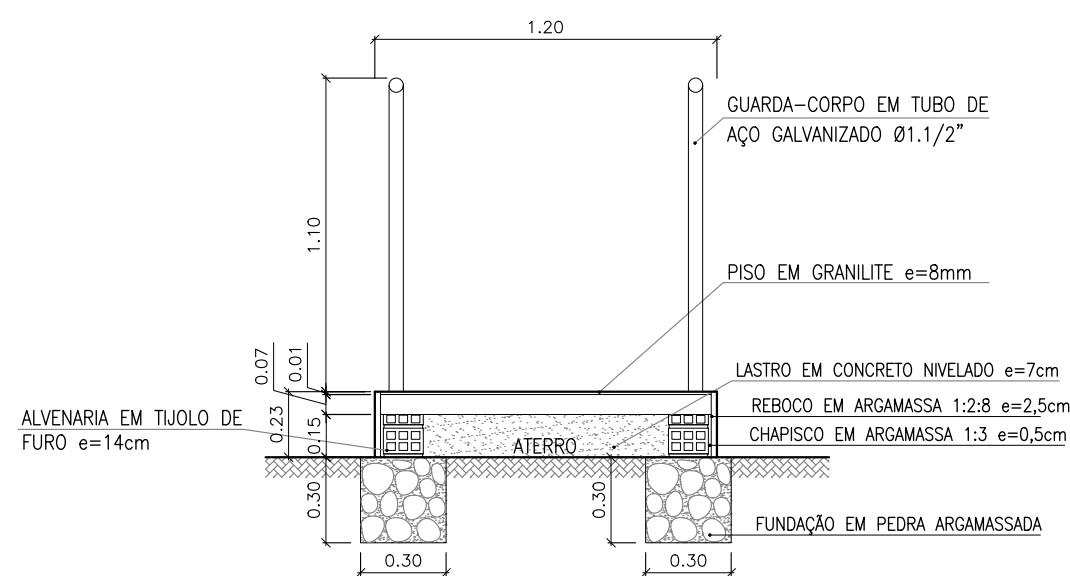
PISO TÁTIL DIRECIONAL NA COR AMARELA

PISO TÁTIL DE ALERTA NA COR AZUL



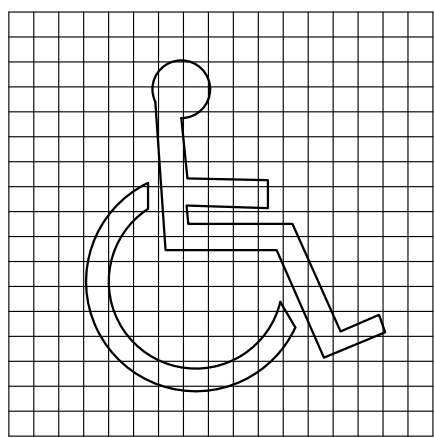
PLANTA BAIXA DA RAMPA

ESCALA 1:25

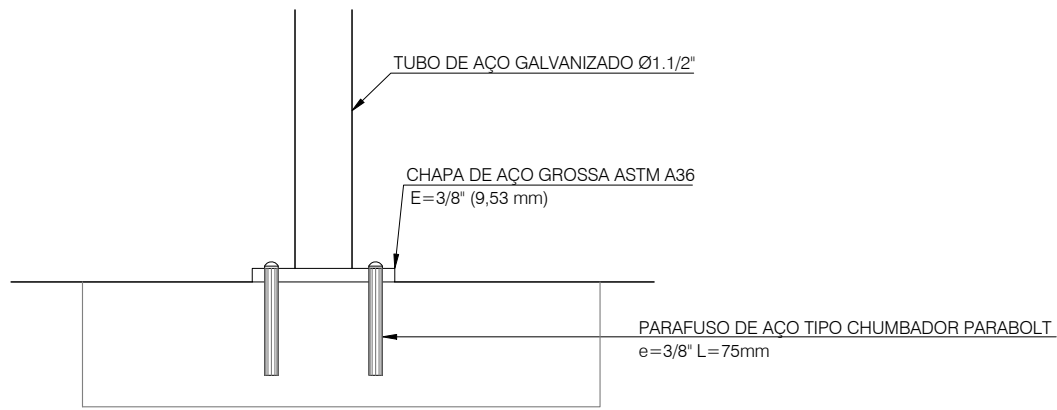
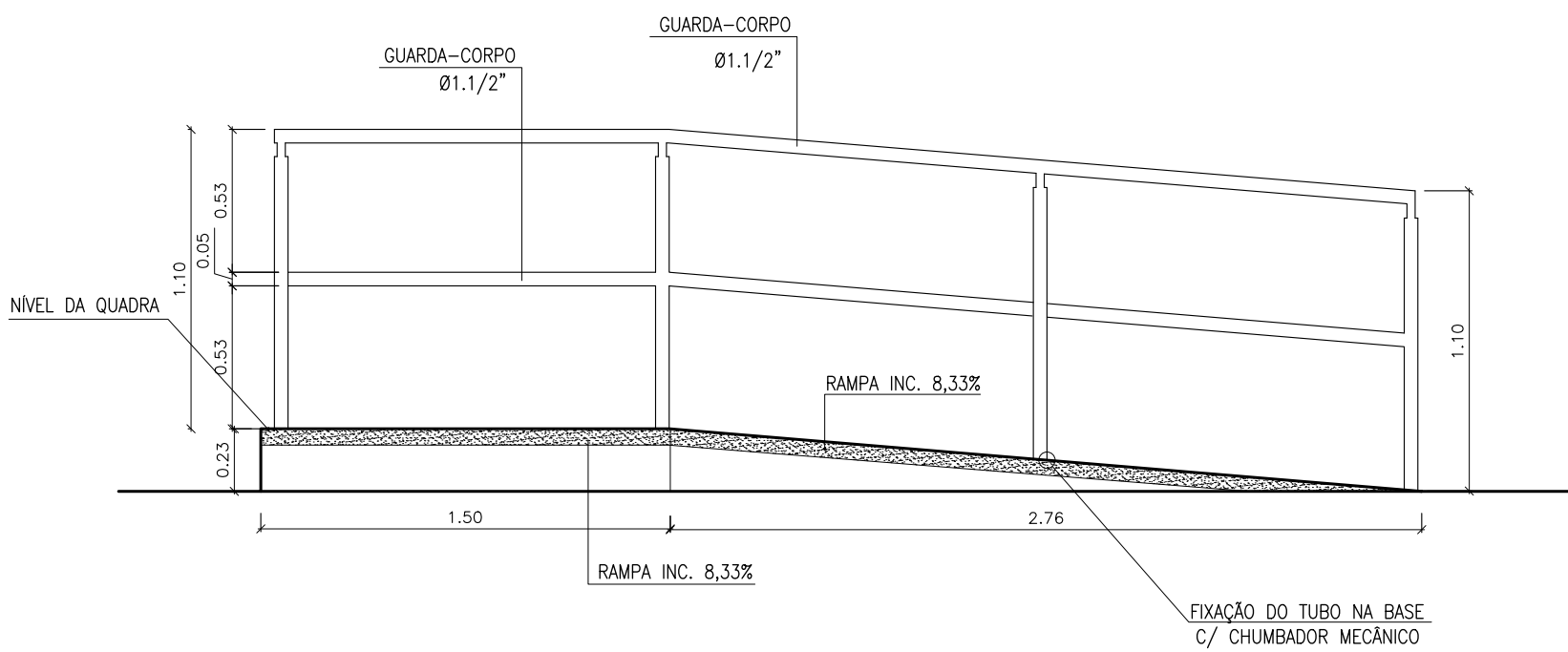


DETALHE EXECUTIVO DA RAMPA

ESCALA 1:25



SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO - PROPORÇÕES S/ESCALA



DETALHE DA FIXAÇÃO DO MONTANTE NA BASE COM CHUMBADOR MECÂNICO

Escala 1/5

Medidas em centímetros

PICTOGRAMA NA COR BRANCA



FUNDO NA COR AZUL

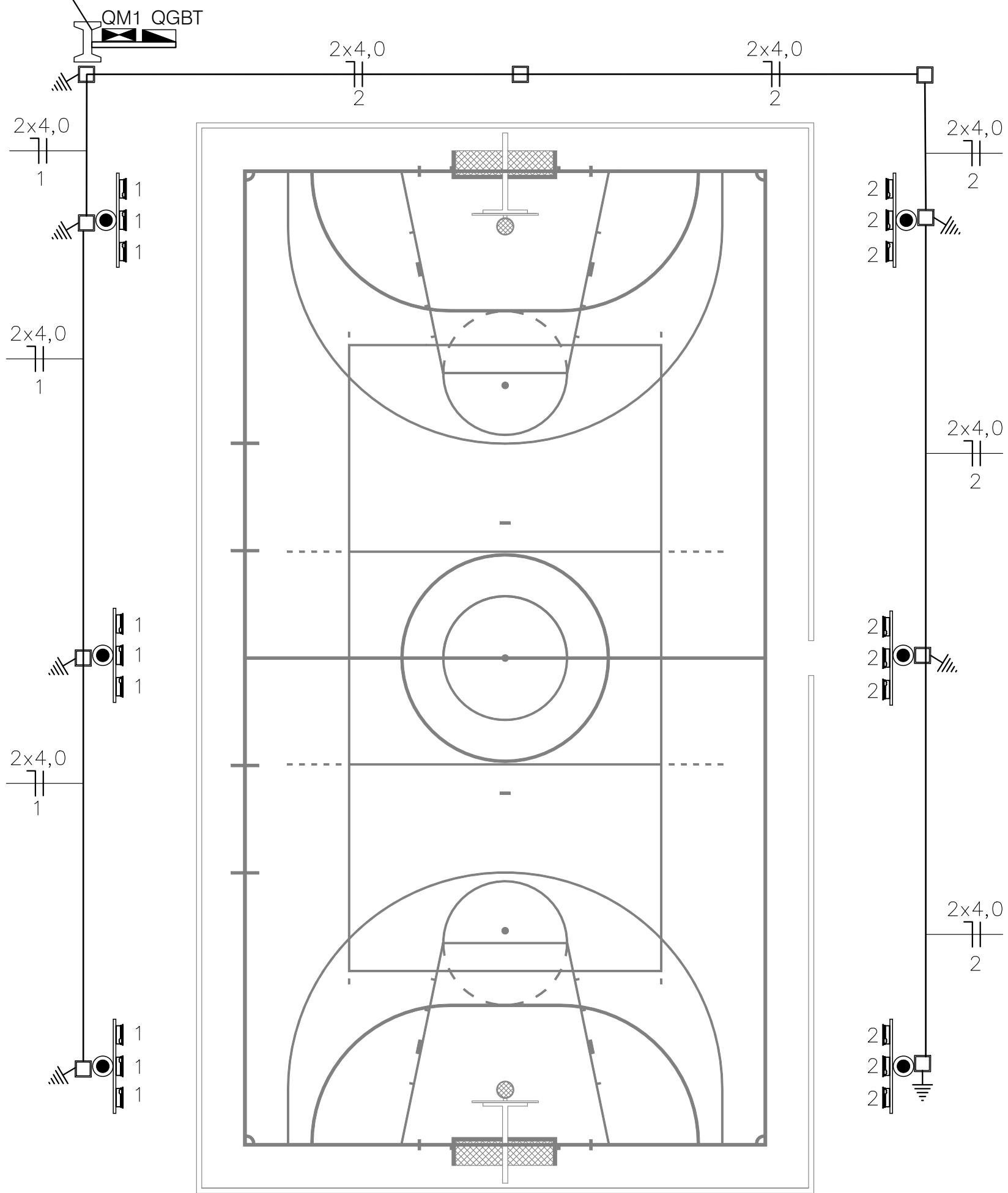
SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO S/ESCALA

*Valter da Silva Barros*  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

SECRETARIA DO ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

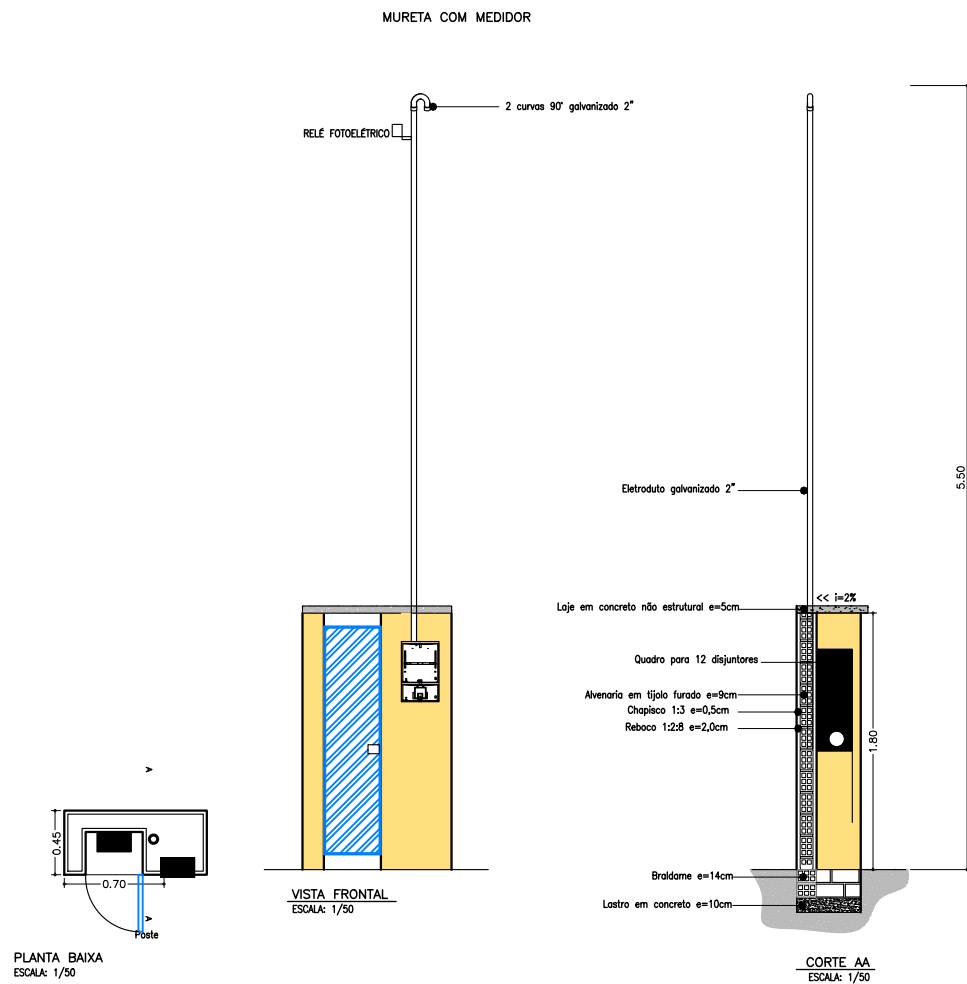
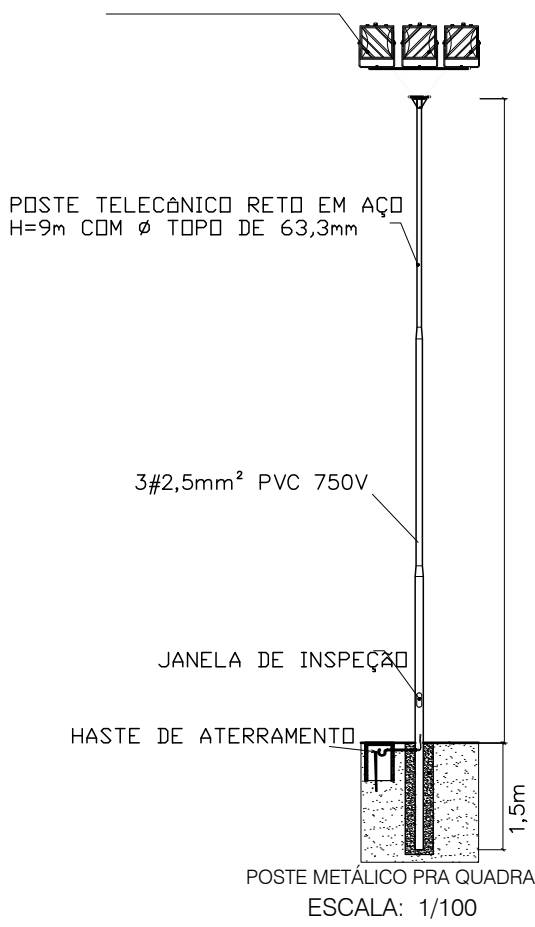
PROJETO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA	MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUI
DESENHO: PROJETO DE ACESSIBILIDADE	LOCALIDADE: OLHO D'AGUA
PROJETISTA:	DESENHO/CAD: -
ESCALA: INDICADAS	FORMATO: A1
DATA: 2026	REV.: 00
PRANCHA N°: ARQ.04.04	

CABO CONCÊNTRICO 2x10,0mm<sup>2</sup>



INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA QUADRA  
ESCALA 1/125

Conjunto de refletores de 200W LED com driver integrado a luminária e relé fotoelétrico para acionamento

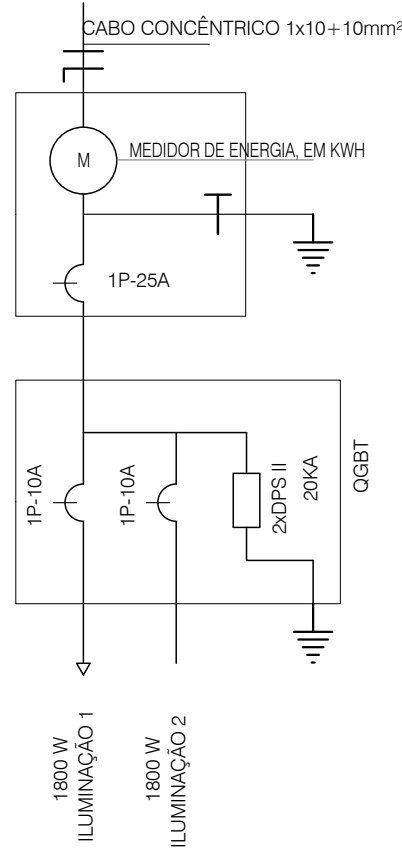


LEGENDA

- ENTRADA DE ENERGIA EM POSTE AUXILIAR CONCRETO 7m-100kgf
- MEDIDOR DE ENERGIA PADRÃO EQUATORIAL
- QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO H-1.5m
- CONJUNTO DE REFLETORES LED 200W MOTANDO EM CRUZETA METÁLICA 1,5M
- POSTE GALVANIZADO H-9M ENGASTADO h-1.5M
- FIOS: FASE E NEUTRO
- CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA 40x40x40CM COM TAMPA
- TUBULAÇÃO PELO PISO

DIAGRAMA UNIFILAR

TEM DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO CONCESSIONÁRIA LOCAL

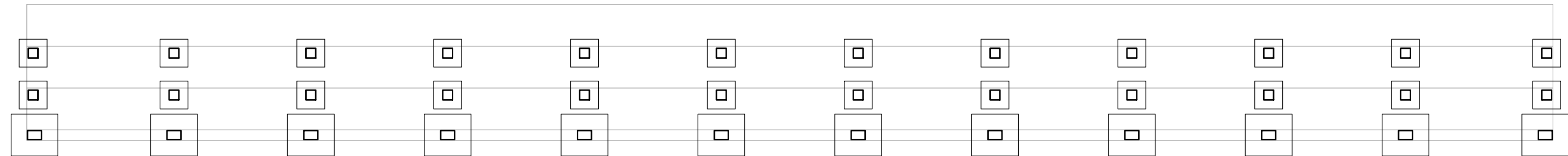


Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

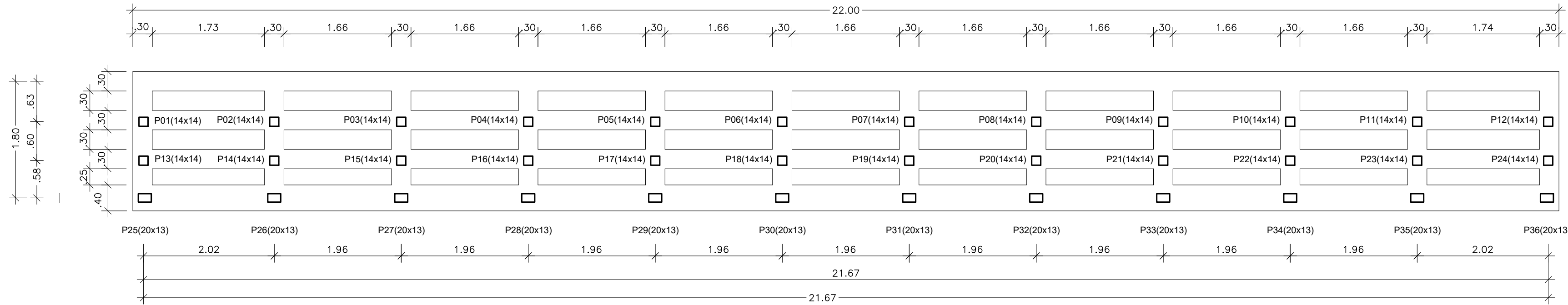
SECRETARIA DO ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

PROJETO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA	MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ
DESENHO: INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA QUADRA, DIAGRAMAS, QUADRO DE CARGAS.	LOCALIDADE: OLHO D'ÁGUA
PROJETISTA:	DESENHO/CAD: -
ESCALA: INDICADAS	FORMATO: A1
DATA: 2026	REV: 00
	PRANCHA N°: 01/01

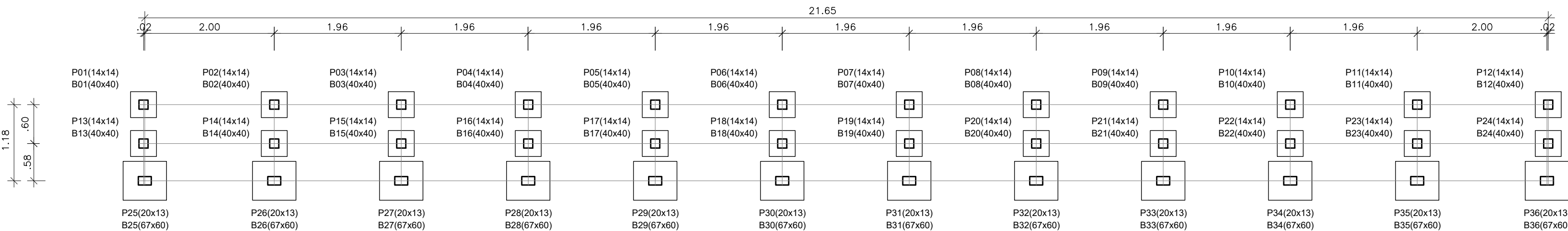
QUADRO DE CARGAS												
DESCRIÇÃO CIRCUITO	LÂMPADAS (W)	CARGA INSTALADA (W)	FATOR DE POTENCIA	POTÊNCIA TOTAL (VA)	FATOR DE DEMANDA	DEMANDA MÁXIMA (VA)	TENSÃO (V)	CORRENTE (A)	CONDUTOR			PROTEÇÃO
	LED							CORRENTE DE PROJETO	FASE	NEUTRO	TERRA	DISJUNTOR (A)
	200											
ILUMINAÇÃO 1	9	1800	0.95	1895	1	1895	220	8,6	4,0	4,0	4,0	1P-10A
ILUMINAÇÃO 2	9	1800	0.95	1895	1	1895	220	8,6	4,0	4,0	4,0	1P-10A
TOTAL	18	3600		3790	1	3790	220	17,2	10	10	10	1P-25A



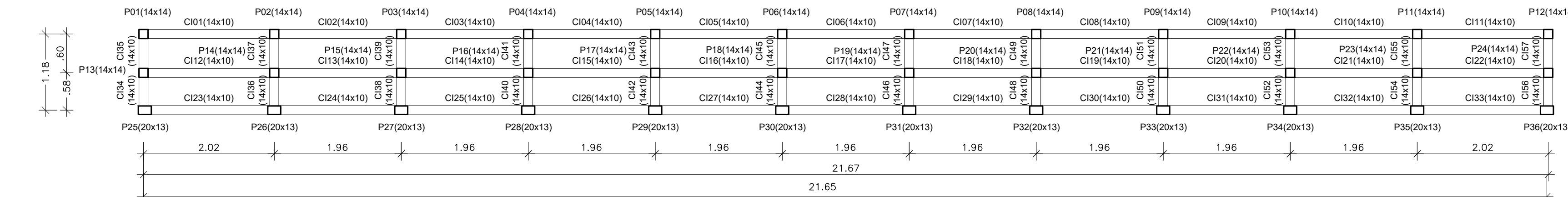
PLANTA BAIXA DA ARQUIBANCADA  
ESCALA: 1/50



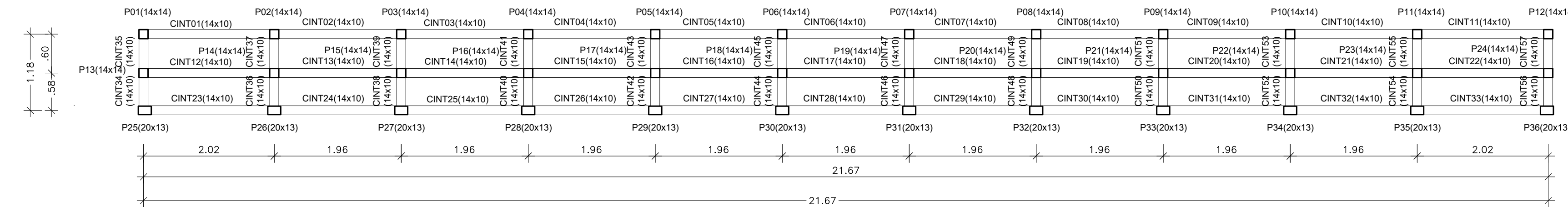
FUNDÇÃO EM PEDRA ARGAMASSADA  
ESCALA: 1/50



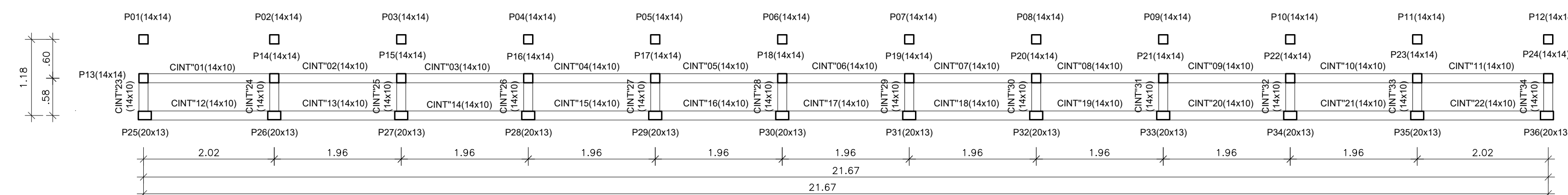
LOCAÇÃO DOS BLOCOS E PILARES  
ESCALA: 1/50



LOCAÇÃO DOS PILARES E CINTAS INFERIORES  
ESCALA: 1/50



LOCAÇÃO DOS PILARES E CINTAS INTERMEDIARIAS 1  
ESCALA: 1/50



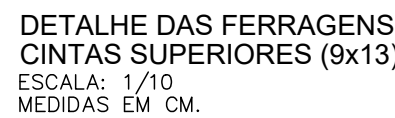
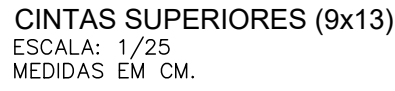
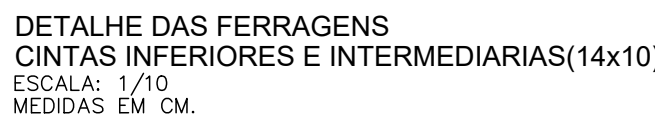
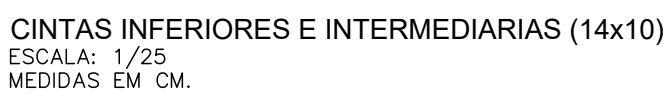
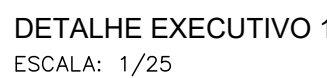
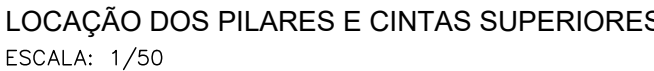
LOCAÇÃO DOS PILARES E CINTAS INTERMEDIARIAS 2  
ESCALA: 1/50

*Valter da Silva Barros*  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

SECRETARIA DO ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

PROJETO:	CONSTRUÇÃO DE QUADRA	MUNICÍPIO:	BOQUEIRÃO DO PIAUÍ
DESENHO:	PROJETO ESTRUTURAL DA ARQUIBANCADA	LOCALIDADE:	OLHO D'ÁGUA
PROJETISTA:	ESCALA: INDICADAS	DESENHO/CAD:	-
	DATA: 2026	REV.: 00	FORMATO: A1
			PRANCHA N°: 01/02





Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

SECRETARIA DO ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

PROJETO: CONSTRUÇÃO DE QUADRA		MUNICÍPIO: BOQUEIRÃO DO PIAUÍ	
DESENHO: PROJETO ESTRUTURAL DA ARQUIBANCADA		LOCALIDADE: OLHO D'ÁGUA	
PROJETISTA:	ESCALA: INDICADAS	DESENHO/CAD: -	
	DATA: 2025	REV.: 00	FORMATO: A1
			PRANCHA Nº: 02/02



## DECLARAÇÃO DOS ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA

Abaixo a relação dos itens de maior relevância para **CONSTRUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA NA LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI.**

### 1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – NOS CASOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE MAIOR RELEVÂNCIA:

CÓDIGO	ITEM	UND	PROJETO	30% PROJETO (EDITAL)
COMP.05	Execução de piso industrial de concreto armado, fck = 20 MPa, espessura de 12,0 cm.	m <sup>2</sup>	815,50	244,65
104739	Aterro Compactado.	m <sup>3</sup>	585,20	175,56
102363	Alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado (montantes com diametro 2", travessas e escoras com diâmetro 1 ¼ ), com tela de arame galvanizado fio 12 BWG e malha quadrada 5x5cm.	m <sup>2</sup>	328,50	98,55
103335	Alvenaria de tijolo cerâmico furado 9x14x19, 1vez, esp=14cm, assentado com argamassa traço 1:2:8 (baldrame).	m <sup>2</sup>	224,54	67,36

Teresina, 15 de abril de 2026



Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA





## JUSTIFICATIVA QUANTO A EXIGÊNCIAS MÍNIMAS RELATIVAS ÀS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Abaixo a relação das exigências mínimas relativas às instalações e equipamentos mínimos necessários para a obra que possui como objeto a **CCONSTRUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA NA LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO DO PIAUÍ - PI.**

### EQUIPAMENTOS MÍNIMOS CONFORME NATUREZA DA OBRA E EXIGÊNCIAS MÍNIMAS RELATIVAS ÀS INSTALAÇÕES:

- Motoniveladora - 125 HP
- Caminhão basculante 10 m<sup>3</sup>
- Placa vibratória (compactador)
- EPIs completos
- Betoneira 400 L
- Mini escavadeira / escavadeira 1,7–3,5t

Teresina, 15 de abril de 2026



Valter da Silva Barros  
190505701-6  
Engenheiro Civil / SEINFRA

---

Valter da Silva Barros  
Matrícula: 0091715-0  
Eng. Civil  
CREA: 190505701-6



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

CREA-PI

ART de Obra ou Serviço  
1920260029768

1. Responsável Técnico

**VALTER DA SILVA BARROS**

Título profissional: **Engenheiro Civil**

Empresa Contratada: **SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO PIAUI**

RNP: **1905057016**

Registro:

Registro: **0000018517EMPI**

2. Dados do Contrato

Contratante: **SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO PIAUI**

CPF/CNPJ: **06553531000198**

Logradouro: **AVENIDA PEDRO FREITAS (CENTRO ADMINISTRATIVO), BLOCO-G**

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **SAO PEDRO**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: **64018-900**

Contrato: **SN**

celebrado em

**06/04/2026**

Vinculado à ART:

Valor: R\$ **1,00**

Tipo de Contratante:

**PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **PI 331 PI 331**

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro:

Cidade: **Boqueirão do Piauí**

UF: **PI**

CEP: **64283-000**

Data de Início: **09/04/2026**

Previsão de Término:

**09/05/2026**

Coordenadas Geográficas:

**-4.588658, -42.074144**

Finalidade: **INFRA-ESTRUTURA**

Código:

Proprietário: **SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO PIAUI**

CPF/CNPJ: **06553531000198**

4. Atividade Técnica

**ELABORAÇÃO**

**Quantidade**

**Unidade**

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE EDIFICAÇÃO EM MATERIAIS MISTOS

1.600,0000

metro quadrado

PROJETO DE EDIFICAÇÃO EM MATERIAIS MISTOS

1.600,0000

metro quadrado

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração de projeto e planilha orçamentária para Construção da Quadra Poliesportiva, na localidade Olho D'Água na zona rural do Município de Boqueirão do Piauí- PI.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

**Nenhuma**

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

13 de Abril de 2026

Local

Data



Documento assinado eletronicamente com  
credenciais de login e senha por:  
VALTER DA SILVA BARROS  
RNP: 1905057016  
Data: 14/04/26 09:23

VALTER DA SILVA BARROS - CPF: 15141250300

VALDINA PIRES DE  
SOUSA:22680136349

Assinado de forma digital  
por VALDINA PIRES DE  
SOUSA:22680136349

SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA DO ESTADO DO PIAUI - CPF/CNPJ: 06553531000198

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-PI.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-pi.org.br](http://www.crea-pi.org.br) ou [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.



[www.crea-pi.org.br](http://www.crea-pi.org.br) [art@crea-pi.org.br](mailto:art@crea-pi.org.br)  
tel: (86)2107-9292



**CREA-PI**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Piauí

Valor ART: R\$ **108,39** Registrada em **13/04/2026 11:59:59** Valor Pago: R\$ **108,39**

Nosso Número: **8201835386**

Baixada em: